

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE  
RIBEIRÃO PRETO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA DI MARCO

**Democracia na era digital: estudo comparado de plataformas de e-participação no  
Brasil e na Espanha**

Ribeirão Preto

2023

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior  
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Fabio Augusto Reis Gomes  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. João Luiz Passador  
Chefe do Departamento de Administração

CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA DI MARCO

**Democracia na era digital: estudo comparado de plataformas de e-participação no  
Brasil e na Espanha**

**Versão Corrigida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP.

ORIENTADORA: PROF(A). DRA. CLAUDIA SOUZA  
PASSADOR

Ribeirão Preto

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação  
Biblioteca  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Ferreira Di Marco, Claudio Augusto

Democracia na era digital: estudo comparado de plataformas de e-participação no Brasil e Espanha. Ribeirão Preto, 2023.

188 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto / USP. Área de concentração: Administração Pública.

Orientadora: Passador, Claudia Souza.

Versão corrigida

1 - Participação Social; 2 - Governo Aberto; 3 - Democracia; 4 - E-participação; 5 - *Decidim*.

FERREIRA DI MARCO, C. A. **Democracia na era digital**: estudo comparado de plataformas de e-participação no Brasil e na Espanha. 2023. Tese (Doutorado em Administração e Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023. 188f.

Aprovado em: **20/02/2024**

Banca Examinadora

**Prof. Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento**

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Julgamento: aprovado

**Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella**

Instituição: FEARP/USP

Julgamento: aprovado

**Prof(a). Dr(a). Diana Cruz Rodrigues**

Instituição: Universidade da Amazônia (UNAMA)

Julgamento: aprovado

**Prof. Dr. Júlio Carneiro da Cunha**

Instituição: ECA/USP

Julgamento: aprovado

**Prof. Dr. Marco Antonio Catussi Paschoalotto**

Instituição: Universidade do Minho (Portugal)

Julgamento: aprovado

## AGRADECIMENTOS

Todo caminho é marcado por percalços e dificuldades, contudo, sempre há coisas boas e ótimas surpresas, é claro. Uma jornada acadêmica nada mais é do que um caminho que resolvemos seguir para se chegar num objetivo desejado, caminho este de esforço, dedicação e também muita ajuda, pois várias pessoas nos inspiram, auxiliam e apoiam durante toda a jornada. Assim, aqui gostaria de deixar a minha eterna gratidão a esses anjos do meu caminho que me trouxeram até este momento.

Inicialmente, agradeço aos meus pais, Claudio e Marilu, os quais nunca pouparam esforços para a minha educação, tanto financeiros, quanto motivação e carinho. Aproveito para agradecer minha tia Maricilda, que sempre entendeu as minhas dificuldades e me motivou frente aos problemas que surgiam na jornada.

Gratidão imensa para a minha orientadora, a Prof(a). Claudia, que me motivou como aluno especial, antes mesmo de eu entrar no mestrado, quando ela indicou direções para seguir meus sonhos, um dos quais foi ir para ESALQ e lá fazer o meu mestrado. Agora no doutorado, sempre me ajudou, tendo a maior paciência comigo, visto as minhas limitações e contantes atrasos, colocando a pressão correta e necessária para que eu avançasse. Muito obrigado Claudia, pelo carinho, preocupação e por me ensinar como um orientador deve agir. Espero passar isso para os meus orientados.

Agradeço, ainda meus amigos e amigas, os quais tiveram que aturar um cara nem sempre muito alegre e amigável nos últimos anos, pois, sempre estive igual o coelho da Alice, atrasado, ansioso e muito surtado. Valeu pelo carinho e compreensão galera!

Ainda muito obrigado a todos os colegas do Centro Universitário Hermínio Ometto (FHO) que me ajudaram com ideias, brincadeiras e motivação. Aprendi com eles a ser professor e também a ser um estudante melhor.

Por fim, a minha enorme gratidão à Universidade de São Paulo e todos os seus professores e funcionários, pois sem a instituição e seus colaboradores, nunca eu conseguiria chegar até aqui. Orgulho de fazer parte desta instituição como aluno, tanto de mestrado e agora de doutorado. Muito obrigado.

Gratidão a todos vocês que, de qualquer maneira, ajudaram e trouxeram as ótimas surpresas que encontrei nesta jornada acadêmica!!!

## RESUMO

FERREIRA DI MARCO, C. A. **Democracia na era digital**: estudo comparado de plataformas de e-participação no Brasil e na Espanha. 2023. Tese (Doutorado em Administração e Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023. 188f.

Este estudo trabalha com a qualidade da participação social dentro de desenhos tecnológicos institucionais, ou seja, a atuação cidadã necessária para a democracia, pois dá maior validade aos atos e políticas públicas, já que estes passam a ter em sua construção a participação daqueles que irão realmente sentir seus efeitos. Assim, parte-se da hipótese — fortalecida, inclusive, pelas evidências trazidas pela pandemia da Covid-19 — de que plataformas digitais permitem uma maior participação do cidadão quanto ao empoderamento-controle (*empowerment*), em especial, no desenho e execução de políticas públicas, mas essa inclusão de novas formas de interação exige avanço relacionado às estruturas na Administração Pública para se adequar a esta participação cidadã digital. Neste sentido, percebeu-se a existência de um conceito ainda em construção de democracia digital, que foi fortalecido e tornado mais restrito ao ser conjugado com os objetivos de Governo Aberto, diretrizes traçadas pela *Open Government Partnership* (OGP), que tem a participação social como uma de suas bases. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é estudar de forma exploratória e comparada experiências municipais de e-participação, com foco no grau de maturidade delas quanto ao empoderamento-controle cidadão, sendo que de forma mais específica, determinou-se um estudo de casos múltiplos de cunho qualitativo, estudando, inicialmente, as possibilidades participativas existentes na plataforma de e-participação da cidade de Barcelona, a *Decidim.Barcelona*, contrapondo com as possibilidades de iniciativas estudadas no Brasil, o Tá Selado de Belém (PA), o Participa Maceió da cidade de Maceió (AL) e o E.I.T.A! Recife, da cidade de Recife (PE), fazendo uma análise comparativa por meio de eixos pré-determinados, permitindo-se detectar lacunas e limitações dos modelos nacionais. Para isso, após criação de um nível de maturidade de participação social, destacou-se iniciativas de empoderamento-controle municipais brasileiras, as quais daí foram objeto de estudo de caso, como anteriormente tinha ocorrido com a *Decidim.Barcelona*. Com base nisso foi possível realizar o estudo comparado que trouxe como principais resultados, inicialmente, um conhecimento amplo e aprofundado sobre o modelo de plataforma de e-participação da comunidade *Decidim*, visualizou-se o quanto esse modelo valoriza o cidadão e permite a sua ampla participação. Além disso, percebeu-se que há iniciativas interessantes em curso no Brasil, mas que ainda têm limitações, algumas ocasionadas por questões de dificuldades de acesso à internet de qualidade, bem como de entendimento de como usar as ferramentas, outras, centradas no baixo interesse do Poder Público em manter atualizadas as plataformas ou em simplificar seu uso e acesso. O estudo teve limitações, como, por exemplo, a análise de plataformas em regiões Norte e Nordeste, tradicionalmente com menor escolaridade, o que influencia no entendimento e uso de modelos tecnológicos, logo poderia se propor novos estudos mais abrangentes em outras regiões ou limitar a comparações regionais. Contudo, considerando os resultados, nota-se que há uma nascente e-participação, a qual pode ser melhorada tendo como norte as diretrizes encontradas no modelo *Decidim*, exigindo, assim, a realização de estudos que permitam o acompanhamento, análise e reconstrução de plataformas que ou já são existentes ou ainda não.

**Palavras-chaves:** Participação Social; Governo Aberto; Democracia; E-participação; *Decidim*.

## ABSTRACT

FERREIRA DI MARCO, C. A. **Democracy in the digital age: a comparative study of e-participation platforms in Brazil and in Spain.** 2023. Tese (Doutorado em Administração e Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

This study works with the quality of social participation within institutional technological designs, i.e. the citizen action that is necessary for democracy, as it gives greater validity to public acts and policies, since they are built with the participation of those who will actually feel their effects. Thus, we start from the hypothesis - strengthened even by the evidence brought by the Covid-19 pandemic - that digital platforms allow for greater citizen participation in terms of empowerment, especially in the design and implementation of public policies, but this inclusion of new forms of interaction requires advances in the structures of public administration to adapt to this digital citizen participation. In this sense, we have seen the existence of a concept of digital democracy that is still under construction, which has been strengthened and made more restricted by being combined with the objectives of Open Government, guidelines set out by the Open Government Partnership (OGP), which has social participation as one of its foundations. In view of this, the general aim of the research is to conduct an exploratory and comparative study of municipal e-participation experiences, focusing on their degree of maturity in terms of citizen empowerment and control. More specifically, a qualitative multiple case study was carried out, initially studying the participatory possibilities that exist in the city of Barcelona's e-participation platform, Decidim. Barcelona, compared to the possibilities of the initiatives studied in Brazil, Tá Selado from Belém (PA), Participa Maceió from the city of Maceió (AL) and E.I.T.A! Recife, from the city of Recife (PE), making a comparative analysis using predetermined axes, allowing us to detect gaps and limitations in the national models. To this end, after creating a level of social participation maturity, Brazilian municipal empowerment-control initiatives were highlighted, which were then the subject of a case study, as had previously been the case with Decidim.Barcelona. Based on this, it was possible to carry out the comparative study, the main results of which were, initially, a broad and in-depth knowledge of the Decidim community e-participation platform model, realizing how much this model values citizens and allows them to participate widely. In addition, it was noted that there are interesting initiatives underway in Brazil, but that they still have limitations, some caused by difficulties in accessing quality internet, as well as understanding how to use the tools, others centered on the low interest of the Government in keeping the platforms up to date or in simplifying their use and access. The study had limitations, such as the analysis of platforms in the North and Northeast regions, which traditionally have lower levels of education, which influences the understanding and use of technological models, so it could be proposed that new, more comprehensive studies be carried out in other regions or limited to regional comparisons. However, considering the results, it can be seen that there is a nascent e-participation, which can be improved using the guidelines found in the Decidim model as a guide, thus requiring studies to be carried out that allow for the monitoring, analysis and reconstruction of platforms that either already exist or not yet.

**Keywords:** Social Participation; Open Government; Democracy; E-participation; Decidim.



## LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

App	Aplicativo de celular
Aud.	Audiência
CIDE	<i>Centro de Investigación y Docencia Económicas</i>
CGU	Controladoria Geral da União
FEA-RP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIGAM	<i>Índice Institucional para el Gobierno Abierto Municipal</i>
INAI	<i>Inst. Nac. de Trans., Acceso a la Información y Protección de Datos Personales</i>
ISU	Índice de Sucesso do Usuário
LT	Lei de Transparência
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MGA	<i>Métrica de Gobierno Abierto</i>
NSP	Novo Serviço Público
OCDE	Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OP	Orçamentos Participativos
PAD	Programas de Atuação dos Distritos
PAM	Plano Estratégico Municipal
PPA	Plano Plurianual
RA	Região Administrativa
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 — ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA TESE.....	28
QUADRO 2 — INICIATIVAS NACIONAIS DE DEMOCRACIA DIGITAL E GOVERNO ABERTO 2010/2020.....	36
QUADRO 3 — GERAÇÕES DA E-PARTICIPAÇÃO.....	38
QUADRO 4 — CLASSIFICAÇÃO DE INICIATIVAS QUANTO GRAU DE MATURIDADE E PERMISSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	57
QUADRO 5 — INICIATIVAS DE NÍVEL EMPODERAMENTO-CONTROLE CIDADÃO ENCONTRADAS .	64
QUADRO 6 — DADOS REFERENTES À CIDADE DE BARCELONA .....	65
QUADRO 7 — DADOS REFERENTES ÀS CIDADES DO BRASIL .....	65
QUADRO 8 — CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO E SEU EMBASAMENTO TEÓRICO.....	66
QUADRO 9 — RESUMO DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	68
QUADRO 10 — DESENHO PROPOSTO PARA AS FASES DO DECIDIM.BARCELONA (PAM2016/2019).....	71
QUADRO 11 — CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO – ANÁLISE DE <i>DECIDIM</i> , DE BARCELONA .....	84
QUADRO 12 — FASES DO PAM 2020-2023 E O USO DA PLATAFORMA <i>DECIDIM.BARCELONA</i> ....	85
QUADRO 13 — PARTICIPAÇÃO DE ELEITORES DE BARCELONA NAS ELEIÇÕES LOCAIS (2015- 2023).....	89
QUADRO 14 — CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO – ANÁLISE DO “TÁ SELADO”.....	108
QUADRO 15 — CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO – ANÁLISE DO PARTICIPA MACEIÓ.....	113
QUADRO 16 — CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO – ANÁLISE DO E.I.T.A! RECIFE.....	118
QUADRO 17 — RESUMO DA COMPARAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS ESTUDADAS.....	121
QUADRO 18 — LACUNAS ENCONTRADAS COM BASE NAS CATEGORIAS DE COMPARAÇÃO UTILIZADOS .....	125

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 — MAPA MENTAL DA PESQUISA .....	26
FIGURA 2 — INSTRUMENTO DE MEDIAÇÃO DO MGA .....	45
FIGURA 3 — REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS ETAPAS DA PESQUISA .....	67
FIGURA 4 — IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE DECIDIM NA PLATAFORMA BRASIL PARTICIPATIVO.....	73
FIGURA 5 — INFORMAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE REGISTRO DE CONTA DECIDIM.BARCELONA .....	77
FIGURA 6 — LÓGICA DE REDES SOCIAIS ADOTADA PELA DECIDIM.BARCELONA .....	79
FIGURA 7 — PERFIL DE UM PARTICIPANTE NA PLATAFORMA DECIDIM.BARCELONA.....	79
FIGURA 8 — ACOMPANHAMENTO DE SESSÃO PRESENCIAL REALIZADA – PAGINA NA DECIDIM.BARCELONA .....	81
FIGURA 9 — PÁGINA INICIAL DO DECIDIM.BARCELONA (PAM2020-2023).....	83
FIGURA 10 — PÁGINA COM EXPLICAÇÕES SOBRE O USO DA PLATAFORMA DECIDIM.BARCELONA .....	87
FIGURA 11 — DECIDIM.BARCELONA EM NÚMEROS DE PARTICIPANTES E AFINS (EM 31/12/2022) .....	88
FIGURA 12 — DECIDIM.BARCELONA EM NÚMEROS NO PAM 2020-2023 (EM 31/12/2022) .....	88
FIGURA 13 — PARTICIPAÇÃO DE ELEITORES DE BARCELONA NAS ELEIÇÕES GERAIS DA ESPANHA (2023).....	89
FIGURA 14 — NÚMEROS RELACIONADOS AO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO PAM 2020-2023 .....	90
FIGURA 15 — PÁGINA COMO O REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE BARCELONA (2022) .....	91
FIGURA 16 — ARQUIVOS DE DADOS ABERTOS – BAIXADO EM 16/09/2023 .....	91
FIGURA 17 — POSSIBILIDADE DE VER PROCESSOS ATIVOS E JÁ FINALIZADOS NA DECIDIM.BARCELONA .....	92
FIGURA 18 — PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO DE AVANÇOS DAS PROPOSTAS APROVADAS PELO DECIDIM.BARCELONA .....	93
FIGURA 19 — PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO POR PROPOSTA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023) .....	93
FIGURA 20 — PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTA MOSTRANDO PROCESSOS RELACIONADOS ATUAIS E ANTIGOS.....	94

FIGURA 21 — PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023) .....	95
FIGURA 22 — PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023), COMO OS MOTIVOS DA REJEIÇÃO .....	95
FIGURA 23 — EXEMPLO DE UMA PROPOSTA ACEITA NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023).....	96
FIGURA 24 — MOBILIZAÇÃO DE CIDADÃO SOBRE O SEU PROJETO (PAM 2020-2023).....	97
FIGURA 25 — PÁGINA MOSTRANDO PROPOSTAS E SEUS APOIOS E SEGUIDORES (PAM 2020-2023).....	98
FIGURA 26 — EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS FEITOS EM UMA PROPOSTA NO DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023).....	98
FIGURA 27 — POSSIBILIDADE DE COMENTÁRIOS A FAVOR E CONTRA DENTRO DE UMA PROPOSTA NO DECIDIM.BARCELONA.....	99
FIGURA 28 — POSSIBILIDADE INTERAÇÃO NOS COMENTÁRIOS DE OUTRAS PESSOAS NA DECIDIM.BARCELONA .....	99
FIGURA 29 — AGENDA DE REUNIÕES PRESENCIAS NA PÁGINA DE ABERTURA DA DECIDIM.BARCELONA .....	100
FIGURA 30 — EXIBIÇÃO DE TODOS OS PROJETOS SUBMETIDOS À VOTAÇÃO NUM DOS BAIROS DE BARCELONA .....	100
FIGURA 31 — FASES DO PAM 2020-2023 - APRESENTAÇÃO E DECISÃO DE PROPOSTAS CIDADÃS .....	101
FIGURA 32 — ÁREA DOS PROJETOS VOTADO NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (PAM 2020-2023) .....	102
FIGURA 33 — PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA TÁ SELADO.....	106
FIGURA 34 — PÁGINA COMO INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DA INICIATIVA “TÁ SELADO” .....	108
FIGURA 35 — PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA “PARTICIPA MACEIÓ” .....	111
FIGURA 36 — PRIORIZAÇÃO NO PARTICIPA MACEIÓ NA LOA 2023 PARA A RA 01 .....	112
FIGURA 37 — MODELO ADOTADO DE INOVAÇÃO ABERTA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE RECIFE .....	116
FIGURA 38 — PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA E.I.T.A! RECIFE .....	117
FIGURA 39 — PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA LIVING LABS RECIFE (EITA LABS) .....	117
FIGURA 40 — ETAPAS PREVISTAS NO LIVING LABS RECIFE (EITA LABS) .....	118
FIGURA 41 — USO DE INTERNET BRASIL (PNAD CONT. 2021).....	122

FIGURA 42 — DOMICÍLIOS COM INTERNET/CONEXÃO BANDA LARGA NO BRASIL (PNAD CONT. 2021).....	122
FIGURA 43 — POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO EM PROPOSTA LEGISLATIVA PELA DECIDIM.BARCELONA .....	171
FIGURA 44 — PÁGINA INICIATIVAS CIDADÃS (ABAIXO ASSINADOS) NA DECIDIM.BARCELONA .....	171
FIGURA 45 — EXPLICAÇÃO SOBRE A INICIATIVA “CUIDEMOS LAS TRABAJADORAS DE LOS EQUIPAMIENTOS SOCIOCULTURALES DE PROXIMIDADE” NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023) .....	172
FIGURA 46 — PÁGINA DOS ÓRGÃOS DE PARTICIPAÇÃO (CONSELHOS E OUTROS) NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023).....	173
FIGURA 47 — POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DENTRO DA PÁGINA DO ÓRGÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS BAIROS NA DECIDIM.BARCELONA (PAM 2020-2023).....	174
FIGURA 48 — PÁGINA COM INFORMAÇÕES E PERGUNTAS FREQUENTES NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	175
FIGURA 49 — ARQUIVOS COM DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS PELA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	175
FIGURA 50 — PÁGINA COM PROCESSOS JÁ ENCERRADOS DA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	176
FIGURA 51 — PROPOSTAS EM PROCESSO JÁ FECHADO NA PLATAFORMA TÁ SELADO.....	177
FIGURA 52 — PÁGINA DO PROCESSO ATIVO NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	177
FIGURA 53 — PÁGINA DO PROCESSO ATIVO NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	178
FIGURA 54 — PROPOSTAS COM APOIOS/ENDOSSOS E COMENTÁRIOS NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	179
FIGURA 55 — PÁGINA COM INFORMAÇÕES DE OBRAS APROVADAS NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....	180
FIGURA 56 — INSTAGRAM DA PLATAFORMA TÁ SELADO.....	180
FIGURA 57 — EXPLICAÇÃO DE COMO O CIDADÃO PODE PARTICIPAR NA PLATAFORMA PARTICIPA MACEIÓ .....	181
FIGURA 58 — PÁGINA COM AS PROPOSTAS PARA A LOA 2024 NA PLATAFORMA PARTICIPA MACEIÓ.....	181
FIGURA 59 — CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA PÁGINA INICIAL DA PLATAFORMA PARTICIPA MACEIÓ .....	182
FIGURA 60 — INFORMAÇÕES SOBRE AS PRÓXIMAS REUNIÕES DO PARTICIPA MACEIÓ .....	182
FIGURA 61 — PÁGINA DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA SOBRE EMENDAS CIDADÃS.....	183

FIGURA 62 — MACRO FASES PREVISTAS PARA O E.I.T.A! RECIFE .....	184
FIGURA 63 — PÁGINA APRESENTANDO OS BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA INICIATIVA E.I.T.A! RECIFE.....	184
FIGURA 64 — 1ª ETAPA DO CICLO DE INOVAÇÃO PREVISTO NO E.I.T.A! RECIFE .....	185
FIGURA 65 — 2ª ETAPA DO CICLO DE INOVAÇÃO PREVISTO NO E.I.T.A! RECIFE .....	185
FIGURA 66 — 3ª ETAPA DO CICLO DE INOVAÇÃO PREVISTO NO E.I.T.A! RECIFE .....	186
FIGURA 67 — PÁGINA DO DESAFIO 1 PROPOSTO PELA PLATAFORMA E.I.T.A! RECIFE .....	186
FIGURA 68 — OS DESAFIOS ESCOLHIDOS PELA PLATAFORMA E.I.T.A! RECIFE EM SEU 2º CICLO .....	187
FIGURA 69 — CRITÉRIO DETALHADOS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS NA 1ª ETAPA DO E.I.T.A! RECIFE.....	187
FIGURA 70 — CRITÉRIO DETALHADOS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS NA 2ª ETAPA DO E.I.T.A! RECIFE.....	188
FIGURA 71 — UMA DAS SOLUÇÕES IMPLANTADAS EM TESTE NO LIVING LABS RECIFE (EITA LABS) .....	188

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	23
1.2 OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICO.....	25
1.3 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA TESE.....	27
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>29</b>
2.1 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	29
2.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA INSERIDA NUM MODELO DIGITAL .....	31
2.3 A DEMOCRACIA DIGITAL E O GOVERNO ABERTO.....	33
2.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NUM CONTEXTO ELETRÔNICO: A E-PARTICIPAÇÃO.....	37
2.5 A E-PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS EUROPEIAS.....	39
2.6 FORMAS DE SE PERCEBER A PARTICIPAÇÃO SOCIAIS EM NÍVEIS MENSURÁVEIS .....	42
2.7 UMA VISÃO DO CONTEXTO SOCIAL ATUAL: OS “NATIVOS DIGITAIS” E A ATUAÇÃO EM REDES .....	47
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>51</b>
3.1 A PERTINÊNCIA TEÓRICA E METODOLÓGICA DA ESCOLHA DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO COMPARADO .....	54
3.2 AS ETAPAS DA PESQUISA .....	55
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>69</b>
4.1 O CIDADÃO NO CONTEXTO DA E-PARTICIPAÇÃO E DO GOVERNO ABERTO: PERCEPÇÕES INICIAIS E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS.....	69
4.2 A PLATAFORMA DA COMUNIDADE <i>DECIDIM</i> – ASPECTOS GERAIS E POSSIBILIDADES .....	70
4.3 A PLATAFORMA <i>DECIDIM.BARCELONA</i> .....	74
<b>4.3.1 Barcelona e sua vocação para a democracia participativa — antecedentes da implementação da plataforma <i>Decidim.Barcelona</i> .....</b>	<b>74</b>
<b>4.3.2 Aspectos gerais do projeto da plataforma <i>Decidim.Barcelona</i> .....</b>	<b>76</b>
<b>4.3.3 Análise da plataforma <i>Decidim.Barcelona</i> com base nos eixos de comparação .....</b>	<b>83</b>
<b>4.3.4 Análise de aspectos relevantes e específico do processo participativo pela plataforma <i>Decidim.Barcelona</i> .....</b>	<b>84</b>
4.4 AS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE EMPODERAMENTO-CONTROLE CIDADÃO SOB ANÁLISE .....	105
<b>4.4.1 A iniciativa Tá Selado! - Fórum Permanente de Participação Cidadã (Belém – PA) .....</b>	<b>105</b>
4.4.1.1 Análise da plataforma Tá Selado! com base nas categorias de comparação.....	108
<b>4.4.2 A iniciativa do Participa Maceió (Maceió – AL) .....</b>	<b>110</b>
4.4.2.1 Análise da plataforma Participa Maceió com base nas categorias de comparação....	112

<b>4.4.3 A iniciativa do E.I.T.A Recife (Recife – PE) .....</b>	<b>114</b>
4.4.3.1 Análise da plataforma E.I.T.A! Recife com base nas categorias de comparação .....	118
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS INICIATIVAS DECIDIM.BARCELONA E AS BRASILEIRAS .....	120
4.6 PRINCIPAIS LACUNAS ENCONTRADAS NO MODELO BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO COM O DE BARCELONA .....	125
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE A — QUADROS COM A LISTA DAS INICIATIVAS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DAS 26 CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE B— INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS NA PLATAFORMA DECIDIM.BARCELONA .....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE C — INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS NA PLATAFORMA TÁ SELADO .....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE D— INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS DA PLATAFORMA PARTICIPA MACEIÓ .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE E — INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS DA PLATAFORMA E.I.T.A! RECIFE .....</b>	<b>184</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O modelo mais conhecido de democracia, é, geralmente, aquele relacionado com a confluência de três vertentes históricas: a teoria clássica ou aristotélica, a teoria medieval romana e a teoria moderna inspirada nas formulações de Maquiavel.

Melhor explicando, na primeira observa-se a preocupação com a forma de governo, já que compreende a democracia como o governo de todos os cidadãos, distinta da monarquia, vista como governo de um só, bem como da aristocracia, concebida como o governo de poucos. Já para a Teoria Medieval ou Romano-Medieval a preocupação está na mediação da soberania popular como fonte do poder, considerando como este se transfere para alguém (em geral, um monarca) e de como tal transferência se viabiliza. Desta perspectiva, observa-se a separação de poderes, relativizando a soberania do Poder Executivo (quem manda) e do Poder Legislativo (quem pode dizer/fazer o direito). Por fim, a Teoria Moderna ou de Maquiavel nasce com a criação dos Estados Modernos, conceituando democracia na contraposição entre Monarquia, relativa ao governo de poucos (aristocracia) e República, esta última alusiva a um governo genuinamente popular e de todos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000).

Pode-se, portanto, determinar que um Estado Democrático de Direito se estabelece como sendo um conjunto de regras e procedimentos para a tomada de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados (BOBBIO, 1986). Mesmo que seja restrita ao processo eleitoral, essa atuação já é importante realizando uma função de “proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados” (PATEMAN, 1992, p. 25).

Porém, ver a democracia baseada apenas na possibilidade de votar (e ser votado), na prática, não é o bastante para, atualmente, uma nação ser considerada como democrática. Para isso, é necessária uma evolução estrutural da democracia, capaz de permitir que a sociedade tenha o resguardo de estruturas capazes de possibilitar, de forma facilitada, um aumento da interlocução de vários grupos sociais entre si para poderem se contrapor aos desejos de manutenção do *status quo* dos grupos tradicionalmente detentores de poder político/econômico, possibilitando, assim, alternância de poder e oxigenação do sistema democrático existente (SCHMITTER, 1997).

Neste sentido, conforme várias evidências teóricas e empíricas, a evolução passa pelo aprimoramento e fortalecimento de instituições estatais, as quais não podem se resumir apenas a expressar a vontade de certos grupos detentores de poder, mantendo um modelo de manutenção de privilégios para certos setores, não atendendo aos interesses de uma parcela

grande da população, excluídos de exercer os direitos de cidadania, como, por exemplo, os direitos de participação e de comunicação políticas, capazes de garantir aos cidadãos se estes se convertam “no que querem ser: autores políticos responsáveis de uma comunidade de pessoas livres e iguais” (HABERMAS, 1995, p. 41).

Assim, os melhores exemplos de democracia trazem como ponto de contato o oferecimento ao cidadão de alto grau de liberdade, igualdade política e controle popular sobre as políticas públicas, conjugados, é claro, com a existência e bom funcionamento de instituições estáveis, capazes de permitir transparência e participação social nas esferas de decisão estatal (SOUZA; SILVA, 2017).

Dentro desta visão, o Brasil construiu-se como um Estado Moderno em sua República, pois essa se baseou na contraposição monárquica de um governo aristocrático de poucos para um governo genuinamente popular e de todos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000), indo até além, já que valorizou a ligação entre a participação social e a democracia, o que segundo José Afonso da Silva (2017), valorizar a participação cidadã, direta ou indireta, é o que representa a efetiva expressão da vontade popular no Poder, sendo, portanto, um dos princípios fundamentais do conceito democrático.

Saindo da visão mais conceitual da Ciência Política sobre a democracia para uma visão mais ligada às teorias da Administração Pública, pode-se perceber que as questões sobre participação social adotam uma forma mais instrumental. Desta feita, a estrutura conceitual da administração pública do Estado brasileiro é um modelo inspirado na estrutura portuguesa, mantendo, por isso, algumas falhas, em especial, relacionadas ao seu caráter patrimonialista e centralizador, o que acabou produzido uma organização estatal autoritária e poderosa, a qual estabeleceu com a sociedade uma relação de tutela e subordinação (AMORIM, 2000).

Assim, sendo no seu início mais autoritária do que democrática, a estrutura desequilibrada de poder, tradicionalmente, apenas permitiu à sociedade espaços restritos de participação na gestão pública, o que denota uma democracia do tipo delegativa, como estudado por O'Donnell (1991), em que a relação entre Estado e cidadão é uma relação de tutor-tutelado, na qual o cidadão outorga uma procuração de plenos poderes para o governante agir como melhor entender.

Entretanto, olhando a evolução dos períodos da Administração Pública brasileira, percebeu-se uma maior preocupação com a participação democrática cidadã surgindo por volta dos anos de 1980, relacionada com as teorias ligadas à corrente Pluralista, que veem o Estado não como sinônimo de aparelho governamental, mas, sim, como um espaço no qual os diferentes grupos de interesse se encontram.

Nesse período, destaca-se o Movimento do Novo Serviço Público, baseado numa busca por maior importância para participação cidadã, em especial, voltado para as possibilidades de coprodução do bem público, que colocam o cidadão como protagonista na prestação de serviços e políticas públicas, permitindo que a participação social ocorra por meio do envolvimento do cidadão nas tomadas de decisões (ANDION, 2012).

Pode-se estabelecer, desta forma, que um cenário democrático realmente instrumentalizado ocorra quando há a modificação das demandas específicas e das formas de interação entre sociedade civil e administração pública, exigindo critérios calcados em participação política, que não seja confinada ao ato de votar, mas, sim, ampliada num espaço de coparticipação de cidadãos livres, uma esfera pública que interessa a todos os indivíduos, realizada através de um pluralismo democrático que permita diversas participações cidadãs, como forma de dar voz a todos aqueles — tanto incluídos como excluídos — dos processos democráticos tradicionais (MIDDLEJ, 2013).

Essa percepção é reforçada, inclusive, ao se analisar o sistema legal nacional, pois a Constituição Federal de 1988 tem em seu corpo normativo uma proposta clara que visou fortalecer as instituições estatais por meio de uma inserção maior dos cidadãos nas discussões políticas, para que estes não apenas sofram as decisões políticas, mas também “possam apontar os problemas e participar do processo de construção de soluções para estes” (LOPES; SILVA; MARTINS, 2016, p. 171). Destarte, a Constituição Federal adotou uma estrutura institucional de democracia participativa, que possibilita a atuação do cidadão de forma indireta (representantes eleitos) e direta (SILVA, 2017).

Graças a esse direcionamento constitucional para um modelo de democracia participativa, o Brasil tornou-se um grande laboratório de experiências participativas (AVRITZER; RAMOS, 2016), como, por exemplo, o Orçamento Participativo (OP)<sup>1</sup>, desenho de atuação cidadã de baixo para cima, que ainda é encarada como uma ferramenta útil para possibilitar a democracia deliberativa (YOUNG, 2014), possuindo um grande reconhecimento mundial, sendo, inclusive, legitimado e disseminado por diversas instituições internacionais,

---

<sup>1</sup> Política pública que possibilita a existência de um espaço real de diálogo entre Estado e cidadãos, bem como entre os cidadãos, em que podem ser realizadas práticas decisórias para a escolha das aplicações mais desejadas para o orçamento público. Além de ter sido inovador, o Orçamento Participativo acabou sendo reconhecido mundialmente como uma esperança democrática capaz de se sobrepor ao desencanto democrático (DIAS; MARTINS, 2016). Além disso, também foi iniciativa premiada e aceita pela ONU (PNUD e ONU-Habitat), União Europeia e Banco Mundial, como importante para a melhora das relações entre Estado e cidadãos, bem como remédio contra a corrupção (OLIVEIRA, 2016). Diante disso, o OP virou um modelo exportado para vários países do mundo, em especial do Continente Europeu.

como Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e União Europeia, como um meio de fortalecer a democracia, servido de instrumento de combate à corrupção, controle social e luta contra a pobreza (ALLEGRETTI; HERZBERG, 2004; OLIVEIRA, 2016).

Recentemente, o arcabouço jurídico tornou-se mais efetivo na busca pela participação cidadã via controle social das contas públicas por meio dos Portais de Transparência e de Acesso à Informação, trazidos para a Administração Pública brasileira, graças à Lei Complementar Federal nº 131/2009 (Lei da Transparência – LT) e à Lei Federal nº 12.570/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), modelo institucionalização de prestação e acesso a informações, visto como uma grande inovação, mas que ainda está em fase de maturação, tendo suas limitações (ZUCCOLOTTO, 2019).

A Constituição Federal de 1988 é vista como um passo importante para a melhora da cultura política e participativa do cidadão, sendo “apontada por diferentes autores como o marco normativo fundamental nesse processo de tornar o sistema democrático mais permeável a novas práticas participativas” (SILVA, 2018, p. 9). Seu texto trouxe várias alterações institucionais, que institucionalizam um desenho de regime democrático semidireto que “assume uma forma de democracia participativa, na qual encontramos participação por via representativa [...] e participação por via direta do cidadão” (SILVA, 2017, p. 148). Inclusive, em relação à participação direta do cidadão, graças ao Princípio da Legalidade constitucional<sup>2</sup>, há um grande espaço aberto para atuação do cidadão, que pode agir de todas as formas que a lei não o proíba, o que aumenta, exponencialmente, as possibilidades de exercício da cidadania em prol do fortalecimento do processo democrático.

Infelizmente, somente o texto constitucional não foi capaz de quebrar a relação tutor-tutelado, contudo, é inegável que trouxe grandes mudanças para a cultura política, principalmente ao institucionalizar vários espaços que permitem uma maior participação cidadã nas decisões das várias instâncias de governo no Brasil, aprimorando um modelo de democracia em que a legitimação do poder se fundaria no debate público, capaz de permitir que as decisões públicas tivessem mais legitimidade, pois seriam fruto de um processo com a “participação dos sujeitos afetados pela sua produção” (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016, p. 252).

Na verdade, há um desafio constante de reforçar a democracia por meio do fomento e instrumentalização da participação social. Inclusive, esse desafio não é novo, pois Arnstein, em 1969, já indicava que a participação social é uma forma de redistribuição de poder, à qual

---

<sup>2</sup> O Princípio da Legalidade diz que o Estado e seus representantes apenas podem fazer o que a lei autoriza (DI PIETRO, 2012), ou seja, assegura aos cidadãos comuns o direito de fazer tudo que a lei não proíba, o que os difere dos servidores e gestores públicos que apenas podem fazer o que a lei permite.

permite que os cidadãos sem recursos, tradicionalmente, excluídos dos processos políticos e econômicos, sejam incluídos nos processos decisórios, induzindo, desta forma, reformas sociais significativas em benefício da sociedade. Logo, é sabida a importância de dar espaços ao cidadão para participar, pois isso é uma forma valorizada para que ele tenha voz nas escolhas políticas, preenchendo lacunas nas relações entre governos e governados, gerando, assim, um governo mais democrático, realmente aberto e responsivo com as necessidades da sociedade (RÍOS; BENITO; BASTIDA, 2017).

Portanto, a Administração Pública para ser identificada como realmente democrática deve ser estruturada para permitir e potencializar a participação social. Neste sentido, a chegada do Século XXI com as diversas inovações trazidas pelos avanços tecnológicos mudaram o panorama, pois estabeleceram uma ideia de que, quanto mais tecnológico um Estado for no que diz respeito às suas informações, mais aberto este seria em relação ao conhecimento do cidadão (JARDIM, 2008).

Porém, há uma via de mão dupla nesse cenário de Administração democrática, já que se precisa que o cidadão queira participar. Ou seja, se há a expectativa de que um cidadão ideal, titular de direitos e liberdades tanto frente ao Estado, quanto aos demais particulares, que vá além da cidadania passiva, na qual ele é somente representado por agentes eleitos, passando para uma cidadania ativa, fundada em sua participação direta no exercício de poder político. Tal cidadão ideal é percebido quando se tem um cidadão “portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política” (BENEVIDES, 1994, p. 9).

É verdade, contudo, que a ideia de cidadania ativa também se baseia no nível de participação ofertada ao cidadão em cada iniciativa pública<sup>3</sup>, ou seja, deve haver nas ações dos governos formas de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à comunidade política, fortalecendo, assim, as instituições democráticas e as organizações sociais, propiciando-lhe a oportunidade de se pronunciar e ser incluído nos processos políticos (AMORIM, 2007).

A busca pela cidadania ativa, baseada em espaços mais democráticos dentro da gestão pública, é relativamente nova na estrutura estatal do Brasil, já que, culturalmente, sempre houve decisões políticas com alto grau de autoritarismo e afastadas da opinião direta do cidadão, fazendo com que se imaginasse o Estado como algo acima do cidadão.

---

<sup>3</sup> O termo “iniciativa” é utilizado neste trabalho de forma ampla e abrangente a fim de abarcar qualquer política pública, programa de governo, espaços de atuação e interação entre Estado e sociedade, bem como programas relacionados à oferta de serviços públicos. O uso de tal termo abrange, portanto, toda e qualquer ação estatal que vise algum tipo de interação entre o Estado, enquanto Administração Pública, e o cidadão, ou individualmente ou em grupos.

Tradicionalmente, a participação popular apenas se deu na forma eleitoral, o que é um ato de essencial para uma democracia, mas, considera-se essa atuação social muito limitada dentro de uma visão democrática moderna, que espera “uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas” (PATEMAN, 1992, p. 61).

É preciso a institucionalização de práticas que exijam a participação cidadã, além das formas eleitorais, permitindo, destarte, o envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios das políticas públicas, fazendo com que a participação seja a materialização da cidadania ativa, à qual pode ser exercida por qualquer indivíduo ou também por organizações em movimento em rede, grande vetor para juntar indivíduos, entidades e organizações diferentes para objetivos comuns, ainda que transitórios, mas com o efeito de fortalecer e empoderar de forma estratégica a sociedade civil (MIDDLEJ, 2013).

Portanto, o desafio de reforçar a democracia, é, na verdade, um caminho que modifica a estrutura da Administração Pública para inserir instâncias participativas que permitam que o cidadão com desejo de atuar, possa fazê-lo.

Neste sentido, as mudanças nas estruturais estatais não podem acontecer sem levar em conta como é a sociedade, seu nível cultural, financeiro, etc. Somente por meio da criação de estruturas condizentes com a sociedade é que as iniciativas terão maior chance de obter sucesso. Portanto, as instâncias participativas institucionalizadas, neste momento, devem adequar seus procedimentos para uma sociedade cada vez mais digital, que valoriza as formas de interação cidadão-governos por meios eletrônicos.

Tal tendência da sociedade atual faz com que cada vez mais surjam modelos democráticos baseados em governo eletrônico, governança digital e outras possibilidades que fazem com que a democracia passe a ser vista também dentro da ideia de uma democracia digital.

Dentre as diversas formas de governos que se instrumentalizaram por meios digitais, chama a atenção as iniciativas democráticas vinculadas às práticas baseadas nas diretrizes do Governo Aberto, movimento internacional chamado de Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), que traz objetivos e princípios essenciais a serem alcançados para haver um governo realmente aberto à participação efetiva do cidadão, bem como responsivo no uso de receitas e na atuação de seus membros.

Esse movimento busca a reconstrução da Administração Pública que melhor se adequa à Era da Informação, em que a internet deixou de ser apenas uma ferramenta, mas passou a ser

um espaço gerador de cultura, em que prolifera uma possibilidade de comunicação em massa baseada em interatividade e comunicação personalizada (SIMÕES, 2009).

Ainda é importante frisar que, muitas vezes, essas inovações na gestão pública que ampliam espaços participativos são, na verdade, uma resposta positiva às diversas manifestações populares que discordam da democracia representativa existente, exigindo que haja mais abertura para o cidadão atuar de forma direta nas decisões de governo. Desta forma, a existência de uma Administração Pública eletrônica passa ser uma realidade e uma porta para de entrada de novos atores participativos, especialmente, nas gestões públicas municipais que, conforme advoga Pateman (1992), são as mais acessíveis a essa ideia da democracia participativa.

Assim, é possível notar diversos movimentos de busca por formas de participação social eletrônica, a e-participação, panorama esperado, segundo as lições de Pierre Lévy, que propôs o surgimento de uma inteligência coletiva, fundada na “cibercultura que dispõe ao usuário, ou ao indivíduo, a participação, a socialização, a descompartimentalização e a emancipação” (SIMÕES, 2009, p. 10). Inclusive, a pandemia da Covid-19, mostrou que a virtualização de procedimentos, antes apenas presenciais, é possível e consegue ser realizada por parte da população sem grandes problemas de entendimento, afinal, há uma sociedade com um número cada vez maior dos chamados “nativos digitais”.

Percebe-se mundialmente esforços para adequar as instituições participativas à sociedade de “nativos digitais”, muitos destes buscando a realização e efetivação da chamada e-participação, a qual permite iniciativas que vão desde a provisão de espaços que forneçam informações, deliberação e consulta aos cidadãos, indo até mais além, buscando soluções tecnológicas avançadas, capazes de coletar contribuições políticas dos cidadãos (TOOTS, 2019).

Dentre as iniciativas já existentes que se utilizam de plataformas de e-participação, merece destaque dois exemplos que ocorrem na Espanha: o primeiro deles ocorre na cidade de Madri, na qual se tem a plataforma *Decide*<sup>4</sup>, e o outro ocorre na região da Catalunha, em que várias cidades usam uma plataforma que começou a ser utilizada na cidade de Barcelona, a plataforma *Decidim*<sup>5</sup>. Tais plataformas de e-participação buscam construir cidades mais abertas, transparentes e colaborativas, funcionando como um espaço para os cidadãos indicarem as carências e urgências da cidade, propondo soluções para serem escolhidas pela sociedade e realizadas pela gestão pública municipal.

---

<sup>4</sup> A plataforma usada em Madri pode ser acessada no endereço <https://decide.madrid.es/>

<sup>5</sup> A plataforma de Barcelona do *Decidim* tem seu acesso pelo endereço: <https://www.decidim.barcelona/>

Espera-se que esse estudo traga mais informações sobre os usos de plataformas de e-participação, em especial, quanto à sua efetividade como forma de potencializar novas políticas públicas participativas, inseridas nos ideais do Governo Aberto, e, acima de tudo, realmente acessíveis e relacionadas com os cidadãos, permitindo que estes possam atuar de forma ativa, não apenas recebendo serviços, mas colaborando com a manutenção de políticas e espaços públicos participativos que favoreçam a governança pública.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Modernamente pode-se estabelecer o êxito de um modelo de gestão pública apenas se este encara e aceita a participação cidadã como positiva para a Administração Pública, especialmente se este modelo estiver ligado às diretrizes do Governo Aberto, o qual tem na participação social um dos seus pilares.

Assim, é interessante a análise, via índices ou métricas determinadas, de como essa participação está se efetivando ou não nas iniciativas da gestão. Inclusive, cabem estudos comparativos entre modelos que já tenham maior maturação nesse processo de aprimoramento dos modelos existentes, tendo, por exemplo, a experiência de já ter passado por situações que permitiram uma avaliação de seu funcionamento, indicando avanços e limitações. Neste contexto, também se permite analisar diferenças entre iniciativas de países diferentes, com o devido cuidado dos eixos de comparação escolhidos, pois é outra ferramenta analítica que auxilia no aprimoramento.

Destarte, é possível visualizar as iniciativas brasileiras sob um contraponto do que está sendo feito em outros países, como, por exemplo, alguns países da Europa que possuem marcos bem estabelecidos e abrangentes quanto à adequação de suas instituições participativas a uma sociedade mais digital e ao Governo Aberto. Aqui cabe uma ressalva: essa análise deve ser feita com o devido cuidado, em se estruturar qualquer comparação, pois não adianta idealizar que algo utilizado na Europa será funcional aqui no Brasil, pois isso nem sempre isso irá ocorrer, em razão das diferenças culturais e institucionais existentes.

Logo, qualquer estudo comparativo é um trabalho de cunho qualitativo que busca trazer as convergências e divergências existentes no que se estuda, o que só é encontrado, inicialmente, graças ao estudo aprofundado das iniciativas participativas, com o estabelecimento de eixos de análise que possibilitem o estabelecimento de indicadores padronizados de comparação para, somente daí, poder se auxiliar na criação ou aprimoramento de modelos que sejam adequados à realidade nacional.



Tal fenômeno de avaliar para aperfeiçoar, portanto, é bem comum e bastante utilizado, sendo que instrumentos de avaliação da participação cidadã existem em vários lugares, inclusive no Brasil. Porém, nem sempre esses instrumentos existentes avaliam a participação social em todos seus aspectos ou níveis, pois metrificar a participação dentro do aspecto de transparência e acesso à informação é um nível válido, mas que não chega a declarar que há efetivamente a participação do cidadão, diferentemente de níveis de empoderamento e colaboração, em que a participação é realmente eficiente na criação ou execução de políticas públicas.

Atualmente, a Administração Pública brasileira se preocupa com as questões de participação social, institucionalizando-a em diversas iniciativas, criando, inclusive, espaços dentro de cenários de gestão pública eletrônica, muitas vezes baseados nos padrões estabelecidos pelos objetivos e princípios do Governo Aberto, que exigem um padrão de interação político-administrativo no qual o cidadão passa a ser a prioridade para as políticas públicas, além de estabelecer “valores e princípios específicos como estratégias para a concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e dos processos de modernização administrativa” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018, p. 6).

Neste cenário, ainda é relevante destacar que a pandemia da Covid-19 acelerou as iniciativas de diversos entes públicos nacionais, os quais precisaram implantar em um processo muito rápido o acesso a serviços por meio das plataformas digitais, bem como permitir interações entre cidadão e administração de modo virtual, o que fortaleceu as possibilidades de construção de modelos de Administração Pública mais digitais, além de fomentar as possibilidades de participação social de forma remota ou virtual.

Diante do que foi exposto, percebe-se que não basta dotar a Administração Pública de iniciativas com participação social somente, mas deve-se questionar qual é o nível desta participação existente, em especial nas iniciativas digitais baseadas nos objetivos de Governo Aberto, que estão sendo construídas no Brasil. Mais especificamente, interpelar se, nas diversas iniciativas municipais existentes no Brasil, há realmente possibilidade de participação cidadã com aumento de poder civil (*empowerment*) que permita que o cidadão colabore de forma eficaz com a construção e execução de políticas públicas, a exemplo das experiências europeias com maior grau de maturação.

Na verdade, tais indagações fazem parte de uma agenda relevante de pesquisa, a qual busca determinar na participação social oferecida pelos governos se há efetivo aumento de poder civil (*empowerment*), especialmente, em iniciativas de democracia digital sob o escopo dos ideais do Governo Aberto (ALUJAS; DASSEN, 2012; SILVA, 2016; LUCIANO;

WIEDENHÖFT; SANTOS, 2018; STEINBACH; SIEWEKE; SÜß, 2019; MITOZO; MASSUCHIN, 2020

Para se possível ter um melhor desenho na pesquisa o estudo irá se concentrar somente na esfera municipal, ou seja, em iniciativas com âmbito de atuação restrito a um município, escolha justificada com base na premissa de que o maior conhecimento dos problemas locais e a proximidade dos cidadãos em relação aos gestores são fatores que contribuem para a efetivação da participação política e social (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2013), bem como pelo fato de que em processos de participação abertos, quando o foco está limitando ao âmbito local, permite-se uma melhor articulação entre os temas de interesse específicos, visto a melhor identificação entre agentes e temáticas envolvidas (GUTIÉRREZ-RUBÍ; DALMASES, 2017).

Ainda, o estudo tem como ponto de partida inicial, especificamente, a análise das iniciativas alocadas nas capitais dos estados brasileiros, a fim de se tentar trazer uma visão mais ampla e abrangente das realidades do Brasil, apresentando um panorama mais nacional para a análise e não somente restrita a uma determinada região.

Com base no contexto exposto, a hipótese desse trabalho, baseia-se na ideia de as plataformas digitais permitirem uma maior participação do cidadão quanto ao empoderamento-controle (*empowerment*) e uma participação real do desenho e execução de políticas públicas.

Assim, a partir da contextualização feita e da hipótese da pesquisa estabelecida, a seguir tem-se o detalhamento dos objetivos propostos para este trabalho.

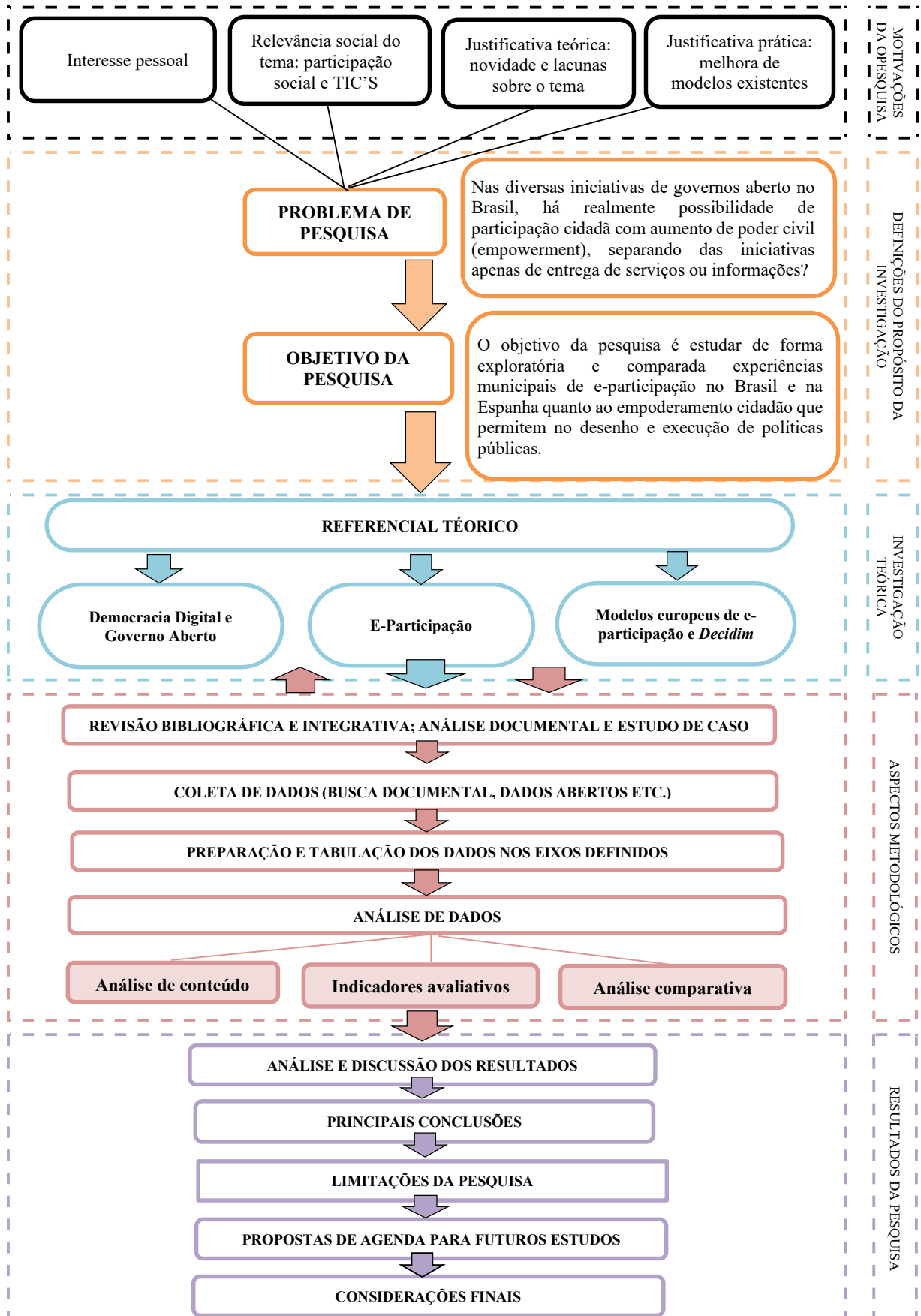
## 1.2 OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICO

O objetivo da pesquisa é estudar de forma exploratória e comparada experiências municipais de e-participação no Brasil e na Espanha, quanto ao empoderamento-controle cidadão (*empowerment*).

Ainda, com o destaque das iniciativas de empoderamento cidadão, o trabalho tem como objetivos específicos:

- a) estudar de forma mais aprofundada o modelo de e-participação oferecido pela comunidade *Decidim*, especialmente com foco no de cidade de Barcelona;
- b) após a identificação das iniciativas brasileiras com participação social no nível de empoderamento-controle, realizar estudos aprofundados sobre elas;
- c) por fim, dentro de determinados padrões de comparação, fazer as correlações e destacar diferenças entre os modelos, inclusive para destacar lacunas para novos estudos e ações que aprimorem as plataformas brasileiras.

Figura 1 — Mapa mental da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

### 1.3 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA TESE

Buscando apresentar de forma resumida as informações constantes na pesquisa, este item relata brevemente o conteúdo de cada capítulo. A pesquisa está dividida em cinco partes, a saber: (1) Introdução; (2) Referencial teórico sobre a democracia digital e Governo Aberto, histórico da Administração Pública no Brasil e o local da participação social atualmente, e-participação e modelos europeus de plataformas de e-participação; (3) Aspectos metodológicos; (4) Resultados e discussões; e (5) Considerações finais, limitações e sugestões.

Para esquematizar a proposta de investigação, o Quadro 1 apresenta a estruturação dos capítulos da tese.

Quadro 1 — Estruturação dos capítulos da tese

Capítulo	Descrição	Justificativa
Capítulo 1 – Introdução	Na primeira parte, tem-se um contexto geral sobre os temas aprofundados no capítulo teórico em que se trabalha com as ideias mais recentes sobre a democracia sob o enfoque do Governo Aberto e das possibilidades de e-participação. Além dessa contextualização, o capítulo apresenta os objetivos geral e específicos da pesquisa, bem como a justificativa e a relevância da investigação.	Introduzir o leitor aos conteúdos abordados na tese, com a intenção contextualizar o tema.
Capítulo 2 – Referencial teórico	Discorre-se brevemente sobre a conceituação da democracia digital e sua relação com as propostas e direcionamentos do Governo Aberto. Além disso, apresentam-se definições sobre o que é a e-participação e como essa é vista como uma forma de potencializar a participação social nos ciclos decisórios de políticas públicas. Aproveita-se para trazer um breve panorama sobre o uso de plataformas de e-participação em cidades europeias selecionadas.	A construção desse aparato teórico foi fundamental para a análise dos resultados obtidos na pesquisa, além de ter auxiliado nas discussões referentes aos resultados.
Capítulo 3 – Aspectos metodológicos	Diante dos objetivos propostos se construiu uma pesquisa exploratória, estabelecida sobre um estudo lastreado num arcabouço teórico ligado à fenomenologia, que determinou uma jornada metodológica em etapas para se estabelecer iniciativas comparáveis da Espanha e do Brasil, determinando-se um eixo de direcionadores dessas comparações com base em elementos presentes em índices aplicáveis de análise de modelos participativos baseados nas diretrizes de Governo Aberto.	Os aspectos metodológicos determinados permitiram uma melhor visão sobre os temas estudados, possibilitando uma definição de sobre o nível de participação social que deveria nortear as iniciativas a serem estudadas, como base em eixos que permitissem uma comparação aceitável cientificamente.
Capítulo 4 – Resultados e discussões	Busca-se apresentar de forma direta os dados encontrados sobre as questões de e-participação em diversas iniciativas, bem como mostrar um panorama geral da plataforma <i>Decidim</i> e seus usos em diversos locais no mundo, para, então, dar enfoque apenas à <i>Decidim.Barcelona</i> . Logo, por meio dela, proceder-se-á com as comparações em relação às iniciativas escolhidas no Brasil (Tá Selado, Participa Maceió e E.I.T.A. Recife).	A construção deste capítulo levou em consideração a apresentação de um quadro geral para, daí, ir para a iniciativa paradigma da comparação, e, por fim, apresentar as iniciativas brasileiras, analisadas de forma diretamente comparadas, estabelecendo linhas gerais para percepção de lacunas e limitações a serem colocadas no modelo sugestivo de mudanças de modelagens e novos estudos.
Capítulo 5 – Considerações finais	Nesta parte final volta-se para a apresentação da relevância do estudo com base nas questões introdutórias, problemas e objetivos a fim de se poder fazer um fechamento com a indicação de resultados mais relevantes encontrados, bem como entender como se deu possíveis limitações do estudo e como vencer isso no futuro com propostas de mais pesquisas sobre a temática tratada no trabalho.	A parte tem grande importância no trabalho pois é onde se resume as partes mais relevantes do estudo, podendo, aqui, o autor deixar um pouco mais do que pensa sobre o assunto, especialmente ao assumir que houve limitações, mas essas podem ser resolvidas por meio de novos estudos no futuro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inicialmente, é fácil inserir as questões de participação social e espaços públicos nas discussões sobre a democracia, relacionando o tema apenas ao Direito, especialmente em seu ramo do Direito Constitucional e/ou do Direito Administrativo, bem como à Ciência Política, afinal, é um fato que a participação cidadã é um dos fundamentos do chamado Estado Democrático, já que ele é entendido como “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada à participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 1986, p. 11).

Assim, é cristalino o entendimento de que na democracia exige-se que esteja sempre presente a soberania popular, afinal, nos Estados modernos tem-se como ideia fundamental de que o povo é a única fonte do poder, baseando isso na participação do cidadão na construção da democracia, tanto de forma direta, quanto de forma indireta (SILVA, 2017).

Neste contexto, é preciso ver como a democracia está situada na Administração Pública. Primeiramente, pode-se falar que, como o estudo dessa área era parte integrante do estudo do Direito e da Ciência Política, aquele sistema baseado na soberania popular já estaria inserido da mesma forma naquelas áreas das Ciências Sociais aplicadas.

Contudo, isso não é bem verdade, principalmente pelo fato de a Administração Pública, atualmente, ser vista como um campo de conhecimento individualizado, entendido dentro de categorias teóricas, técnicas e práticas, incorporado a um contexto externo e histórico específico (CÔRREA; PASSADOR, 2019). Deste modo, é preciso situar as questões da participação social dentro da estrutura da Administração Pública com base, pelo menos, em suas teorias organizacionais.

Para isso é preciso olhar a Administração Pública além do modelo burocrático de Weber, que é uma das primeiras perspectivas olhadas na construção de estruturas administrativas, nas quais o funcionamento da estrutura é julgado em termos de eficiência, sendo uma concepção mecânica da organização pública, como um instrumento para o alcance de fins predeterminados (MORGAN, 2005).

Apesar de interessante e importante, tal visão traz ênfase na impessoalidade, na neutralidade e na competência técnica do corpo administrativo, também traduzida numa ideia muito voltada para escola de pensamento “*Estadocêntrica*” — também chamada de Velha Administração Pública —, em que se ampliam as competências e a racionalidade funcional na administração, estabelecendo o Estado como único responsável pelo planejamento, execução e

avaliação das políticas públicas, sempre de forma centralizada e de cima para baixo (ANDION, 2012).

A inserção de ideia da necessidade de participação social como fator que torna uma Administração Pública realmente democrática faz com que se precise ir além das teorias Estadocêntricas, passando para uma perspectiva mais orgânica, em que se perceba a Administração como uma organismo dentro de redes de relacionamentos tanto internos quanto externos, entre a organização pública e seu ambiente, pois é necessário que esse sistema integrado e situado em redes também seja capaz de se adaptar (MORGAN, 2005).

Dentro deste contexto, vale ressaltar a adoção de paradigmas de pensamento ligados à escola Pluralista, que toma força no Brasil na mesma época da abertura democrática e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa corrente teórica, os estudos são dedicados a compreender o estabelecimento da sociedade civil como ator político, criticando a não permeabilidade da Administração Pública à participação popular, fortalecendo, portanto, um cenário em que esta administração passe a entender que está num espaço no qual diferentes grupos de interesse se encontram e devem ser ouvidos (ANDION, 2012).

Desta forma, as mudanças na Administração Pública dos anos de 1990 acabam por validar, juntamente com o recém-criado arcabouço constitucional, uma democracia que vai além da mera representação indireta, passando para modelos de representação direta e também deliberativos, nos quais a participação torna-se elemento de destaque (ANDION, 2012).

Inclusive, neste momento, percebe-se, por exemplo, que mesmo na adoção do modelo gerencial na Administração, com a reforma de 1995, há um espaço para o cidadão além do que ele tinha até então, pois ainda que se veja o cidadão como um cliente, lhe é dado o direito de reclamar, questionar e exigir (aspectos da governança e *accountability* oriundos do modelo implementado), o que nem sempre se via anteriormente, dado o Estado e seus modelos de administração estarem direcionados mais para as práticas de eficiência burocráticas centradas na ideia de Estado enquanto último e único responsável pelas decisões, visto seu tradicional perfil patrimonialista e centralizador.

Destarte, as inovações do período trazem no final dos anos de 1990, uma percepção de que a Administração Pública não obteria bons resultados práticos somente com a execução de instrumentos gerenciais, necessitando envolver as comunidades aos processos decisórios, encarando-as como “atores importantes em todas as fases da gestão governamental, sendo requerida para tanto a viabilização da participação, capacitação e envolvimento da sociedade civil com o poder público” (CÔRREA; PASSADOR, 2019, p. 169).

Dentro deste contexto de aumento de espaços aos cidadãos, pode-se destacar o movimento do Novo Serviço Público (NSP) focado em modelos de gestão baseados nas teorias democráticas e da cidadania, centrados nos ideais de espaços públicos em que as comunidades locais possam dialogar e mostrar seus interesses ao Poder Público.

Logo, tem-se o cidadão além do mero cliente de serviços públicos, mas, sim, como um coprodutor do bem público, ou seja, protagonista na definição e execução de políticas públicas, auxiliando na promoção da transformação social, pois o sucesso de uma política pública vai além de ter sido a lei aplicada corretamente ou de seu desempenho técnico, dependendo, e muito, do grau de envolvimento dos cidadãos ocorrido nestas tomadas de decisão, pois elas devem descrever um comportamento cooperativo (ANDION, 2012).

Ou seja, deve-se buscar inserir o cidadão realmente no ciclo da política pública, permitindo que ele participe do maior número de possíveis das fases, desde o seu início na definição da agenda, passando pela identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implantação e avaliação, tendo especial papel nesta última fase, visto ele, melhor que ninguém é quem mais sentiu se a política funcionou ou não (SOUZA, 2006; PEREIRA, 2014).

Resumidamente, a participação social como elemento essencial na estrutura da Administração Pública nacional é algo recente, surgindo no final dos anos de 1980 com o movimento democrático e a Constituição Federal de 1988, tomando forma, realmente, nos anos de 1990 em diante. Podendo essa participação ser vista como um avanço que possibilita a mudança de pensamentos Estadocêntricos para correntes mais pluralistas, que colocam em maior destaque a participação da sociedade civil na esfera pública, auxiliando na consolidação da gestão dentro de um compromisso com o Estado Democrático de Direito, permitindo, ainda, que se gere novos arranjos institucionais na esfera pública, inclusive, dentro de novos contextos como, por exemplo, os modelos digitais ou eletrônicos.

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA INSERIDA NUM MODELO DIGITAL

A disseminação do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impactou diversos setores da vida em sociedade, sendo que também gerou mudanças nas tomadas de decisão democráticas, pois a internet transformou-se num espaço de interação social que permite que a democracia seja exercida por meio do ciberespaço, além daquelas formas tradicionais de ser exercer a cidadania (JANUÁRIO; CORREA, 2020).

Tais mudanças criaram uma evolução nas teorias e estruturas democráticas existentes, capaz de ser identificada como uma era da democracia digital, inclusive. Essa evolução ocorre também porque há uma mudança da sociedade com o aparecimento de pessoas com mais



facilidades para interações digitais, que valoriza as possibilidades de governos e gestões públicas caminharem nessa direção.

Assim, é possível aceitar a existência de um modelo que busca a abertura do governo para o cidadão, com foco em tecnologias que possam intensificar essa relação. Logo, isso pode ser chamado e conceituado como democracia digital, terminologia esta que não é única e pacífica, já que há várias outras denominações, como, por exemplo, “e-democracia”, “democracia eletrônica” ou “ciberdemocracia”, afinal, trata-se de uma ideia, ainda geral e em construção, de um novo modelo de democracia ligado ao uso de tecnologias digitais para efetivar e possibilitar avanços no ideário clássico (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016).

Tal novidade e amplitude conceitual faz com que, ao se pesquisar, surjam diversos trabalhos que apresentem uma gama muito grande de hipóteses estudadas de democracia digital e de como ela impacta na construção de estruturas e órgãos da gestão pública, indo desde a mera apresentação de informações em portais, passando por entrega de serviços públicos de forma digital, como, por exemplo, certidões do Poder Públicos, participação do cidadão em modelos de pesquisas e portais de opiniões, até a existência de modelos de governo eletrônico, como o da Estônia, extremamente aberto às atuações de forma digital e com entrega de serviços de forma quase 100% digital (GOEDE, 2019).

Muitas vezes, a noção dessa democracia eletrônica é pensada como um sinônimo de governo eletrônico, o que é uma compreensão limitada, em especial quando se pensa na participação social. Pinho *et al.* (2019) indicam que a questão pode ser mais bem visualizada na Administração Pública por três abordagens: gerencial, política e híbrida.

Assim, sob a perspectiva gerencial, haveria no cenário digital um governo eletrônico como uma possibilidade de disponibilizar e aumentar a eficiência dos serviços governamentais, ou seja, usar a tecnologia para que haja melhor governança, um melhor acompanhamento de procedimentos internos, prestação de serviços etc. Em relação à abordagem política, o governo eletrônico seria visto como uma democracia digital, pois iria abranger os mecanismos e espaços nos quais a sociedade civil acionaria e interagiria com o Estado, além da entrega de serviços, buscando um potencial de transformação política pelo ambiente digital. E, é claro, que a abordagem híbrida veria o governo eletrônico sendo um pouco de cada uma das anteriores (PINHO *et al.*, 2019).

O ideal é olhar as possibilidades de e-democracia ou governo eletrônico como uma transformação profunda, que abranja, necessariamente, a melhoria da estrutura tecnológica dos governos, mas também tenha a capacidade de mudar a cultura organizacional e a forma de governar (NEVES; SILVA, 2021). Contudo, não se pode perder de vista que uma democracia

digital forte e constituída é aquela que abre caminho para a cidadania por meio da participação da sociedade civil (PINHO *et al.*, 2019).

Essencialmente, pode-se esperar que a mudança para modelos mais abertos de e-democracia ou governo eletrônico influam na construção de políticas públicas, pois gera-se uma expectativa de forma digital seja mais célere o “estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

### 2.3 A DEMOCRACIA DIGITAL E O GOVERNO ABERTO

Diante da evidência de que ainda há grandes confusões sobre a democracia digital, não se podendo falar em um conceito definido e restrito, havendo, na verdade, agrupados nessa terminologia, diversas formas de entrega ou atuação digital estruturada na Administração Pública.

Por isso, é comum, às vezes, designar, numa solução simplista, a democracia digital como governo eletrônico, identificando-o como aquele arranjo governamental que se dá pelo uso intensivo (e adequado) das TIC nas organizações, o que, geralmente, acaba sendo apenas a digitalização da burocracia (tornar digital o procedimento que antes era presencial), sem que haja qualquer mudança real das práticas e da cultura organizacional (ALUJAS; DASSEN, 2012).

Por exemplo, se percebe essa solução simplista ao se olhar o Brasil, que, por volta do ano 2000, começa a implementar uma série de avanços legislativos, em especial no Governo Federal, que buscaram estabelecer ideias de governo eletrônico, pois se deseja uma ferramenta de governança digital para viabilizar a maior participação cidadã nas diversas instâncias de deliberação política, criando mecanismos institucionalizados que garantissem maior acesso à informação, aos serviços públicos, promovendo uma maior inclusão digital (FREITAS, 2016). Essa implementação ainda ocorria de forma concentrada mais em abordagens gerenciais (PINHO *et al.*, 2019), o que era considerado como bastante normal à época.

Portanto, a fim de se evitar isso, ante conceituações simplistas sobre o que seria o fenômeno da democracia digital e para entender todo o seu potencial inovador, torna-se interessante buscar uma forma mais restrita de entendimento e definição do que poderia ser classificado, realmente, como democracia digital.

Assim, uma possibilidade interessante e bem técnica para se bem definir a democracia digital, focada em mudança de práticas e cultura organizacional, é relacionar essa democracia aos princípios e objetivos do chamado Governo Aberto, movimento mundial em andamento

para o estabelecimento das práticas de modernização da gestão pública, que, nos termos do 4º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto, define-se como um:

[...] modelo de interação político-administrativo que coloca o cidadão como prioridade para as políticas públicas e estabelece valores e princípios específicos como estratégias para a concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e dos processos de modernização administrativa (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018, p. 6).

O Governo Aberto começa a se desenhar de forma efetiva em 2009, quando o então presidente norte-americano Barack Obama (2009-2016) publica seu Memorando para a Transparência e Governo Aberto, no qual assume como compromissos para seu mandato tornar o governo norte-americano objeto de maior confiança pública, estabelecendo, para isso, um sistema de maior transparência gerando ampliação da participação pública e colaboração por parte da sociedade (OBAMA, 2009).

Essa intenção de Obama acaba por fortalecer um movimento que vinha sendo desenhado mundialmente, surgindo de forma definitiva em 2011, quando foi criada a Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), iniciativa internacional encabeçada pelos EUA e o Brasil, da qual hoje fazem parte mais de 70 países. Essa iniciativa busca a difusão e incentivo às práticas governamentais relacionadas à transparência e ao acesso de informações, ao combate da corrupção, ao fomento de novas tecnologias para governo ficar mais aberto e responsável, bem como o aumento de participação social (POSSAMAI, 2016).

O Brasil como um dos fundadores desta iniciativa, ainda em 2011, lança o 1º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, que institucionaliza várias iniciativas e objetivos para que o Brasil seja realmente inserido na OGP (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018), o que permitiu que a institucionalização de regras para a criação de elementos de democracia digital passasse a ter um direcionamento, que se dá pelos ideais e objetivos propostos pela OGP.

Desta feita, não se busca apenas a realização de um contexto ideal e não prático de Governo Aberto, mas, sim, uma reconstrução da Administração Pública para que esta melhor se adeque a uma sociedade inserida na Era da Informação, em que a internet deixou ser apenas uma ferramenta, mas passou a ser um espaço gerador de cultura, capaz de permitir a existência de uma administração democrática eletrônica, capaz de ser porta de entrada de novos atores participativos.

No cenário atual, os ideais do Governo Aberto tornam-se peças fundamentais, pois produzem práticas capazes de democratizar e aumentar a efetividade da gestão pública, com destaque para a promoção dos dados abertos governamentais, “cuja aplicação desejada varia

desde a maior transparência das ações e decisões governamentais e a facilitação do controle social até a colaboração da sociedade na construção de soluções para seus problemas ou demandas diversas” (POSSAMAI, 2016, p. 366).

Desta forma, espera-se que haja a ocorrência de certos princípios em um cenário de Governo Aberto, que são: a) *accountability* (prestação de contas e responsabilização); b) participação social; c) transparência; e d) uso de tecnologia e inovação (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018).

Assim, vincular a democracia digital, enquanto um modelo de democracia ligado ao uso de tecnologias digitais para efetivar e possibilitar avanços e aberturas democráticas aos ideários do Governo Aberto, torna possível a visualização desse modelo de uma forma mais simples de ser identificado na prática, o que é interessante, sendo possível, agora, dividir iniciativas que apenas usam de TICs para entrega de informações e dados daquelas que permitem uma participação real dos interessados.

Atualmente, há uma proliferação do uso de ambientes digitais para processo de participação cidadã, em especial, na busca da transformação de instâncias participativas presenciais em modelo digitais ou híbridos, pois percebe-se que essas instâncias “encontraram na democracia digital elementos capazes de dinamizar ou fortalecer as relações políticas entre gestores, representantes e destes com o público mais amplo” (SILVA, 2016, p. 247).

Na verdade, o uso da tecnologia a fim de deixar os dados abertos permitem uma redução de custos para sua reutilização, possibilitando a inclusão de cidadãos interessados no desenho e implementação de conteúdos e serviços de interesse público (POSSAMAI, 2016).

Contudo, perceber a ideia de democracia digital lastreada nos princípios do Governo Aberto, exige mais do que apenas deixar dados abertos, mas ir além e permitir o uso e criação de espaços virtuais por meio de *softwares* livres, como já se percebe em municípios da Espanha, como Madri e Barcelona, que usam o software de código aberto *Consul*, capaz de permitir oportunidades de engajamento cívico (GASTIL; DAVIES, 2020).

É interessante notar que em 2020, apesar de ser uma temática nova, já havia muitos artigos tratando sobre a democracia digital no Brasil, em especial sobre iniciativas que colocam essa ideia em prática, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 — Iniciativas nacionais de democracia digital e Governo Aberto 2010/2020

Termos buscados (com "governo aberto" ou "open government")	Artigos encontrados	Termos de refino procurados nos documentos			
		gover. eletrônica / <i>electronic governance</i>	partic. social / <i>social participation</i>	e-partic. / <i>e-participation</i>	<i>Empowerment</i>
"e-democracia"	3	0	2	2	0
"e-democracy"	62	42	40	27	5
"governo digital"	1	0	0	0	0
"digital government"	22	17	19	7	1
"democracia digital"	8	1	1	1	0
"digital democracy"	22	13	16	6	2
"democracia eletrônica"	1	0	0	0	0
"electronic democracy"	21	21	20	11	3
"ciberdemocracia"	2	0	0	0	0
"cyberdemocracy"	5	4	5	3	3
"e-gov"	6	1	1	1	1
"e-gov" (Inglês)	50	25	25	13	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os artigos apresentados no Quadro 2 são, em sua maioria, estudos sobre conceitos participativos em iniciativas de entrega de informações ou que discutem como a participação pode se dar, baseados em modelos apenas teóricos e ainda não testados na prática, além de vários artigos que apresentam estado da arte do tema ou agenda de pesquisas.

Porém, já há um número interessante de trabalhos que se voltam para iniciativas de democracia digital relacionadas aos princípios do Governo Aberto, em especial baseadas em participação social com aumento de poder civil, também chamado de *empowerment*, que pode ser definido como uma capacitação do cidadão para melhor atuar na esfera civil, com maior compreensão de dados governamentais e das instituições, para poder participar de tomadas de decisões (MITOZO; MASSUCHIN, 2020), o que permite também que esse cidadão possa adotar um perfil de colaboração, ou seja, apoiar e contribuir para a criação de valor público, social, econômico e cívico de forma efetiva (ALUJAS; DASSEN, 2012).

Neste sentido, os governos adotam espaços digitais para estabelecer formas de participação baseadas nas TICs, especialmente pela possibilidade de que a utilização de ferramentas livres possa superar as barreiras financeiras existentes nas formas de participação presencial, estabelecendo a chamada participação política online ou e-participação (PENTEADO; SOUZA, 2019; JANUÁRIO; CORREA, 2020).

Desta feita, há, atualmente, diversas possibilidades existentes de plataformas baseadas e em governos eletrônicos, ou, indo além, e baseando-se em democracia digital, sendo interessante restringir o estudo para se averiguar somente as definições e conceitos ligados à

participação social com aumento de poder civil (*empowerment*), principalmente, destacando possibilidades de participação política cidadã eletrônica ou e-participação.

#### 2.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NUM CONTEXTO ELETRÔNICO: A E-PARTICIPAÇÃO

A partir dos anos de 1990, o rápido desenvolvimento das TICs trouxe uma onda de otimismo em relação a uma revolução iminente da participação dos cidadãos (TOOTS, 2019). Inclusive, a temática da participação dos cidadãos na tomada de decisões públicas e na prestação de serviços, por meio das TICs, tornou-se um importante tópico de pesquisa, principalmente pelo fato de que vários governos têm adotado práticas de e-participação, buscando aumentar o envolvimento dos cidadãos e a transparência de suas decisões a fim de conseguir restaurar a legitimidade de seus atos graças à confiança do cidadão, que se engajou nesse processo (STEINBACH; SIEWEKE; SÜß, 2019).

Tais possibilidades, em especial, se baseadas no Governo Aberto, geram uma aspiração legítima dos cidadãos para mudar a forma de sua interação com seus governos, nos âmbitos político e estratégico, melhorando os sistemas democráticos, trazendo, assim, “novas práticas e inovações ligadas à construção de espaços de encontro, interação e trabalho conjunto entre autoridades, funcionários públicos e cidadãos” (ALUJAS; DASSEN, 2012, p. 49).

Assim, há um cenário de variados usos para a participação eletrônica, já que esta possibilita “a comunicação com um público mais amplo, aumentando o conhecimento dos participantes sobre as questões públicas, permitindo uma participação mais informada e profunda e melhorando a qualidade das políticas públicas e a confiança dos cidadãos no governo” (ROYO; PINA; GARCIA-RAYADO, 2020, p. 1).

A participação cidadã eletrônica é baseada, necessariamente, no uso de TICs, em todo ou em parte, permitindo esse fortalecimento democrático no diálogo entre governos e cidadãos para que haja na tomada de decisões (LUCIANO; WIEDENHÖFT; SANTOS, 2018). Logo, é possível pensar que o grande objetivo de um cenário digital para participação social poderá dar voz facilitada e ativa aos cidadãos no ciclo de criação e análise de políticas públicas, facilitando “a transparência dos processos de informação e participação, ofertas de cima para baixo para a tomada de decisão conjunta e melhor resposta a consultas de cidadãos de baixo para cima” (STEINBACH; SIEWEKE; SÜß, 2019, p. 63).

A fim de se ter um definição do que seria a e-participação, pode-se usar a estabelecida por Royo, Pina e Garcia-Rayado (2020, p. 1), pela qual:

A e-participação pode ser definida como o uso de TICs para envolver os cidadãos e outras partes interessadas nos processos de tomada de decisão pública e na deliberação de políticas para tornar a administração pública participativa, inclusiva, colaborativa e deliberativa para fins intrínsecos ou instrumentais.

Os estudos sobre a e-participação ainda estão em fase embrionária, visto a sua novidade e amplitude de possibilidades. Contudo, desde já se percebe que a e-participação pode se dar em várias perspectivas, que abrangem tanto engajamento cívico quanto o envolvimento cidadão (JUNG *et al.*, 2015).

A percepção de como se avança a realização e efetividade das iniciativas, permitem que essas sejam classificadas, como base no trabalho de Maaria Toots (2019), que estabelece uma gradação em gerações para as iniciativas pautadas em e-participação, na medida que a gestão pública permita espaços e possibilidades com maior engajamento cidadão há um aumento de geração, como se vê no Quadro 3.

Quadro 3 — Gerações da e-participação

<b>Primeira Geração</b>	Classificam-se nessa geração as iniciativas governamentais que permitam a provisão de espaços oficiais de alguma forma de e-participação aos cidadãos
<b>Segunda Geração</b>	Nesta geração são inseridas as iniciativas governamentais que se utilizam de mídias e/ou redes sociais para informarem e disponibilizarem os espaços participativos aos cidadãos
<b>Terceira Geração</b>	São classificadas como de terceira geração as iniciativas que baseiam, além do que já foi disponibilizado, no acréscimo de soluções tecnológicas avançadas capazes de coletar contribuições políticas dos cidadãos, permitindo e exigindo, assim, um maior engajamento destes no processo decisório

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Toots (2019).

Logo, quando se estabelece um espaço de participação digital, o foco buscado é alcançar uma e-participação de 3ª Geração, baseada no engajamento do tipo *empowerment*, que capacita o cidadão para poder participar de tomadas de decisões, com maior compreensão de dados governamentais e das instituições (MITOZO; MASSUCHIN, 2020).

Inclusive, ao permitir uma participação ligada ao *empowerment* cívico há realmente o entendimento de que se tem “ganhos democráticos por colaborarem com a saúde democrática de um Estado” (ALMADA *et al.*, 2019, p. 164). Percebe-se que na fase mais evoluída da e-participação focada no nível de empoderamento, ocorre um movimento em que as questões e decisões norteadoras saem, muitas vezes, de baixo para cima, ou seja, são iniciadas pelos cidadãos, que realmente conseguem colocar problemas e soluções no processo de tomada de decisão políticas (SUSHA, 2015).

Contudo, apesar de inovadores, os processos com base no uso de tecnologias digitais não são imunes a críticas, como, por exemplo, a possibilidade de que esses meios de e-participação gerem novas formas de desigualdade e exclusão, agora digitais, já que podem criar barreiras para parte da população, especialmente quanto ao acesso, capacidade pessoal de uso, confiança e disposição (RODRÍGUEZ-BOLÍVA; ALCAIDE-MUÑOZ; JESÚS, 2018).

Outra possível fonte de crítica situa-se no fato de que a maioria dos processos digitais em curso atualmente é destinada a registrar propostas ou em proporcionar canais de votação, não abrindo oportunidades para o debate sobre as propostas entre os participantes. Porém, Nebot e Pires (2017, p. 442), após indicarem essa limitação, reconhecem que:

[...] o uso das TIC pode trazer muitas vantagens para um processo de OP, adaptando-se às suas inúmeras necessidades. Por um lado, ele pode ser usado para interagir com uma grande variedade de cidadãos que não participam em reuniões pessoalmente e, por outro reduz substancialmente os custos (NEBOT; PIRES, 2017, p. 42).

Ainda, pode-se perceber limitações estruturais, visto a evolução da tecnologia ser mais rápida que a evolução das estruturas democráticas, ou seja, “o tempo da democracia é mais lento que o do desenvolvimento da tecnologia”. (PINHO *et al.*, 2019, p. 7).

Entretanto, há um grande interesse no estudo das formas participativas digitais, visto o seu uso cada dia mais corriqueiro, porém, existem poucos trabalhos sobre a difusão da e-participação no Brasil, havendo mais estudos sobre outros países da América Latina, sendo, contudo, a grande maioria dos estudos enfocados em iniciativas que ocorrem na Europa (STEINBACH; SIEWEKE; SÜß, 2019).

Desta forma, há uma lacuna que precisa ser mais bem estudada, sendo, para isso, interessante, inicialmente, estudos da realidade da e-participação europeia, dado a sua maior maturidade nas práticas e iniciativas, além, é claro, do maior número de estudos publicados e em andamento.

## 2.5 A E-PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS EUROPEIAS

Os países europeus há muitos anos iniciaram um processo de inovação em sua forma de interagir com seus cidadãos, percebendo tanto as possibilidades oferecidas pelas TIC's, bem como o fato de a sociedade atual estar inserida em um contexto digital, em que a maioria dos cidadãos fica *online* em mídias sociais, logo, qualquer atuação do “governo não atenderia ao Princípio da Efetividade se permanecesse com canais de diálogos burocráticos ou analógicos, idênticos à década passada” (SANTOS; SIMONARD, 2017, p. 19).



Inclusive, a construção de novas identidades individuais, graças a uma real democratização da informação, por meio de TICs, é uma forma de criar uma sociedade mais democrática e inclusiva (BEMBEM; SANTOS, 2013).

É interessante perceber que a inovação para possibilitar práticas de e-participação em Governo Aberto na Europa, muitas vezes, ocorre por meio de Orçamentos Participativos (OP), prática atualmente em desuso no Brasil, mas que no continente europeu tem seu uso em ascensão, inclusive sendo encarada como uma das formas de se contrapor ao desânimo dos cidadãos europeus com a democracia representativa, como se pode ver pelas palavras de Dias e Martins (2016, p. 12) que encaram que:

Os Orçamentos Participativos emergem como uma das mais bem conseguidas e consolidadas práticas de democracia participativa. Ao “desencanto democrático” os OP contrapõem com a “esperança democrática”, abrindo espaços de aproximação e de confiança entre políticos e cidadãos, prestando deste modo contributos cada vez mais importantes para a qualificação do regime.

Entretanto, é preciso lembrar que os OPs na Europa são diferentes dos existentes no Brasil. Enquanto aqui se preferiu um modelo que visava equilibrar as diferenças sociais por um processo de redistribuição de recursos do orçamento para regiões mais pobres, lá, em geral, se valorizou o OP como forma de modernizar e melhorar a máquina pública (ALLEGRETTI; HERZBERG, 2004).

Pode-se, neste sentido, citar que muitos governos municipais espanhóis, eleitos após as diversas manifestações populares de 2011, adotaram essa ideia, começando a utilizar diversos processos de OPs, ou seja, esses modelos foram escolhidos tendo como principal característica diferenciadora a possibilidade de maior participação dos cidadãos nas decisões de governo (NEBOT; PIRES, 2017). Além de movimentos sociais ocorridos, é mister falar que essa mudança por meio da busca de inovação nas cidades europeias se deu por um investimento maciço realizado pela União Europeia (EU) nos últimos anos para desenvolver formas de governança eletrônica.

Desta forma, percebe-se que houve um conjunção de fatores no começo dos anos de 2010, em que havia pressão popular por maior representatividade ao cidadão, surgimento da Parceria para Governo Aberto e, é claro, oportunidades de financiamento fácil por meio da EU, os quais ocasionaram uma mudança de paradigma institucional e tecnológico nas Administrações Públicas na Europa, criando um cenário interessante para o desenvolvimento e expansão de modelos participativos novos.

Assim, a Europa tornou-se um grande laboratório de iniciativas de democracia digital, Governo Aberto e e-participação, tendo como principal exemplo de sucesso a iniciativa do *e-estonia*, que possibilitou que um país inteiro se tornasse um modelo ideal de governo digital, mostrando que mesmo sem as perfeitas condições econômicas é possível inovar e “compartilhar em todo o mundo os benefícios da governança digital, bem como a enfrentar novos desafios” (KERIKMÄE; TROITIÑO; SHUMILO, 2019, p. 77).

O exemplo da Estônia retrata um esforço concentrado pelo governo e sociedade, demonstrando as possibilidades do governo digital, esforço iniciado em 1996 e que vem dando frutos desde então. Com isso, tornou-se um modelo de país que se baseia em projetos que promovem conscientização digital, o uso da internet e das TICs, em especial na educação, na ciência e na cultura, permitindo, por exemplo, que praticamente toda população use a internet, já que as crianças aprendem computação a partir dos 7 anos. (ROONEMAA, 2017).

Além disso, o país com aproximadamente 1,3 milhão de habitantes tem, atualmente, 99% dos serviços governamentais oferecidos de forma *online*<sup>6</sup> (GOEDE, 2019). Conhecer a trajetória estoniana e de sua plataforma *e-estonia* é uma forma de gerar conhecimento sobre as questões e desafios relacionados tanto à democracia digital, quanto ao Governo Aberto, pois demonstra como é possível a implantação de modelos de sucesso, desde que baseados em projetos adequados, com tempo e apoio das partes envolvidas.

Buscando exemplos de sucesso num âmbito espacial menor, também é possível encontrar uma série de iniciativas de democracia digital e Governo Aberto desenvolvidas em diversos municípios europeus, principalmente baseadas na criação de plataformas de e-participação, as quais, segundo Cantador (2017), são utilizadas por cidades inteligentes em busca de melhorar as interações entre a sociedade civil e o governo local, por meio de formas de colaboração baseadas em TICs, ou seja, o governo fornece uma plataforma de participação *online*, que possibilita aos cidadãos a propositura, discussão e votação para solução dos problemas das cidades, bem como a escolha de políticas públicas.

Logo, não se pode negar que todos esses movimentos e oportunidades conjugadas criaram um cenário que permitiu a existência na Europa de vários modelos inovativos em democracia digital e Governo Aberto situados no âmbito municipal, muitos deles premiados e bem estudados por diversos pesquisadores e instituições de ensino, mundialmente.

---

<sup>6</sup> A taxa de serviços governamentais somente não atinge os 100%, pois o governo exige que pessoas se casem e se divorciem pessoalmente, bem como há limitações para que todas as transações imobiliárias sejam digitais (GOEDE, 2019).

Dentre os modelos existentes, o modelo de algumas cidades da Espanha chama a atenção, sendo objeto de estudos e elogios por diversos pesquisadores, iniciativas de cujo uso veio como uma resposta positiva aos movimentos populares que em 2011 tomaram as redes sociais e as ruas espanholas criticando a falta de representatividade dos ocupantes políticos eleitos, exigindo a abertura para meios de democracia realmente participativa (BARANDIARAN, 2017).

Assim, é interessante de se conhecer a plataforma *Decide*, da cidade de Madri, iniciativa, inclusive, analisada e elogiada pela OGP, e a plataforma de e-participação *Decidim*, usada em várias cidades da Catalunha, mas, especialmente em Barcelona, município precursor de seu uso.

## 2.6 FORMAS DE SE PERCEBER A PARTICIPAÇÃO SOCIAIS EM NÍVEIS MENSURÁVEIS

Segundo Arnstein (1969), a participação cidadã significa, na verdade, poder cidadão, sendo, para ele, a redistribuição de poder que permite que os cidadãos sem recursos e, em geral, excluídos dos processos políticos e econômicos, passem a ser incluídos nas decisões políticas. Assim, é possível estabelecer níveis de redistribuição deste poder estatal entre os cidadãos.

Neste sentido, Arnstein (1969) cria uma ideia de redistribuição por degraus, que parte de atuações estatais em que entende que não há participação, pois o cidadão apenas é colocado em conselhos consultivos, nos quais apenas recebe informações do estilo relações públicas (*manipulation*) ou quando é colocado em “grupo de terapias” (*therapy*), reuniões que não buscam partilhar poder, mas apenas gerar a noção de que os cidadãos estão envolvidos no planejamento, quando, na verdade, apenas são direcionados a mudar de opinião em prol de decisões já tomadas pelos administradores.

Sendo assim, a participação social iria começar somente quando se chegasse nos degraus relacionados ao “*tokenism*”, em que há uma certa participação, mas, muitas vezes, ela é apenas formal, servindo para criar uma aparência de inclusão, e, assim, poder referendar decisões e atos dos administradores, não havendo participação social efetiva (ARNSTEIN, 1969).

Isto posto, os próximos degraus estabelecidos vão do ato de estar informando (*informing*), ou seja, fase que representa uma entrega de informações num fluxo unilateral (dos servidores aos cidadãos), sem possibilidade de negociação, pois são fornecidas após o planejamento da política. Abrange, ainda, a consulta (*consultation*), em que as pessoas são chamadas para opinar após serem informadas, como ocorre em pesquisas de opinião, por exemplo. Aqui, caso não ocorra combinação com outros meios de participação, não se tem garantias de que as preocupações e ideais dos cidadãos serão consideradas, sendo que,

geralmente, a Administração apenas valida decisões pela quantidade de pessoas presentes em reuniões ou participantes de pesquisas. Por fim, se tem o chamado apaziguamento (*placation*), em que os cidadãos são colocados em conselhos com certo grau de poder de diálogo, tendo, finalmente, influência em decisões. Contudo, muitas vezes, o cidadão apesar de poder planejar e aconselhar, não consegue aprovar seus desejos, pois não representa a maioria dentro desses espaços (ARNSTEIN, 1969).

Desta forma, para Arnstein (1969), apenas percebe a real participação quando esta seja do tipo *empowerment*, degrau que representa a parceria, o poder delegado, e, é claro, o controle do cidadão.

Se há parceria (*partnership*) em iniciativas em que o poder, por meio de negociação, é redistribuído entre administradores e cidadãos, ocorrendo quando se compartilha responsabilidades de planejamento e tomada de decisão por meio de estruturas como conselhos de políticas conjuntas, comitês de planejamento e mecanismos para resolver impasses, em que as estão bem estabelecidas e não sujeitas a alterações unilaterais pela Administração.

Já o poder delegado (*delegated power*), é uma fase de participação social, em que os espaços de negociação entre administradores e cidadãos resultam na tomada de decisão dominante sobre um determinado plano ou programa, sendo que nesses ambientes, em geral — como os conselhos —, os cidadãos têm a maioria das vagas e poderes bem definidos, inclusive, com capacidade de veto se as diferenças de opinião não puderem ser resolvidas por meio de negociação (ARNSTEIN, 1969).

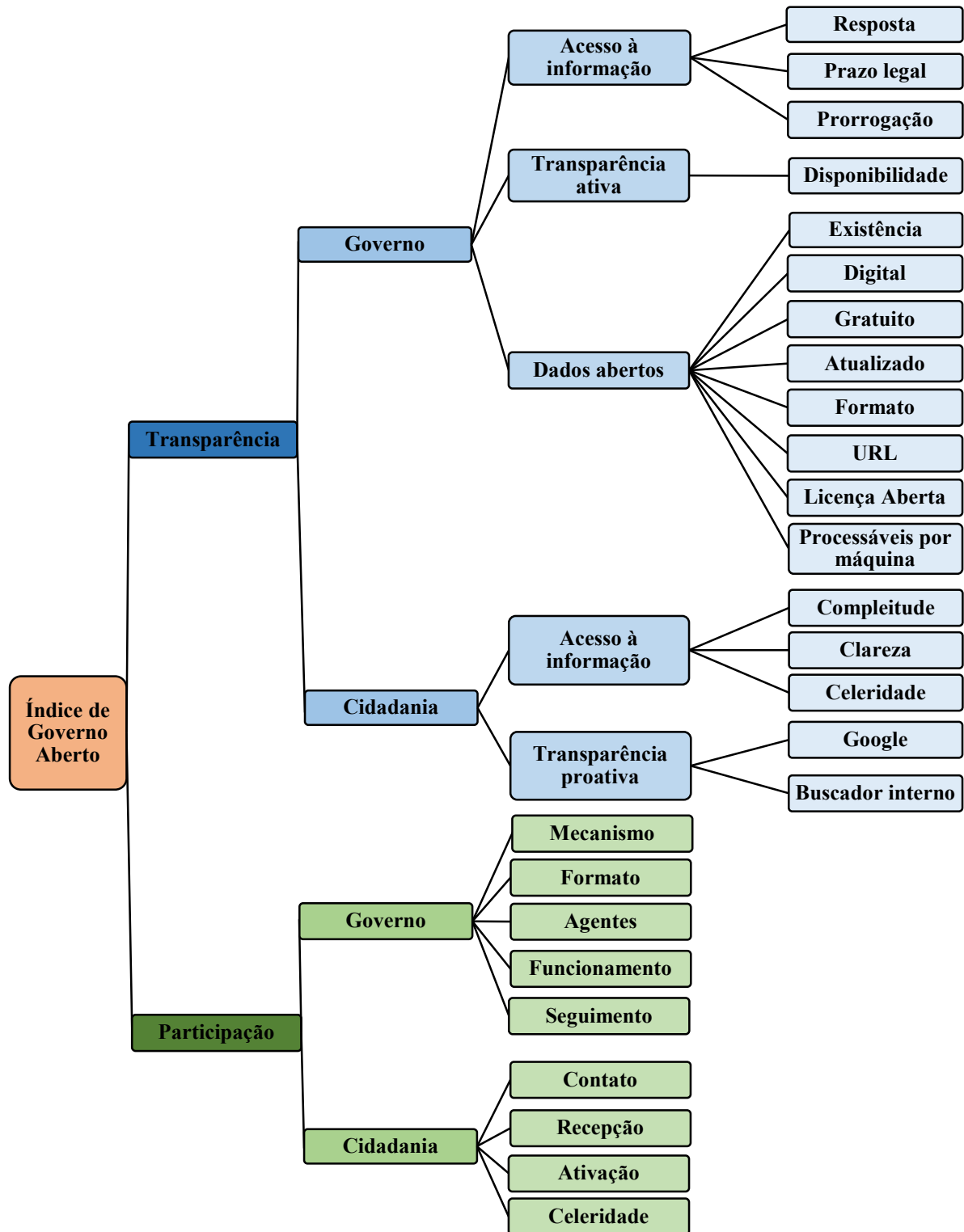
O degrau mais alto de participação, com maior redistribuição de poder para os cidadãos se encontra quando há o chamado controle do cidadão (*citizen control*), que existe quando o cidadão tem o controle das demandas praticamente “governando” um programa ou uma instituição, tendo o controle de aspectos políticos e administrativos, sendo capaz de negociar as condições sob as quais a Administração pode mudar esses projeto ou instituições (Arnstein, 1969).

Ainda, é possível estabelecer níveis mais quantitativos do que os níveis qualitativos criados por Sherry Arnstein em 1969, nos quais se percebe a participação por índices ou métricas, criando-se instrumentos de avaliação com o uso de variáveis pré-estabelecidas e que aplicáveis durante o tempo permitem a medição dos avanços e retrocesso da redistribuição de poder aos cidadãos. Contudo, muitos desses índices acabam por medir a participação mais em seu grau de transparência ou entrega de informações, não adentrando num nível de participação que realmente o cidadão detém.

No México se tem a chamada *Métrica de Gobierno Abierto* (MGA), a qual busca medir o alcance da transparência e da participação nas repartições públicas do país, sob a ótica do cidadão, estando em sua terceira edição publicada (2021). Esse índice técnico é realizado de forma conjunta pelos *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE) e o *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* (INAI), tendo Guillermo Cejudo como organizador.

O índice se constitui de duas dimensões, a transparência e a participação, e duas perspectivas, a governamental e a cidadã, ou seja, visualiza os atos do governo e do cidadão, valorando tudo dentro de uma pontuação entre 0 e 1, em que 1 é indicativo de governo totalmente aberto e 0 de nenhuma abertura. Tal cálculo leva em conta as médias de quatro subíndices: a) transparência sob a ótica do governo (TG); b) transparência na perspectiva do cidadão (TC); c) participação na perspectiva do governo (PG); e d) participação na perspectiva do cidadão (PC) (CEJUDO, 2021). A criação das métricas deste índice segue a visualização dos direcionadores conforme a Figura 2.

Figura 2 — Instrumento de mediação do MGA



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cejudo (2021).

Tal métrica serve para analisar, sob a perspectiva do governo, como está se dando a institucionalização da transparência e das possibilidades de participação, sendo que, na perspectiva do cidadão, avaliam-se as possibilidades que eles têm de interação, qualificando se

existem vários métodos de contato, se os usuários recebem a confirmação de que sua proposta foi recebida (com que rapidez isso ocorre) e se essa comunicação leva à ativação de um mecanismo participativo (CEJUDO, 2021).

Outro trabalho interessante vem sendo desenvolvido no Chile através do seu *Índice Institucional para el Gobierno Abierto Municipal* (IIGAM), que é publicado periodicamente desde 2016, tendo sua mais recente publicação em 2021, referente ao ano de 2019. Este índice é elaborado pela Universidade Autônoma do Chile (Universidad Autónoma de Chile), sob a responsabilidade de José Hernández Bonivento.

Esta métrica tem como principal foco os municípios chilenos, buscando analisar a oferta institucional de transparência e participação cidadã deles com base nos requisitos do marco legal chileno, que está vinculado ao Plano de Ação para o Governo Aberto, exigido pela OGP. Ainda, ele tem seu eixo voltado para o ponto de vista do cidadão, em especial, à ideia de que um governo pode ser considerado aberto na medida em que atores externos podem monitorar e influenciar processos governamentais por meio do acesso a informações públicas e espaços de tomada de decisão (HERNÁNDEZ BONIVENTO, 2021).

Esse índice também é construído em variáveis que estão escalonadas entre 0 e 1, sendo que a participação cidadã é uma das variáveis medidas, a qual divide-se em três níveis: informação e consulta, envolvimento e colaboração e capacitação (empowerment). Contudo, apesar de ouvir o cidadão, o índice olha as questões de implementação de mecanismos de participação pelos governos somente sob a perspectiva de entrega de informações (pedidos de informação, validando os municípios que forneceram informação se está é satisfatória ou insatisfatória e consulta de sites governamentais em relação aos que não forneceram as informações pedidas) (HERNÁNDEZ BONIVENTO, 2021).

Destarte, o índice tem uma visão conceitual com o foco muito ligado ao cumprimento da legislação de entrega de informação (transparência), mesmo visualizando os espaços de participação sobre o olhar de redistribuição de poder pelo envolvimento, colaboração e capacitação (empowerment) do cidadão. Na verdade, ele parte da ideia de que a implementação de ferramentas, mecanismos ou espaços de acessos à informação pública e tomada de decisões permitem que o cidadão tenha a capacidade de expressar sua voz, seu interesse, seus problemas e seus pontos de vista, gerando algum impacto nas ações governamentais (HERNÁNDEZ BONIVENTO, 2021).

Percebe-se que as visões mais quantitativas acabam muitas vezes adotando essa concepção mais legalista de cumprimento ou não de normas, direcionando-se para a questão estatal de entrega de informação de forma ativa, o que se tem no Brasil, por exemplo, nos portais

de transparência ou na entrega de informações de forma passiva, que é resposta de pedidos de informações, que se dá no país, em geral, pelos sites de acesso às informações.

Nesse sentido, o cidadão acaba tendo seu campo de participação analisado somente enquanto se há mecanismo de transparência e se ele tem canais para exigir essa entrega de informação, o que nem sempre se configura a participação qualificada segundo os degraus de Arnstein (1969).

Percebe-se, portanto, que é interessante visualizar a questão da participação cidadã sob um ponto de vista misto, que congregue as dimensões quantitativas e as qualitativas para se ter uma melhor análise de quanto de redistribuição de poder estatal está ocorrendo em iniciativas com base nos ideais de Governo Aberto, o que pode ser feito pela criação de métricas baseada em construção analógica congregando vários índices e análises de níveis já existentes.

## 2.7 UMA VISÃO DO CONTEXTO SOCIAL ATUAL: OS “NATIVOS DIGITAIS” E A ATUAÇÃO EM REDES

Talvez a grande razão de se estudar e pensar em modelos de participação social digital como forma de se inovar as estruturas decisórias da gestão pública seja o fato de que a estrutura da Administração Pública, tal qual a democracia, precisa estar conectada ao contexto histórico e evoluir de acordo com a sociedade vigente.

Assim, a busca por meios de inovar torna a estrutura da gestão pública e seus modelos participativos mais digitais, isto é, uma medida necessária não só porque são capazes de aumentar a inclusão e a participação cidadã nos processos decisórios (SANTOS; SIMONARD, 2017, PARRA FILHO; MARTINS, 2017, CAVALCANTE; CUNHA, 2017), mas, principalmente, para conseguirem aproximar esses espaços participativos à sociedade de “nativos digitais”, expressão que detona a pessoa que já é um falante nato da linguagem digital de computadores e da internet, acostumado a receber informações de forma mais rápida, em especial dentro de um processo em multitarefa e, muitas vezes, até de modo aleatório (PRENSKY, 2001).

Dentro dessa definição, o nativo digital tem como contraposição o imigrante digital, representado pela pessoa que não nasceu no mundo digital, mas que, posteriormente, ou por interesse ou por necessidade, adotou ou muitos ou a maioria dos aspectos da nova tecnologia, tornando-se parte do mundo digital, ainda que com um “sotaque” (PRENSKY, 2001).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> “O ‘sotaque do imigrante digital’ pode ser visto em coisas como buscar a Internet em segundo lugar e não em primeiro lugar, ou ler o manual de um programa em vez de assumir que o próprio programa nos ensinará a usá-lo. As pessoas mais velhas de hoje foram “socializadas” de maneira diferente de seus filhos e agora estão



Por causa disso, diversas cidades, cientes de que cada vez mais têm uma população formada por nativos digitais, faz uso de tecnologias digitais para a interação entre Estado-cidadão, sendo este um caminho sem volta (SECCHI; ALLEGRETTI, 2018), pois é um dado estatístico que a sociedade atual possui em número crescente dos chamados nativos digitais, passando sua vida inteira cercados e usando computadores, videogames, telefones celulares e várias outras ferramentas da era digital.

Independentemente de o cidadão ser um nativo ou imigrante digital, é fato que ele terá grandes chances de estar se comunicando e se relacionando com outros indivíduos em redes, que são espaços capazes de romper hierarquias e fronteiras, sendo o sinônimo de relações sociais e tecnológicas na era digital. Assim, “as redes estão translaçadas na sociedade, nas relações sociais, nas relações tecnológicas, virtuais, da era do ciberespaço, no qual a comunicação ocorre em variados ambientes que descartam a necessidade de contato físico de relacionamento” (SPUDEIT, 2009, p. 89).

Diante disso, tem-se a percepção de que o cidadão terá mais familiaridade para adotar uma relação de convivência em redes, sendo assim, a criação de instâncias participativas digitais torna-se uma necessidade para que esse indivíduo tenha mais facilidade e interesse em atuar na esfera pública.

Neste sentido, o oferecimento de plataformas de e-participação é uma institucionalização de um espaço digital capaz de tornar as questões públicas mais abertas, transparentes e horizontais, já que são adequadas aos cidadãos em redes. Neste sentido, já foi percebido que os cidadãos são facilmente envolvidos em diferentes iniciativas de e-participação, em especial, buscando oportunidades de participação cidadã que atendam aos seus interesses e proporcione um melhor nível de conveniência, sendo, portanto, ambientes excelentes para o passo inicial de cidadãos em práticas de participação social na gestão pública (YETANO; ROYO, 2017).

Entretanto, apesar da e-participação tornar mais fácil encontrar e juntar interessados em participar num primeiro momento, há diversas evidências que indicam que é difícil mantê-los engajados a longo prazo, visto os níveis de participação, que, em geral, diminuem ao longo do tempo, pois, do mesmo modo que é fácil clicar e entrar numa iniciativa de e-participação, de igual maneira é simples abandoná-la (YETANO; ROYO, 2017).

---

aprendendo um novo idioma. E uma linguagem aprendida mais tarde na vida, dizem os cientistas, entra em uma parte diferente do cérebro” (PRENSKY, 2001, p. 2).

Infelizmente, mesmo conectados nessas redes, o comportamento desses indivíduos pode ser classificado como marcado pelo individualismo em rede, um padrão de sociabilidade em que as pessoas constroem vários conjuntos de redes e identidades para atender às suas necessidades, fazendo com que participem de vários grupos, mas com baixo comprometimento em qualquer um deles (ROYO; PINA; GARCIA-RAYADO, 2020).

Logo, manter os cidadãos engajados ao longo do tempo nas iniciativas é um desafio que qualquer plataforma de e-participação deve superar, especialmente frente a algumas barreiras existentes na participação efetiva do cidadão, como, por exemplo:

[...] pouco conhecimento público das questões tratadas, fornecimento insuficiente de informações, execução inadequada de métodos participativos, baixa adoção, exclusão digital, falta de representatividade dos participantes, falta de apoio político, falha em influenciar a tomada de decisão processos, restrições regulatórias ou o uso dessas ferramentas para propaganda política. Além disso, as administrações públicas muitas vezes não são claras sobre os objetivos dessas iniciativas (ROYO; PINA; GARCIA-RAYADO, 2020, p. 1-2).

É claro que algumas barreiras são exclusivas do cidadão, mas outras são ligadas ao modelo de plataforma de e-participação utilizado, o que deve merecer uma atenção especial, já que as práticas governamentais nelas envolvidas precisam ser muito bem desenhadas, avaliadas e, se for o caso, aprimoradas para se manter um diálogo democrático eficiente entre o governo e os cidadãos.

Destarte, pode-se perceber num processo de implementação algumas premissas importantes: a) é um processo de inovação, caracterizado por incertezas e suscetível a mudanças em seu contexto; b) muitas vezes, o contexto constituiu um importante gatilho do fracasso da iniciativa, como, por exemplo, escolha de um escala territorial muito grande, que se torna impraticável; c) o fracasso ocorre, especialmente, quando fatores contextuais interagem com o processo de inovação e as partes interessadas de tal maneira que a organização do projeto não seja mais capaz de inovar o sistema, fazendo com que este não atenda mais às partes interessadas, que irão o avaliar negativamente e parar de apoiar; e d) é possível evitar o fracasso caso a organização do projeto tenha o poder de alterar os fatores contextuais influentes ou se, pelo menos, conseguir alinhar o projeto ao contexto existente (TOOTS, 2019).

Visto a possibilidade de sucesso e de fracasso existentes, percebe-se que as iniciativas de e-participação devem ser constantemente avaliadas e alteradas de acordo com a identificação de fatores de sucesso, bem como de barreiras em qualquer de seus estágios de desenvolvimento da iniciativa (adoção, implementação e institucionalização), a fim de melhor alinhá-los com os objetivos aos quais se põe e ao contexto em que estão inseridos.

Para isso, é interessante e útil as comparações entre projetos em estágios mais avançados de desenvolvimento, bem como já institucionalizados, para, por meio desses cotejos, criar escalas de aprimoramento baseadas em modelos ideais de comparação, como se percebe nos estudos que analisam os resultados do *e-estonia* (KERIKMÄE; TROITIÑO; SHUMILO, 2019).

Com o foco na realidade institucional do Brasil — a qual é muitas vezes baseada em legislação e modelos organizacionais que “podem não estar preparados, não adaptados e, portanto, resistentes à mudança” (KON, 2019, p. 505) —, estudos comparados mostram-se interessantes, em especial, quando apresentam indicadores de aprimoramento ou de modelos ideais, pois permitem reforçar desejos de mudanças inovativas, graças à apresentação de casos de sucessos que demonstram que é possível adotar outras formas e estruturas dentro da Administração Pública.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Escolher como foco de estudo temas como democracia digital, Governo Aberto e e-participação cria diversas preocupações, especialmente pela novidade da temática, o que faz com que não haja ainda um conjunto de conceitos e definições fechados, mas, sim, um cenário de construção conceitual, rico em denominações variadas que buscam dar o contorno correto a esse movimento evolutivo da democracia e da participação social (SILVA; SAMPAIO; BRAGATTO, 2016).

Desta forma, a novidade e diversificação existentes sobre o tema criou forte preocupação do ponto de vista metodológico, pois se deseja evitar que o estudo tenha uma aparência de estudo empírico sem um procedimento de pesquisa adequado e detalhado.

Assim, através de manuais, buscou-se conhecer várias formas de apresentação e detalhamento das etapas de pesquisa, das técnicas de coleta sistemática de dados para determinação da metodologia de pesquisa (CRESWELL, 2014; YIN, 2016; GIL, 2019; LAKATOS; MARCONI, 2020).

Essa preocupação ainda é maior por ser tratar de uma tese de doutorado, que deve representar a capacidade em visualizar lacunas no conhecimento humano e, a partir disso, procurar apresentar uma novidade capaz de trazer uma contribuição efetiva de enriquecimento deste conhecimento, sendo fruto de um trabalho bem planejado e conduzido pelo pesquisador, para demonstrar sua habilidade em utilizar as ferramentas metodológicas aprendidas, além, é claro, de um profundo entendimento sobre o tema escolhido (LAKATOS; MARCONI, 2020).

Então, por ser o cientista pesquisador um ser social que sofre com percepções e desejos do grupo social, ele deve buscar aumentar a credibilidade de sua pesquisa evitando técnicas que fragmentam o objeto, estabelecendo relações causais lineares em fenômenos sociais de caráter complexo, sendo que, para isso, deve ir em buscar de um procedimento metodológico detalhado e claro, tomando também o cuidado necessário para evitar um apego exagerado a um caráter fechado, definitivo e quase dogmático, que possa fazer com que o trabalho adquira uma faceta de equação matemática, prática muito comum pelo medo existente de ver nas ciências humanas uma falta de rigor, visto que a ciência administrativa apresenta um forte caráter empírico e até subjetivo (PASSADOR, 2012)

Contudo, mesmo buscando rigor e detalhamento necessários, por se tratar de uma pesquisa ampla, é preciso estabelecer que o tema está relacionado a um contexto social em que sujeitos e objetos, fatos e valores, e forma e conteúdo não podem ser tratados como entidades

separadas ou isoladas, sendo necessário aceitar que fatores diversos irão, necessariamente, influenciar a interpretação e os significados das informações encontradas.

Dentre esses fatores está o fato de que o tema tratado está inserido num contexto de conhecimentos transdisciplinares, pois o fenômeno da democracia e da participação social é objeto de estudo de diferentes ciências, fazendo com que dados e conclusões possam vir de diferentes campos do conhecimento, exigindo-se que se busque os pontos de interseção e um vetor comum entre elas em relação ao tema estudado, permitindo que haja o uso de conceitos, definições e entendimentos de diversas disciplinas de forma holística, que tem a capacidade de possibilitar maior significado e riqueza ao saber científico construído (PASSADOR, 2012).

A percepção de que se trata de estudo transdisciplinar traz a obrigação de que haja um maior cuidado com a parte da epistemologia, a fim de explicitar melhor os marcos que balizaram o pensamento do pesquisador.

Apesar de haver a possibilidade de se debruçar sobre estudos que não tenham uma teoria explícita ou que não ela esteja explícita logo em seu começo — especialmente se forem pesquisas qualitativas (CRESWELL, 2014) —, é interessante que essa teoria seja informada o quanto antes para que se forneça a base filosófica que estabelecerá que tipos de conhecimentos são possíveis e os critérios para decidir como esse conhecimento poderá ser julgado como adequado e legítimo (DJALÓ; PROCOPIUCK, 2010).

Com base no tema de estudo, é possível aceitar que sua preocupação teórica esteja ligada ao estruturalismo, em especial, por ser um método analítico comparativo, com um aspecto totalizante, que não fragmenta fenômenos e elementos em coisas separadas, mas como partes de constituição de um todo, sendo este maior que soma das partes (MOTTA, 1970).

Ainda por estudar as estruturas ligadas, desconsiderando as organizações e as formas de administrar — tomadas como manifestações de outras coisas que não elas mesmas —, essa preocupação teórica pode constituir modelos arquetípicos de todas as organizações e de todas suas formas de se organizar (THIRY-CHERQUES, 2006).

Ligar o objetivo geral da pesquisa ao arcabouço teórico do estruturalismo pois se deseja entender estruturas que criam os espaços participativos de forma digital em determinados locais seria uma redução simplista da tanto teoria quanto do trabalho.

Diante das concepções adotadas e os objetivos esperados, o trabalho tem, na verdade, uma ligação maior com os pressupostos da neoinstitucionalismo histórico, que é uma teoria, que ainda de médio alcance, mostra-se útil para analisar fenômenos políticos, políticas públicas, mudança institucional e a importância das instituições neste contexto., ou seja, permite perceber

a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais (MARQUES, 1997; HALL; TAYLOR, 2003; BUENO CONTRERA, 2021).

Nesse aporte teórico permite-se perceber que instituições e o comportamento individual em termos gerais, gerando respeitando as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas que levaram a criação dos modelos institucionais vigentes, pois estes acabam sendo modificados em cada contexto local, em que há uma correlação entre os recursos e as posições dos atores estatais e não estatais, muitas vezes, afastando-se do estudo do Estado como ator principal, privilegiando relações e interpenetrações entre Estado e sociedade (MARQUES, 1997; PEREIRA, 2014; HALL; TAYLOR, 2003)

É claro neste visão teórica há grande importância da instituição como elemento de criação de regras formais, procedimentos aceitos e práticas padronizadas que estruturam a relação entre indivíduos com a política e o Estado, mas, dão espaço e orientam os atores serem meros receptores passivos, permitindo que eles alterem as instituições (MARQUES, 1997; BUENO CONTRERA, 2021).

Em geral, o neoinstitucionalismo histórico não serve para realizar comparações sistemáticas de casos nem criar generalizações, pois admitem que os processos históricos são únicos e ocorrem em diferentes contextos temporais de causas e efeitos, logo tem um aporte que valoriza também a análise do contexto em que ocorre os comportamentos dos indivíduos, ou seja, permite que se perceba como os atores se comportam, como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, e por que as instituições se mantêm e se adaptam as mudanças (BUENO CONTRERA, 2021).

Diante dessas considerações iniciais, e com o intuito de atingir os objetivos propostos no estudo, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois desenvolveu uma melhor compreensão e familiaridade com as formas de e-participação, em especial, o modelo utilizado atualmente na cidade espanhola de Barcelona, destacando ainda a realidade das capitais dos estados brasileiros quanto às suas iniciativas digitais.

Posteriormente, foi executada uma pesquisa descritiva, em que foi analisada a relação entre as variáveis e indicadores encontrados em diversos índices, métricas e trabalhos já realizados sobre o tema de estudo, buscando criar meios de se estabelecer critérios de maturidade para a participação existente, bem como determinar os eixos para se comparar e relacionar os dados obtidos tanto da plataforma *Decidim.Barcelona* quanto das plataformas brasileiras estudadas.

A pesquisa é classificada como qualitativa, tipo que permite a realização de pesquisas sobre uma variedade tópicos com maior liberdade na seleção de temas, sendo, portanto, um

modo bastante interessante e produtivo de fazer pesquisa (YIN, 2016). O método qualitativo tem como objeto situações complexas, podendo compreender e classificar processos de determinados grupos e proporcionar o entendimento de alguns fatores do comportamento dos indivíduos.

É entendida como uma forma interessante de pesquisa, pois tem como suas características essenciais, entre outras, a possibilidade de utilização de múltiplas fontes, sendo o pesquisador um instrumento fundamental para a coleta de dados, permitindo, ainda, a ideia de um projeto emergente, ou seja, o plano de pesquisa não está rigidamente prescrito, o que possibilita a mudança das fases do processo após o início da pesquisa diante de mudanças descobertas com a entrada do pesquisador em campo ou por dados encontrados, possibilitando adaptações que melhoram as análises e resultados diante da realidade não sabida e posteriormente descoberta (CRESWELL, 2014).

### 3.1 A PERTINÊNCIA TEÓRICA E METODOLÓGICA DA ESCOLHA DE REALIZAÇÃO DE ESTUDO COMPARADO

O objetivo geral escolhido para a pesquisa tem como base o estudo de forma comparada, ou seja, um estudo comparado, ferramenta de análise corriqueira do ser humano, que realiza comparações para determinar suas escolhas a todo o momento, logo é uma forma de pensamento, que se difere da comparação enquanto procedimento científico, pois aqui se compara operações complexas, possuindo um referencial teórico-metodológico, sendo guiada pelo interesse do descobrimento, estudando determinados processos diante de categorias de análise previamente definidas (KRAWCZYK, 2013).

Quando se realiza um estudo comparado, está se realizando um procedimento analítico e interpretativo, que leva à comparação considerando semelhanças e diferenças, capazes de desconstruir certezas históricas, propondo novos conhecimentos, aperfeiçoamentos e correções (BITTENCOURT, 2011).

Inclusive, o uso de procedimento científico de comparação é um processo normal quando se estuda as construções democráticas em suas nuances, modelos e atores envolvidos, o que demonstra que a escolha deste método está em consonância com os objetivos do estudo (COLLIER; LEVITSKY, 1997).

Enquanto procedimento científico, a comparação é um meio que possibilita a construção de estudos articulados em pontos comuns de análise, tendo uma amostra diversificada, que permite propor interrelações entre os níveis globais, nacional e local, permitindo a compreensão das condições de propostas existentes em diversos locais, através do uso de categorias de análise

estabelecidas pelo problema da pesquisa e seu referencial teórico, sendo, atualmente, bastante utilizado para investigar fenômenos políticos, econômicos e sociais (KRAWCZYK; VIEIRA, 2003).

Há um entendimento de que o procedimento científico comparativo funciona melhor quando se compara a um número reduzido de casos, sendo ainda aconselhável a escolha de casos que sejam, de alguma forma, comparáveis entre si, bem como haja um número reduzido de variáveis utilizadas na comparação, o que pode ser feito pela concatenação de variáveis similares, por exemplo. Na verdade, a escolha dos casos não se dá de forma aleatória, mas, sim, de forma proposital, logo, é possível buscar uma análise de caso, aparentemente, mais semelhantes entre si, obtendo-se, com isso, melhores dados e resultados comparativos (COLLIER, 1993).

Diante desses direcionamentos, este trabalho entendeu ser necessário reduzir as possibilidades a serem comparadas, por isso, estabeleceu que apenas iam ser analisadas iniciativas de e-participação ligadas aos princípios do Governo Aberto, baseadas em participação social com aumento de poder civil (*empowerment*) sediadas somente em municípios. Tal escolha, além da redução de casos, busca aumentar as semelhanças entre os casos que serão analisados.

Para melhor trabalhar com o estudo comparado, com base em Yin (2015), adaptou-se um procedimento de estudo de caso múltiplos, mas adotando um caso como paradigma e, daí, comparando-o aos outros casos determinados. Para o caso que servirá de paradigma foi escolhida a plataforma e-participação da comunidade *Decidim*, especialmente o modelo utilizado na cidade Barcelona, a *Decidim.Barcelona*, a qual, é uma iniciativa em curso, com muitos dados disponibilizados, tanto por Barcelona, como por outros estudos produzidos e em produção.

Entendeu-se, desta forma, que, com a identificação de caso paradigma, seria possível a diminuição de variáveis e indicadores que servirão como categorias de análise comparativa estabelecida, pois estas seriam fixas, sendo aplicáveis aos casos determinados por amostra intencional (YIN, 2016), permitido a realização de estudo comparado entre qualquer um dos casos escolhidos e o caso paradigma.

### 3.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

Assim, após se estabelecer qual seria o estado da arte sobre o entendimento do que seria o Governo Aberto no Brasil, por meio de uma revisão teórica sistemática, tendo como base somente publicações de artigos ligados à Administração Pública, que estivessem indexados no



Scopus, com lapso temporal limitado a partir do ano de 2010, ano que se inicia as práticas e ideais de Governo Aberto no mundo, usando-se como termos de busca, tanto em português, quanto em Inglês: “e-democracia”; “governo digital”; “democracia digital”; “democracia eletrônica”; “ciberdemocracia”; e “e-gov”. Todos os termos foram buscados já com a inclusão dos descritores “governo aberto” ou “*open government*” como fator de refinamento da pesquisa.

Assim, com base no resultado que se encontra, de forma resumida, apresentado no Quadro 2, foi possível escolher as definições usadas no trabalho sobre o entendimento do Governo Aberto num cenário de democracia mais digital, especialmente como ele se relacionam na realidade das iniciativas desenvolvidas no Brasil, atualmente.

Desta forma, visto as diversas possibilidades da temática estudada, percebeu-se que, para se atingir os objetivos propostos, seria mais interessante e adequado a construção de uma pesquisa em etapas, cada qual ocorrendo de forma separada e em sequência, para que, ao final de cada uma, fosse possível sua análise e, se necessário, haver a readequação tanto do trabalho geral ou somente da etapa.

Neste sentido, estabeleceu-se a realização de cinco etapas, conforme se explica e detalha a seguir:

**a) 1ª Etapa:** criação de um critério de maturidade de participação social para análise de iniciativas digitais;

Diante do conhecimento adquirido durante a realização da 1ª Etapa, percebeu-se que dentro de um iniciativa de Governo Aberto havia diferentes e variados níveis de participação social, todos aceitos e valorizados de alguma forma pelos objetivos e ideais propostos pela OGP.

Desta forma, identificou-se a necessidade de melhor avaliar o grau de participação disponível ao cidadão dentro de um iniciativa, pois como o Governo Aberto valoriza a transparência, apenas apresentar dados públicos é visto como um grau de participação social, mas que, por si só, não permite atuação realmente.

Na verdade, uma participação que efetivamente permite redistribuição de poder estatal, possibilitando ao cidadão opinar, decidir e cocriar políticas públicas é a que interessa a este trabalho, o que representa um “degrau” específico de participação dentro das diretrizes permitidas para se classificar algo como Governo Aberto.

A fim de se poder classificar as iniciativas a serem analisadas, dentro de parâmetros mais claros, de acordo com como o grau de maturidade e permissibilidade de participação, tomou-se como base a classificação qualitativa de Arnstein (1969), conjugando com referências quantitativas das perguntas direcionadoras de variáveis sobre participação social de Cejudo

(2021) e Hernández Bonivento (2021), dando ênfase às perspectivas tanto governamental, enquanto preparação e manutenção de espaços participativos, quanto cidadãos, em relação ao uso e à capacidade de se utilizar de mecanismos de participação, com alguma capacidade de respostas do Estado nesse mecanismo (CEJUDO, 2021).

Desta forma, com base nesses direcionamentos foi construído uma escala de grau de maturidade participativa conforme se apresenta no Quadro 4.

Quadro 4 — Classificação de iniciativas quanto grau de maturidade e permissibilidade de participação social

	<b>Grau</b>	<b>Conceituação</b>
<b>1</b>	<b>Não participativo</b>	Iniciativas de apenas entrega e disponibilização de serviços públicos ou digitalização de processos burocráticos presenciais.
<b>2</b>	<b>Informacional</b>	Há somente disponibilização de informações gerais com usos de redes sociais ou envio de e-mails, mensagens como impossibilidade de interação ou interação cidadã limitada a comentários e curtidas.
<b>3</b>	<b>Informacional qualificado</b>	Espaços de entrega de informações públicas do tipo portal de transparência, acesso às informações, ouvidorias e controladorias em que se permite uma interação maior capaz de buscar novos dados e fazer denúncias
<b>4</b>	<b>Informacional e consultivo</b>	Iniciativas que oferecem a oportunidade de o cidadão expor sua opinião para construção de políticas, ainda que essa opinião se dê apenas no nível de consulta popular, sem obrigação de acatamento pelo Poder Público
<b>5</b>	<b>Empoderamento-controlado cidadão</b>	Espaços participativos com real capacitação do cidadão para participar de criação, planejamento, tomada de decisões sobre políticas públicas, como decisões valorizadas e capazes de definir rumos e programas de forma efetiva, sem possibilidade de mudanças unilaterais sem negociação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Arnstein (1969), Cejudo (2021) e Hernández Bonivento (2021).

Assim, com esse índice, é possível avaliar uma iniciativa de acordo com o grau de maturidade permissibilidade de participação, encontrado em sua construção e nas interações possíveis entre cidadão e Poder Estatal, buscando, com isso, separar apenas aquelas relacionadas às variáveis de participação do nível empoderamento-controlado cidadão, em que há um real redistribuição do poder estatal para o cidadão.

**b) 2ª Etapa:** estudo de caso para definição do caso paradigma;

Com base nas etapas anteriores, passou-se ao momento de escolha de um caso paradigma para ser comparado.

Neste sentido, partiu-se da indicação de diversos estudos sobre o fato de que as iniciativas europeias de governos digitais mais democráticos era bem interessantes e estavam num grau de maturação mais elevado, em especial, pelo esforço criado no passado pela União Européia neste sentido, com valorização desse modo de governo e incentivos financeiros para que os países aumentassem seu grau de digitalização na entrega de serviços e interação entre Estado-cidadão.

Dentre diversas possibilidades existentes, percebeu-se na literatura que as iniciativas espanholas representavam um bom cenário para se comparar com o Brasil, pois, em grande parte, eram enfocadas no âmbito municipal, diferente, por exemplo, da Estônia, que digitalizou todo um país — ainda que pequeno —, mas um exemplo mais amplo do que poderia ser comparado ao Brasil.

Desta forma, pela questão do recorte adotada e pelas peculiaridades que aproximam a construção estatal dos países, optou-se por analisar e escolher uma iniciativa espanhola que conjugasse governo digital e Governo Aberto nos termos das diretrizes da OGP.

Diante da extensa literatura e indicações sobre o grau de maturação e entrega de resultados interessantes das iniciativas de e-participação em cidades espanholas, determinou-se que os melhores exemplos de plataformas municipais de e-participação seriam a de Madri (plataforma *Decide*) e a de Barcelona (plataforma *Decidim.Barcelona*).

Com esse direcionamento inicial, iniciou-se um procedimento para se conhecer de forma aprofundada e abrangente essas plataformas, sendo que, para isso, estabeleceu-se que um estudo de caso das plataformas municipais espanholas (*Decide* e *Decidim.Barcelona*), utilizando o método de estudo de caso de Yin (2015), a fim de entender suas formas de funcionamento e seu modo de interação entre Estado e sociedade

Nessa fase, buscou-se melhor conhecer as iniciativas levantando dados primários, bem como se utilizando de dados secundários encontrados na plataforma ou disponibilizados em outros locais pelas cidades de Madri e Barcelona (memorandos, leis e regulamentos, ofícios, boletins, relatórios, estatísticas etc.).

Ainda, com base em revisão teórica direcionada às publicações internacionais ou regionais da Espanha, tendo como lapso temporal inicial o ano de 2015, identificou-se as principais diretrizes, estratégias e procedimentos utilizados, bem como os resultados tidos como de sucesso e as limitações apontadas pelos pesquisadores dessas plataformas, em especial, visto o grande interesse que ela desperta nos estudos espanhóis sobre o Governo Aberto, buscando a pesquisa e coleta de dados secundários presentes nos estudos já realizados pelos pesquisadores espanhóis e de outros países.

A plataforma de e-participação da cidade de Madri se intitula como um espaço em que se “pode fazer propostas, votar em consultas cidadãs, propor, apoiar ou votar em projetos com orçamentos participativos, decidir sobre regulamentos municipais e abrir debates para trocar opiniões com outras pessoas” (DECIDE MADRID, 2023).

O portal foi desenvolvido e colocado em funcionamento em 2015, servindo como uma forma de orçamento participativo. Além da plataforma digital, a iniciativa possui espaços

presenciais de participação, denominados *Foros Locales*, com presença nos 21 distritos do município, sendo que tais locais servem mais para prestar informações aos cidadãos sobre os processos de participação e com instruções acerca da construção de projetos e a melhor maneira de divulgá-los em busca de apoios.

Suas formas de participação são: a) debates (o cidadão pode iniciar debates sobre questão relacionada à cidade, bem como apoiar ou não comentários de terceiros); b) propostas: (o participante pode fazer uma proposta para a prefeitura, a qual precisa ter o apoio mínimo de 1% de pessoas maiores de 16 anos aptas a votar na cidade — em torno de 28 mil votos); c) orçamento participativo (a prefeitura destina um orçamento para colocar em práticas projetos da população com maior apoio popular); d) seção de votação (quando uma proposta popular alcança 1% de apoio ou quando a prefeitura propõe um tema para que a população decida sobre ele. Os resultados destas votações são vinculantes para a administração municipal); e e) processos legislativos (as pessoas podem participar em debates sobre normas e leis municipais).

Trata-se, portanto, de um espaço em que os cidadãos podem propor e votar projetos, mas, acima de tudo, deliberarem, pois, quando propõem um projeto, precisam buscar apoio, o que exige explicações e diálogos com os demais participantes.

Entende-se que, por Madri ter alto nível de qualidade de acesso à internet, bem como uma longa experiência em participação baseada em associações locais — nas quais a participação cidadã era realizada comumente, juntamente com a qualidade da construção e design da plataforma —, a iniciativa colheu bons resultados desde o início, sendo mantida de forma anual desde 2015, o que também é visto como um indicativo de sucesso e de maturação da iniciativa (TORRES *et al.*, 2019; PINA *et al.*, 2022).

Já o projeto da plataforma *Decidim.Barcelona* surgiu em fevereiro de 2016, inicialmente, na cidade de Barcelona, na Espanha, sendo que, atualmente, vem se expandido por outras cidades da região da Catalunha e também do resto do mundo, tornando-se um modelo bastante elogiado (BORGE *et al.*, 2018).

Atualmente, a plataforma *Decidim.Barcelona* tem como objetivos não a busca pela substituição de canais já existentes de participação na cidade Barcelona, especialmente aqueles presenciais, mas, sim, melhorar e complementar o que já existe através da disponibilização de ferramentas de TICs. Desta forma, não se abandona as formas de participação *off-line* ou presenciais, sendo elas mantidas, apenas sendo oferecidas novas formas de participação *online*, o que aumentou o número de cidadãos envolvidos nos processos, tanto na apresentação de propostas, quanto na discussão e votação delas, o que, em consequência, também melhorou o pluralismo desses processos (PEÑA-LÓPEZ, 2017a).

Assim, há um esforço bem estruturado pela cidade de Barcelona e pelos responsáveis pela manutenção da iniciativa para que a plataforma *Decidim, Barcelona* tenha usos que vão além de apenas servir somente uma espécie de OP, indo bem mais adiante, e tendo a capacidade de ser ferramenta de participação social em vários processos decisórios de uma cidade, além de um instrumento de transparência de ações e resultados destas (BARANDIARAN, 2017; PEÑA-LÓPEZ, 2017).

Em relação a como participar dos processos decisórios, a plataforma permite a participação de três tipos de atores: “visitantes (eles podem acessar e ler o conteúdo da plataforma), registrados (você pode fazer comentários e propostas), e verificados (eles podem votar ou assinar)” (BARANDIARAN, 2017, p. 140-141). Portanto, permite-se uma ampla participação “estendida a qualquer indivíduo no mundo. A fim de aumentar a deliberação, os não cidadãos podem participar dos debates e apresentar novas propostas, a única diferença é que apenas os cidadãos podem votar em propostas” (PEÑA-LÓPEZ, 2017, p. 8).

Segundo Peña-López (2017), apesar de ainda ser muito cedo para determinar se há de fato um impacto positivo para o uso dessa plataforma, já se sabe que sua utilização, a partir de 2016, para deliberações e apresentação de propostas nos planos estratégicos da cidade (ciclo 2016-2019), fez com que a participação aumentasse em muito em relação ao processo participativo anterior (2012-2015)<sup>8</sup>.

Segundo os dados de dezembro de 2020, havia um total de 44.380 pessoas registradas e confirmadas na plataforma (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2021), número muito maior do que jamais foi registrado em outras iniciativas participativas presenciais, o que demonstra a facilidade de se participar nos processos oferecidos pela plataforma.

Desta forma, há várias evidências que mostram a plataforma *Decidim, Barcelona* é uma iniciativa em curso, numa escalada de bons resultados e com muitos dados disponibilizados, tanto por Barcelona, como por outros estudos produzidos e em produção.

É importante frisar que ambas iniciativas analisadas possuem em seu corpo nível de participação social do tipo empoderamento-controle cidadão, sendo ambas capazes de ser utilizadas, portanto, como caso paradigma.

Contudo, com base nos resultados desta etapa, optou-se pela exclusão da opção por Madri (plataforma *Decide*), baseando-se no fato de que o principal objetivo desta plataforma é ser somente um orçamento participativo, deixando a análise restrita, pois, apesar de haver a participação no âmbito de *empowerment* buscado, o fato de apenas desejar a escolha de como

---

<sup>8</sup> Nos trabalhos do plano estratégico 2012-2015 houve a participação de 26.989 cidadãos, passando para 42.000 participantes no plano 2016-2019, graças à utilização da plataforma *Decidim* (PEÑA-LÓPEZ, 2017).

se usar as verbas públicas determinou um grau menor de participação do que aquele encontrado, ainda que potencialmente, na plataforma de Barcelona.

Importante destacar que essa escolha pela retirada da plataforma madrilenha *Decide* de se deu, ainda, por uma opção técnica, para poder analisar melhor os casos brasileiros, mesmo estando os pesquisadores cientes de que a iniciativa realizada na capital espanhola faz parte das propostas de Governo Aberto validadas e elogiadas pela OGP.

Na verdade, percebeu-se que, no Brasil, atualmente, há poucas iniciativas de orçamentos participativos, sendo que as existentes apresentam baixo nível de participação social digital, não podendo serem vistas como plataformas de e-participação, ou seja, a escolha da plataforma *Decide* poderia inviabilizar um estudo comparado objetivado.

Além disso, também se optou por excluir a opção da análise conjugada de ambas as plataformas, já que, para se fazer um caso paradigma conjunto delas, poderia tornar o estudo comparado mais difícil e com maior grau de subjetivismo.

Desta forma, ao final da realização da 2ª Etapa determinou-se que o caso paradigma, na verdade, seria a plataforma da comunidade *Decidim*, optando-se pela análise desta opção de plataforma de forma geral e especificamente, analisar a plataforma *Decidim.Barcelona*, visto ela ser a primeira, sendo usada desde 2016. Atualmente, após o uso inicial em Barcelona, a plataforma da comunidade *Decidim* teve seu uso replicado em diversas cidades da Catalunha e em outras partes do mundo, o que demonstra potencial da iniciativa, dada a sua replicabilidade, como também por se tratar de uma iniciativa que deseja ir além de um orçamento participativo, mas ser um instrumento de criação de espaços públicos de discussão de decisões e políticas públicas, unindo ambiente digital e presencial, o que é interessante visto poder solucionar questões de exclusão digital destacadas no Referencial Teórico.

**c) 3ª Etapa:** análise de iniciativas brasileiras para se determinar casos comparáveis;

Nesta etapa se faz uma análise exploratória ampla sobre as iniciativas municipais que se baseiam em governo digital ou e-democracia a fim de averiguar quais permitem a participação social e em que nível a iniciativa se situa, conforme a escala de grau de maturidade permissibilidade feito na 1ª Etapa.

Inicialmente, o desafio desta etapa era escolher para onde ia se direcionar o olhar da pesquisa para iniciar o levantamento. Uma das ideias iniciais seria a realização de trabalho de análise, tendo como fator de intencionalidade o fato de a iniciativa ser de local membro e/ou validada pela OGP, que, no caso, é o próprio país, Brasil, o estado de Santa Catarina e as cidades

de Contagem (MG), Osasco (SP) e São Paulo (SP) (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2023).

Contudo, visto a busca por iniciativas municipais comparáveis às de Barcelona ou Madri, optou-se por uma solução que poderia dar maior representatividade às diferenças existentes no Brasil e em suas regiões.

Assim, determinou-se que a amostra de análise inicial seria o Poder Executivo e o Poder Legislativo das 26 capitais dos estados brasileiros, não se analisando o Distrito Federal, dado o seu caráter híbrido de município e estado. Essa solução permitiria uma análise mais ampla das realidades de cada estado/região, sem se limitar a uma localidade somente, pois entendeu-se que as iniciativas poderiam estar fora dos grandes centros urbanos, como as cidade do Sudeste, por exemplo.

Desta forma, entre os meses de março e abril de 2023, procedeu-se a uma pesquisa exploratória, na qual se utilizou, inicialmente, das informações e dados constantes nos sites oficiais de cada uma destas cidades, buscando as iniciativas oficiais, inclusive os *links* que levem para outros sites em que essas iniciativas possam estar hospedadas, afinal, transparência é uma dos objetivos do Governo Aberto e, por isso, a preferência pelas fontes de informações públicas oficiais (transparências ativas).

Além disso, além das informações do site oficial do município, também se procurou nas lojas de aplicativos do Android (Google) e do iOS (Apple) possíveis aplicativos (apps) que poderiam dar essa abertura. Ainda, foram vasculhadas redes sociais e pesquisou-se de forma ampla no Google, a fim de não esquecer de nenhum tipo de iniciativa de participação social (pois, às vezes, o município poderia ter outros sites que não estariam informados em seu site oficial, parceria com entidades, empresas etc.).

A cada iniciativa encontrada, era feita sua análise com base nos dados encontrados no seu site/app, bem como por comentários em redes sociais e afins, buscando-se perceber como se dava o funcionamento, se havia comentários, elogios, críticas etc. sobre elas, para poder ter maior precisão e clareza sobre como classificar essa iniciativa.

Com base nessas informações, cada uma das iniciativas foi classificada dentro da escala elaborada na 1ª Etapa, indo de "não participativo", em geral, quando apenas há entrega de um serviço, até a nível de "empoderamento-controle", em que há colaboração e poder de decisão do cidadão por meio da iniciativa digital.

Apesar de se preferir as iniciativas baseadas no cyberspaço, pois se desejava comparar plataformas de e-participação, também se aceitou e buscou iniciativas que conjugavam espaços

digitais com espaços presenciais, visto na 2ª Etapa ter se percebido que a plataforma *Decidim* conjuga e valoriza esses dois espaços em diversos momentos de seus procedimentos.

Ao final da primeira parte do trabalho desta etapa, destacou-se de forma abrangente as iniciativas oficiais do Poder Executivo e Legislativo das 26 capitais dos estados brasileiros, indicando qual é a iniciativa, o *link* ou site próprio em que pode ser acessada, ou se é um aplicativo de celular (app), e, é claro, o nível de participação encontrado. Esse quadro geral é amplo está descrito no Apêndice A.

Em continuação desta etapa, destacou-se apenas as iniciativas relacionadas às variáveis de participação do nível empoderamento-controle cidadão (*empowerment*), sendo que foram encontradas cinco iniciativas deste nível em quatro municípios diferentes, todas realizadas pelo Poder Executivo, como se apresenta no Quadro 5.



Quadro 5 — Iniciativas de nível empoderamento-controle cidadão encontradas

	<b>Cidade</b>	<b>Iniciativa de Governo Aberto</b>	<b>Site - App</b>
1	Belém (PA)	Fórum Permanente de Participação Cidadã - Tá Selado!	<a href="https://decide.belem.pa.gov.br/">https://decide.belem.pa.gov.br/</a>
2	Maceió (AL)	Participa Maceió	<a href="https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces">https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces</a>
3	Recife (PE)	E.I.T.A! Recife	<a href="https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eita-2-ciclo/">https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eita-2-ciclo/</a>
		<i>Living Labs</i> Recife (EITA Labs)	<a href="https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eitalabs/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0">https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eitalabs/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0</a>
4	São Paulo (SP)	Participe+	<a href="https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/">https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/</a>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados originais da pesquisa (2023).

Contudo, das cinco iniciativas encontradas, é importante ressaltar que as duas de Recife (PE), o *Living Labs Recife* (EITA Labs) e o E.I.T.A! Recife, são conectadas, sendo, na verdade, uma mesma iniciativa, em que o E.I.T.A! Recife é a principal e a outra, uma plataforma e colaboração em criação de projetos em prototipagem, fazendo com que, para o caso de Recife, se deva analisar de forma conjunta as duas plataformas como se fossem apenas uma.

Posteriormente, foram levantados alguns dados relativos à Barcelona, bem como das cidades brasileiras para se poder ter um ideia melhor sobre os alguns aspectos que poderiam influir nas comparações entre as iniciativas, como se mostra nos Quadros 6 e 7.

Quadro 6 — Dados referentes à cidade de Barcelona

	<b>População</b>	<b>Renda per capita (euros)</b>	<b>Eleitores registrados</b>
<b>Barcelona</b>	1.660.435	15.978,90	1.604.738

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Instituto Nacional de Estadística (2023) e Barcelona (2023).

Quadro 7 — Dados referentes às cidades do Brasil

<b>Cidade</b>	<b>População</b>	<b>Renda per capita (reais)</b>	<b>Eleitores registrados</b>
Belém (PA)	1.506.420	20.562,10	1.064.255
Maceió (AL)	1.031.597	22.307,05	628.547
Recife (PE)	1.661.017	30.427,69	1.215.583
São Paulo (SP)	12.396.372	60.750,09	9.314.843

Fonte: Elaborado com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023).

Com a construção desses quadros, percebeu-se que o número de habitantes e o número de eleitores seriam bons critérios de escolha da iniciativa a ser comparada, uma vez que são consideradas boas formas de se estabelecer o grau de interesse da população sobre a iniciativa, bem como indicar o quanto ele atinge em número de pessoas envolvidas no espaço municipal escolhido.

Desta forma, apenas se retirou da análise comparativa a cidade de São Paulo (SP), em razão de ter uma população muito maior do que a Barcelona, enquanto as demais têm uma maior proximidade de população e de eleitores cadastrados.

**d) 4ª Etapa:** definição de categorias de comparação entre as iniciativas estudadas;

Na 4ª etapa, busca-se uma visão aprofundada, utilizando-se, inclusive, uma restrição de possíveis variáveis dentro do estudo comparado, conforme sugere Collier (1993), sendo esses eixos criados com base em modelos já utilizados para avaliação das práticas relacionadas à participação e colaboração social para a realização de Governo Aberto, visto que, nestes índices, é comum a presença das dimensões de participação e colaboração social (PEIXOTO, 2019).

Desta forma, com base em práticas avaliativas já utilizadas, criou-se categorias de comparação de forma analógica com base nas ideias de uma análise de conteúdo (BARDIN,

2010), buscando-se, com isso, permitir uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo das informações levantadas em cada uma das iniciativas estudadas, tendo como direcionamento o eixo determinado. Feitas as descrições, passou-se à comparação, como também contrastar as informações e dados das iniciativas, obtendo conclusões a respeito do tema, de acordo com os objetivos propostos.

Assim, foram estabelecidas categorias de indicadores bases, dentro dos quais deverão ser encaixadas as iniciativas municipais encontradas, que servirão como categorias de análise de comparação. Neste sentido, o Quadro 8 apresenta as categorias de comparação escolhidas, com sua justificada e seu embasamento teórico.

Quadro 8 — Categorias de comparação e seu embasamento teórico

<b>Categorias</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Embasamento Teórico</b>
Tipo de participação permitida	Procurar identificar em qual das duas categorias de participação a iniciativa está inserida, sendo as categorias: a) participação estreita: permite-se aos usuários se filiarem a uma causa, submeter ideias, indicar preferências, receber ou fornecer informações; e b) participação ampla: permite criação de grupos de trabalho e interação para discussão e decisão, realizando um processo deliberativo.	Nabatchi e Jo (2018).
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Explorar como o governo fornece os dados, informações necessárias para que os cidadãos possam participar ativamente dos processos de tomada de decisão.	Cejudo <i>et al.</i> (2018);
Formato da participação e de retorno de informações	Identificar como se dá a participação e, no caso de necessidade de retorno de informações em que canais ele se dão dentro das possibilidades: a) digital; b) presencial; c) modos híbridos (presencial e digital).	Cejudo <i>et al.</i> (2018)
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	Até que ponto um governo fornece fontes claras e transparentes de diretrizes, ferramentas, dados e software que equipam as equipes para fornecer padrões de prestação de serviços orientados pelo usuário, consistentes, integrados e intersetoriais	OECD (2020)
Permissividade de participação	Perquirir quais os atores envolvidos e qual seu grau de participação permitida e possíveis restrições ao acesso não identificado de cidadãos nos processos	Cejudo <i>et al.</i> (2018);
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Identificar se a participação cidadã se dá de forma documentada e acessível posteriormente pelos participantes interessados, inclusive se há possibilidade de mudanças de posicionamento	Hernández Bonivento (2016); Cejudo <i>et al.</i> (2018);
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Identificar o grau de facilidade para os cidadãos saberem sobre o processo participativo em curso, seus prazos de duração e as possibilidades de atuação para a tomada de decisões	Hernández Bonivento (2016); Cejudo <i>et al.</i> (2018); OECD (2020)
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Identificar se há formas de fiscalização do cumprimento das decisões e acompanhamento destas pelos participantes de forma simples e direta.	Cejudo <i>et al.</i> (2018);

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Para cada uma das categorias foi avaliado se a iniciativa cumpria ou não o proposto no indicador base, dando-se especial atenção quando se tinha o cumprimento em partes, pois poderiam expor lacunas e limitações do modelo, o que merecerá maior atenção, conforme se explica na 5ª Etapa.

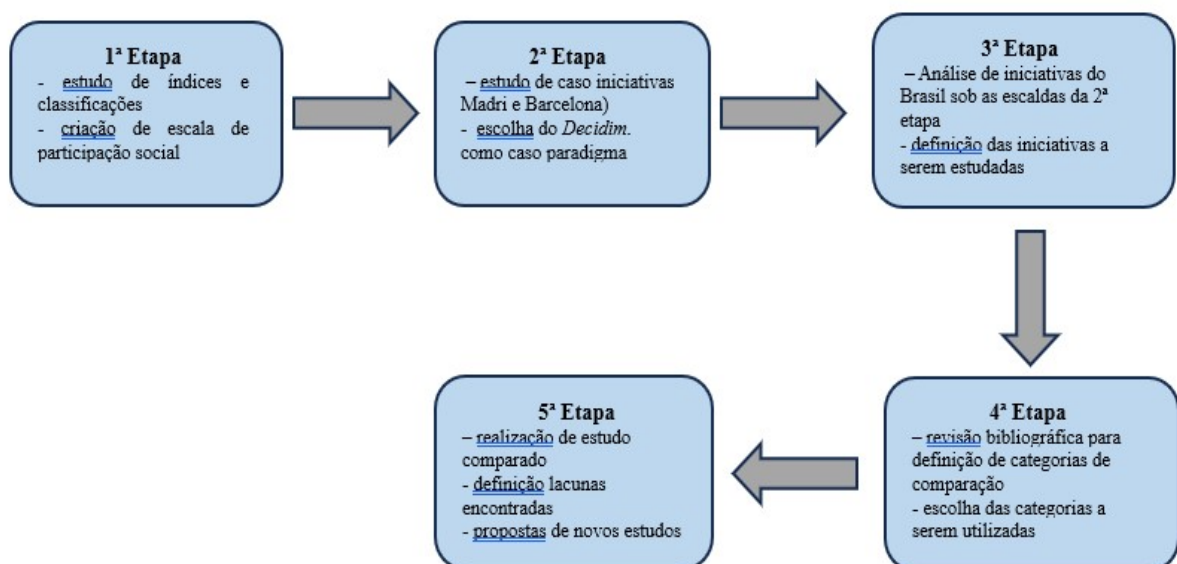
**e) 5ª Etapa:** estudo comparado e identificação de lacunas para proposta sistematizada de novos estudos.

Estabelecidas as lacunas nas iniciativas brasileiras, com base nas categorias da 4ª etapa, criou-se um quadro apresentando-as, com a condição de se olhar no caso paradigma, para ver se problemas semelhantes já haviam ocorrido e se, com eles, foram tratados em busca de soluções ou minoração do problema. Ainda, nesta etapa, buscou-se a aplicação do conhecimento, de forma análoga e comparada, para sugerir soluções para as lacunas de participação social nas iniciativas de e-participação brasileiras em face do que Barcelona vem fazendo.

Além disso, com base nas lacunas encontradas, sugere-se uma proposta de novos estudos a fim de melhorar a estrutura da organização estatal municipal, permitindo maiores chances de participação para os cidadãos.

Resumidamente, as etapas metodológicas estão indicadas de forma gráfica na Figura 3.

Figura 3 — Representação gráfica das etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quadro 9 — Resumo de procedimentos metodológicos da pesquisa

Problema de Pesquisa	Objetivo Geral	Hipótese/proposição	Objetivos Específicos	Etapas de Pesquisa	Hipótese/proposição	Embasamento Teórico	Técnica de Análise
Nas diversas iniciativas municipais existentes no Brasil, há realmente possibilidade de participação cidadã com aumento de poder civil ( <i>empowerment</i> ) que permita que o cidadão colabore de forma eficaz, com a construção e execução de políticas públicas como se encontra em experiências europeias com maior grau de maturação.	Estudar de forma exploratória e comparada experiências municipais de e-participação no Brasil e na Espanha quanto ao empoderamento cidadão, que permitem atuação no desenho e execução de políticas públicas.	A hipótese desse trabalho, baseada na ideia de plataformas digitais, permite uma maior participação do cidadão quanto ao empoderamento-controle ( <i>empowerment</i> )	a) estudar de forma mais aprofundada o modelo de e-participação oferecido pela comunidade <i>Decidim</i> , especialmente com foco no de cidade de Barcelona;	Revisão teórica bibliográfica e integrativa, análise documental e estudo de caso paradigma (2ª Etapa)	A comparação, enquanto procedimento científico é um meio que possibilita a construção de estudos articulados em pontos comuns de análise, tendo uma amostra diversificada, que permite propor interrelações entre os níveis globais, nacional e local	Botelho, Cunha e Macedo (2011); Yin, (2015)	Pesquisa de cunho qualitativo com uso, principalmente, de análise de conteúdo (BARDIN, 2010)
			b) após a identificação das iniciativas brasileiras com participação social no nível de empoderamento-controle, realizar estudos aprofundados sobre elas;	Criação de escala para se avaliar as iniciativas e definir quais teriam o nível de empoderamento cidadão; estabelecer quais iniciativas seriam comparáveis e determinar os eixos de comparação a ser utilizados (1ª, 3ª e 4ª Etapas)		Arnstein (1969); Collier (1993); Cejudo (2021); Cejudo <i>et al.</i> (2018); Hernández Bonivento (2016, 2021); Krawczyk (2013); OECD (2020); Nabatchi e Jo (2018).	
			c) por fim, dentro de determinados padrões de comparação, fazer as correlações e destacar diferenças entre os modelos, inclusive para destacar lacunas para novos estudos e ações que aprimorem as plataformas brasileiras.	Comparação das iniciativas brasileiras com a espanhola para identificar as lacuna a fim propor e orientar novos estudos (5ª Etapa)	A correlação das limitações facilita propor e orientar novos estudos, a fim de melhorar a estrutura da organização estatal	Collier (1993); Botelho, Cunha e Macedo (2011); Krawczyk (2013); Yin, (2015).	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O CIDADÃO NO CONTEXTO DA E-PARTICIPAÇÃO E DO GOVERNO ABERTO: PERCEPÇÕES INICIAIS E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

Diante do que se apresenta, é correta a percepção de que a tecnologia é um instrumento importante para a ampliação de ações participativas, permitindo uma visão nova da democracia, agora mais aberta, mais direta e mais interativa, possibilitando um abrangente conjunto de atuações que vão desde a pressão coletiva para modificar a agenda de políticas públicas, até a criação de ferramentas de financiamento alternativos para ações da cidadania (GUTIÉRREZ-RUBÍ; DALMASES, 2017).

Assim, não causa surpresa as várias evidências e estudos que apresentam uma importante mudança organizacional, capaz de levar “a um favorecimento e proliferação do trabalho em rede e a um crescente achatamento das organizações públicas, dotando-as de maior flexibilidade e capacidade de resposta às crescentes exigências e solicitações dos cidadãos” (CORREIA; MENDES; BILHIM, 2020, p. 158).

Consolida esse direcionamento o fato de que, há muito tempo, vários organismos internacionais, como, por exemplo, a Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), defendam que a abertura de dados (transparência e *accountability*) juntamente com a criação de formas eletrônicas de interação entre Governo e cidadão são um caminho seguro de melhorar a democracia, bem como o desenvolvimento social e econômico dos países (WELBY, 2019).

Nesse sentido, é bem-vista a valorização da e-participação por sua capacidade de facilitar a transparência dos processos de informação e participação, além de oferecer possibilidades de tomada de decisão conjunta entre Estado-cidadão, permitindo, inclusive, que haja o maior envolvimento dos cidadãos, invertendo o caminho das escolhas públicas, fazendo com que sejam de baixo para cima e não mais de cima para baixo, como normalmente ocorre.

Formas de participação que vão além dos tradicionais espaços de interações presenciais, passando também para espaços virtuais, são condizentes com a sociedade atual, em que há um crescente número de nativos digitais com maior familiaridade para adotar uma relação de convivência em redes. Logo, a criação de instâncias participativas digitais torna-se uma necessidade para que esses indivíduos tenham mais facilidade e interesse em atuar na esfera pública, pois, segundo alguns pesquisadores, tais espaços são interessantes como solução para que cidadãos possam pôr em prática a participação social na gestão pública (YETANO; ROYO, 2017).

Também é importante que esses espaços sejam estruturados em práticas governamentais bem desenhadas, capazes de serem avaliadas e, se for o caso, aprimoradas para se manter um diálogo democrático eficiente entre o governo e os cidadãos (TOOTS, 2019).

Desta forma, a plataforma da comunidade Decidim está sendo desenvolvida para ser um espaço participativo que busca seguir as premissas para evitar fracassos indicadas por Toots (2019), pois é um processo suscetível a mudanças em seu contexto, utilizado em uma escala territorial diminuta (cidade), aberto a sugestões, interações e avaliações externas usadas para manter um cenário de inovação do sistema, fazendo a organização do projeto alinhar o projeto aos contextos existentes.

#### 4.2 A PLATAFORMA DA COMUNIDADE *DECIDIM* – ASPECTOS GERAIS E POSSIBILIDADES

O projeto da plataforma *Decidim* surgiu em fevereiro de 2016, sendo uma iniciativa que visava criar uma infraestrutura digital para a democracia participativa, sendo uma plataforma construída inteiramente e de forma colaborativa como *software* livre. A sua ideia era criar uma ambiente virtual com ampla liberdade para que qualquer organização (países, estados, cidades, câmara municipal, associação, universidade, ONG, bairro ou cooperativa) pudesse utilizá-lo e criar processos em massa para planejamento estratégico, orçamento participativo, design colaborativo para regulamentos, espaços urbanos e processos eleitorais (BARANDIARAN, 2018).

O *Decidim* vem como uma resposta positiva aos movimentos populares que tomaram as ruas das Espanha em 2011, denominados de “15M”. A plataforma é um projeto tecnopolítico desenhado para ser uma alternativa para aqueles cidadãos que não se sentiam mais representados poderem, de forma direta, criar um ambiente mais democrático, possibilitando-lhes a abertura de novos espaços de deliberação e colaboração para criação e coprodução de políticas públicas dentro de espaços de participação direta que permitissem a desintermediação e a cooperação entre cidadãos, instituições e organizações da sociedade civil (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Assim, tem seu uso piloto na cidade espanhola de Barcelona, sendo inserido como uma das formas de aumentar a participação dos cidadãos nos planos estratégicos da cidade, o chamado Plano Estratégico Municipal (PAM), no seu ciclo 2016-2019. Neste processo participativo inicial do *Decidim*, a plataforma auxiliou na construção de um processo que desenhado em várias e sucessivas fases, conforme se apresenta, resumidamente, no Quadro 10.

Quadro 10 — Desenho proposto para as fases do Decidim.Barcelona (PAM2016/2019)

Fase	Atos realizados	Participação
<b>Preparação da proposta inicial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição pela prefeitura dos eixos temáticos do plano estratégico (bem viver, transição ecológica, economia plural, boa governança e justiça global);</li> <li>Replicação da estrutura temática para cada um dos 10 distritos da cidade;</li> <li>Elaboração de um documento proposto para toda a cidade (Plano de Ação Municipal - PAM) e outro para cada um dos distritos (Plano de Ação Distrital-PAD);</li> <li>Elaboração de proposta para o PAM apresentada pela Câmara Municipal.</li> </ul>	Prefeitura e Câmara Municipal
<b>Coleta, debate e priorização de propostas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise das propostas iniciais no site do <i>Decidim</i>, sendo possível a discussão delas por meio de comentários e apoios;</li> <li>Apresentação de novas propostas nos diferentes eixos e linhas de ação em que o participante esteja habilitado;</li> <li>Possibilidade de participantes cadastrados como morador na cidade comentar as novas propostas (argumentos a favor e contra), bem como comentários de voto;</li> <li>Realização de reuniões presenciais para apresentação de propostas e discussão destas e das demais já constantes na plataforma (ata da reunião e as novas propostas são colocadas na plataforma ao final de cada encontro);</li> <li>Realização de debates digitais com o prefeito e os secretários sobre as propostas da prefeitura no documento inicial.</li> </ul>	Todos os participantes cadastrados, prefeitos e auxiliares, cidadãos residentes na cidade de Barcelona
<b>Estudo de propostas e retorno</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação das propostas apresentadas por responsáveis pelas diferentes áreas e distritos da prefeitura (estudo levando em conta o seu apoio, comentários e as discussões virtuais e presenciais);</li> <li>Análise de viabilidade temporal, orçamentária e técnica, bem como da sua coerência com as competências municipais;</li> <li>Agrupamento de propostas similares e rejeição de propostas não adequadas;</li> <li>Envio de resposta, publicada na plataforma, em relação à aceitação, modificação e agregação de ações ou à rejeição de cada proposta.</li> </ul>	Prefeitura e servidores
<b>Alegações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nova proposta (geral) para o PAM elaborada com base no processo participativo;</li> <li>Análise das propostas do PAM sobre sua adequação com a legislação vigente (alegações de viabilidade jurídica);</li> <li>Estudo das alegações e incorporação delas em novo documento ou seu descarte. Tudo incluído na plataforma.</li> </ul>	Prefeitura e servidores
<b>Aprovação final</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal, por maioria simples.</li> </ul>	Câmara Municipal
<b>Monitoramento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de acompanhamento pela plataforma <i>Decidim</i> do grau de implementação das ações ao longo do mandato.</li> </ul>	Todos os participantes

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Barandiaran *et al.* (2018).

Essa interação construída no PAM se deu por formas virtuais e também presenciais, pois a plataforma *Decidim* trabalha como possibilidades participativas que permitem conjugar ambientes, tendo seu uso sido muito útil durante a fase de “Coleta, debate e priorização de propostas”. Segundo um estudo de Peña-López (2017a), o uso da plataforma permitiu que a participação aumentasse — e muito — em relação ao processo participativo anterior (2012-



2015), segundo o qual houve a participação de 26.989 cidadãos, passando para 42.000 participantes no plano 2016-2019.

Esse sucesso alcançado em razão do aumento da participação dos cidadãos na sua primeira experiência fez com que o projeto da plataforma *Decidim* chamasse a atenção de mais interessados tanto em usá-la para processos participativos, como para ser parceiro a fim de contribuir com o desenvolvimento tecnológico e a possibilidade de novas ferramentas ligadas ao modelo.

Atualmente a iniciativa é gerida por uma associação criada em em 2019, a *Decidim Free Software Association*, que aumentou a sua capacidade de inovação e presença da plataforma pelo mundo a fora (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

É interessante visualizar que a plataforma *Decidim* é uma junção de várias dimensões da democracia e da sociedade em rede, sendo um projeto desenvolvido em três planos gerais: um político, no qual o foco está no modelo democrático promovido em si e no seu impacto nas políticas e organizações públicas); um tecnopolítico, em que a importância está na forma como a plataforma é desenhada, nos mecanismos que incorpora, e no seu desenho democraticamente participativo); e, por fim, um técnico, cujo foco está nas condições de produção, operação e sucesso do projeto, envolvendo sua fabricação, mecanismos colaborativos, licenças etc. (BARANDIARAN, 2018).

Em relação à sua dimensão tecnopolítica, é importante citar que grande parte destes esforços para a melhoria do desenho da plataforma ocorre por meio do trabalho da comunidade *Metadecidim*, que é uma comunidade aberta à entrada de qualquer interessado a fim de colaborar na concepção da plataforma e no desenvolvimento do projeto, criando funcionalidades, e, é claro, reportando erros e falhas, buscando a melhoria contínua (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

O projeto ainda conta com uma governança baseada também em aspectos bem democráticos e abertos aos diversos interessados, assim como reuniões periódicas que abordam assuntos relacionados aos aspectos tecnológicos da plataforma, possuindo, ainda, uma conferência anual, chamada de *Decidim Fest* (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Por fim, para discutir aspectos mais teóricos ou baseados em investigações, abre-se a oportunidade para pesquisadores participarem por meio de uma rede denominada de *LAB Metadecidim*, espaço aberto para investigação e debate em torno da democracia em rede num sentido amplo, mas que, especificamente, busca discutir temas que ajudam a orientar o trabalho de desenvolvimento da plataforma *Decidim*, por meio da construção de redes e comunidades de especialistas interessados em diversas frentes (identidade digital, segurança, privacidade,

processos e modelos de democracia em rede, governança tecnopolítica, inteligência artificial para participação, gamificação política ou ciência cidadã etc.), inclusive contribuindo com diretamente para a melhora código fonte do *Github* (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Atualmente, todos esses esforços conjugados em rede, fizeram a plataforma nascida em Barcelona estar presente e ser utilizada em mais de 30 países, em 390 iniciativas participativas diversas, situadas nos âmbitos transnacional, nacional, estadual, municipal e outras instituições públicas ou privadas, chegando a quase 1 milhão de participantes (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Inclusive a plataforma já é ou foi utilizada no Brasil, pelas cidades de Belém (PA) (iniciativa estudada neste trabalho) e Contagem (MG)<sup>9</sup>, sendo também a base da iniciativa do Governo Federal intitulada de “Brasil Participativo”<sup>10</sup>, conforme se vê na Figura 4.

Figura 4 — Identificação da comunidade *Decidim* na plataforma Brasil Participativo



Fonte: Retirado da página da plataforma Brasil Participativo (BRASIL, 2023).

O modelo adotado por cada organismo, público ou privado, que se utiliza da plataforma, permite adaptações para a sua realidade, bem como definições de que espaços participativos serão construídos, determinando-se se serão somente virtuais, presenciais ou híbridos. Sendo

<sup>9</sup> Iniciativa em funcionamento, conforme informações coletadas no site da plataforma: <https://decidim.contagem.mg.gov.br/>

<sup>10</sup> A Plataforma Brasil Participativo é uma nova plataforma de participação social do Governo Federal, construída para que a população possa contribuir com a criação e melhoria das políticas públicas. Sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Participação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República (SNPS/SGPR), a plataforma é desenvolvida em software livre, com o apoio da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência), da comunidade *Decidim*-Brasil, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Universidade de Brasília (UnB) (BRASIL, 2023).

assim, há a possibilidade de criação na plataforma de: a) processos participativos em várias e diferentes fases, inclusive com vários processos correndo ao mesmo tempo, como ocorre com a *Decidim*, de Barcelona; b) assembleias ou reuniões, baseadas na criação de um órgão ou vários grupos decisórios (conselhos, grupos de trabalho, comissões, etc.); c) criação de sistemas de votação digital (*e-voting*), para realização e coordenação de referendos, discussões e debates; e d) espaços para permitir a criação de iniciativas colaborativas entre os participantes (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Para uma organização ingressar na comunidade *Decidim* e se utilizar da plataforma é preciso que ela, além de respeitar os termos das licenças de software e conteúdo, também assuma os compromissos do contrato social, documento que, apesar de não ser obrigatório, é respeitado como um guia ou princípio orientador para o funcionamento como a correta utilização da plataforma (BARANDIARAN, 2023).

Os princípios norteadores presentes no contrato social da comunidade são: a) uso de software livre e conteúdo aberto; b) dados apresentados com transparência, rastreabilidade e integridade; c) igualdade de oportunidades para os participantes e apresentação de indicadores de qualidade; d) confidencialidade dos dados (os dados dos participantes não deverão ser compartilhados com terceiros, nem utilizados para além do estritamente necessário à prestação do serviço, bem como deve haver sigilo dos votos); e) prestação de contas e responsabilidade; e f) assegurar sempre a colaboração para melhoria contínua da plataforma e colaboração interinstitucional (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023; BARANDIARAN, 2023).

Desta forma, diante de todas essas evidências, percebe-se que a escolha da plataforma de e-participação *Decidim.Barcelona*, da cidade de Barcelona, como caso paradigma para este estudo, mostra-se adequada e coerente, pois se trata de uma iniciativa que abriu as portas para que muitas outras organizações, tanto públicas, quanto privadas, pudessem se utilizar de um padrão claro e eficiente de plataforma que fomenta a democracia e, principalmente, a participação social em seu nível mais alto, conforme o estabelecido nesta pesquisa.

#### 4.3 A PLATAFORMA *DECIDIM.BARCELONA*

##### **4.3.1 Barcelona e sua vocação para a democracia participativa — antecedentes da implementação da plataforma *Decidim.Barcelona***

Bem antes da implementação do projeto da plataforma *Decidim*, em 2016, Barcelona já era conhecida como uma cidade com vocação para modelos disruptivos, buscando uma melhor governança com formas de tomada de decisão mais participativas e inclusivas, inicialmente

com base em ações da sociedade civil envolvidas no planejamento urbano e na qualidade de vida, ocorridas ainda nos anos 1970 (LUCERO, 2020).

Na década seguinte, em 1986, surgiram na cidade as primeiras regulamentações de participação cidadã, focadas em modelos de conselhos consultivos setoriais, que possibilitaram uma descentralização da administração pública através dos distritos e seus bairros, o que gerou possibilidades de o cidadão participar através de modelos que facilitaram as relações com a comunidade entre si e com o Poder Público (LUCERO, 2020).

Contudo, apesar da continuidade desses espaços originados nos conselhos, com o passar do tempo houve um enfraquecimento dos modelos participativos em Barcelona, bem como em outras localidades espanholas, o que acabou por originar, após a crise financeira mundial de 2008, uma série de movimentos populares, os quais eclodiram com força no ano de 2011, os chamados movimentos dos *Indignados* ou movimento *15M*, devido à data de seu protesto inicial, em 15 de maio de 2011 (FLESHER FOMINAYA; FEENSTRA, 2023).

Sob um slogan que dizia 'Democracia Real Agora!', esse movimento se tornou atuante em diversas cidades espanholas, promovendo marchas e ocupações de praças centrais, como a Puerta del Sol, de Madri. Como o movimento tinha uma forte orientação antirrepresentativa (não aceitavam a democracia participativa) e apartidária, as ocupações se tornaram espaços de experimentação democrática, baseados em assembleias abertas, superando divisões e incluindo pessoas de todas as convicções políticas e estilos de vida, criando, assim, um modelo de esfera pública baseada em deliberação, consenso e relações não hierárquicas entre os participantes (FLESHER FOMINAYA; FEENSTRA, 2023).

Apesar deste movimento ter sido bastante reprimido, seus objetivos e ideais fizeram com que vários ativistas e simpatizantes participassem dos processos e listas eleitorais nas eleições a partir de 2014-2015. Ainda, muitos desses participantes dos 15M, juntamente com membros de outros movimentos sociais e acadêmicos se mobilizaram e formaram um partido político, denominado *Podemos*, que trabalhou buscando superar o bipartidarismo nacional existente, bem como retirar do poder diversas lideranças tradicionais locais da Espanha (PENTEADO; SOUZA, 2019).

O *Podemos* destacou-se pela cultura de colaboração articulada em espaços de participação e deliberação presencial e online por meio de plataformas de caráter deliberativo, o que permitia a construção das propostas políticas. Após ter conquistado pouco mais de 20% dos votos nas eleições gerais de dezembro de 2015, concentrou seus esforços em tornar-se competitivo no nível municipal (PENTEADO; SOUZA, 2019).

E graças às coligações feitas com partidos locais, emergentes e alguns tradicionais do campo da esquerda, os integrantes do *Podemos* acabaram por ter participação ativa na eleição da capital Madri, com Manuela Carmena (*Ahora Madrid*), e Barcelona, com Ada Colau (*Barcelona Em Comú*).

Essas gestões municipais adotaram políticas que foram bastante motivadas pelo 15-M e pelos ideais do *Podemos* (FLESHER FOMINAYA; FEENSTRA, 2023), sendo uma delas a de tornar as cidades mais abertas e participativas. Para cumprir com esse objetivo, colocaram em funcionamento plataformas de e-participação (PEÑA-LÓPEZ, 2017b; PENTEADO; SOUZA, 2019).

Com a premissa de que o espaço público é o lugar da democracia, por excelência, e que este espaço pertence a todos os cidadãos, sendo que, quanto mais espaço público existir, e quanto melhor for a sua qualidade, melhor será a qualidade da democracia, a prefeita de Barcelona Ada Colau lançou as bases fundamentais da plataforma *Decidim.Barcelona*, que seriam:

1. Elaboração do PAM e do PAD (plano estratégico do município e dos distritos, respetivamente) 2016-2019 com a participação ativa dos cidadãos;
2. Dar voz aos cidadãos de Barcelona;
3. Dar voz aos bairros da cidade;
4. Coletar propostas com opiniões e interesses plurais e diversos;
5. Promover a participação dos coletivos menos ativos ou com maiores dificuldades;
6. Promover uma cultura de participação ativa, de construção coletiva do governo da cidade e de democracia cidadã;
7. Fortalecer as bases para processos futuros de participação cidadã (PEÑA-LÓPEZ, 2017b, p. 14).

#### **4.3.2 Aspectos gerais do projeto da plataforma *Decidim.Barcelona***

Inicialmente, o projeto da plataforma *Decidim.Barcelona* surgiu para ser uma iniciativa que visava criar uma infraestrutura digital para a democracia participativa, estrutura esta que iria facilitar diversos processos públicos, além de oferecer aos cidadãos a oportunidade de apresentarem propostas, sendo debatidas e votadas pelos próprios cidadãos que se utilizam dos serviços e políticas públicas, sendo, ao final, as mais votadas tidas em consideração pela Câmara Municipal ao criar e elaborar os planos estratégicos do município (FLESHER FOMINAYA; FEENSTRA, 2023).

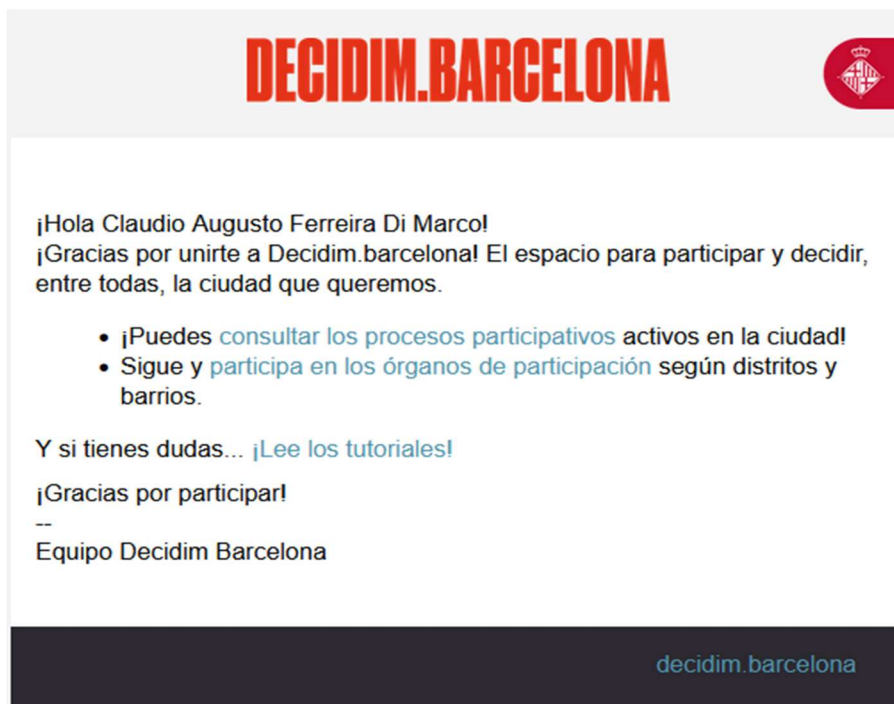
Segundo informações publicadas na plataforma *Decidim.Barcelona*, a iniciativa é composta, essencialmente, por três eixos de atuação: processos participativos (dentro dos quais se insere o orçamento participativo e a prestação e contas), órgãos de participação e iniciativas cidadãs. Os processos participativos são a parte com maior utilização pelos cidadãos. Já os

órgãos de participação representam espaços existentes (presencial e virtuais), que permitem com que grupos de pessoas se reúnam para debater e recolher propostas relativas aos processos participativos de um determinado bairro, por exemplo. Por fim, as iniciativas cidadãs são o meio que os cidadãos dispõem para promover, através abaixo assinados, que a Câmara Municipal analise sobre a realização de determinada ação (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a).

Foi estabelecido que a plataforma permita participação de pessoas de qualquer parte do mundo, denominados como visitantes ou participantes somente, que têm a possibilidade de acessar e ler todo o conteúdo da plataforma de forma livre e anônima (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a). Para fazer comentários e propostas, contudo, é preciso se registrar, tornando-se um “usuário registrado”, ato que se faz pela própria plataforma, bastado preencher seus dados, aceitando os termos de uso, proteção de dados pessoais, criando um nome de usuário, senha (palavra-passe) e também indicando um e-mail, o qual recebe uma mensagem posterior para a confirmação da sua existência (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a).

Feito esse processo, o(a) usuário(a) está autorizado(a), sendo que, inclusive, recebe outra mensagem com um convite para conhecer, seguir e participar do que está ocorrendo (processos participativos e órgãos de participação), com a indicação de tutorias de como se pode participar (Figura 5).

Figura 5 — Informação de aceitação de registro de conta *Decidim.Barcelona*



Fonte: Retirado do e-mail pessoal do autor (2023).

Contudo, apesar dessa facilidade e liberdade geral de acesso de visitantes e usuários registrados não cidadãos, inclusive de forma anônima, especial preocupação se tem com a participação do cidadão de Barcelona, o qual, além de poder participar dos debates e apresentar novas propostas, pode exercer seu direito ao voto (PEÑA-LÓPEZ, 2017a). Ao se registrar, esse usuário cidadão deverá comprovar que tem 16 anos ou mais e que está registrado em Barcelona, sendo solicitados três dados relativos ao registo (documento nacional de identidade – DNI, código postal e data de nascimento), dados estes apenas para verificação da conta e não utilizados posteriormente (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a).

Por fim, a plataforma também permite a possibilidade de registo de entidades, grupos e/ou organizações, sendo que, neste caso, serão solicitados os seguintes dados para registo e verificação: nome da organização, responsável legal, um e-mail válido, telefone, senha (palavra-passe) e aceitação das condições de utilização (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a).

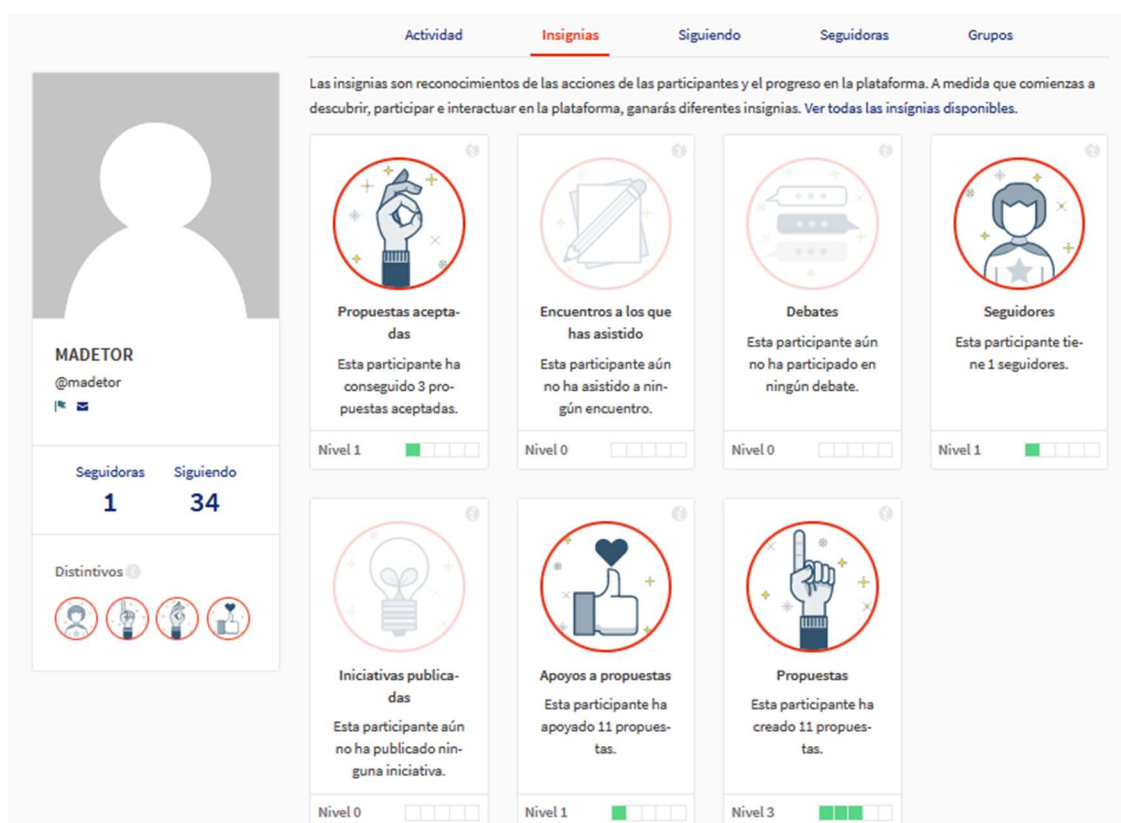
De acordo com a análise de Monterde e Romero (2023, p. 71), “a plataforma *Decidim* baseia-se numa única premissa: democratizar não apenas a sociedade como um todo, mas também as tecnologias que tornam isso possível”. Desta forma, a plataforma se utiliza de software de código aberto e livre, permitido que haja uma verdadeira rede de colaboração na concepção e desenvolvimento, logo se trata realmente de uma plataforma democrática para a democracia, que conta as demandas dos cidadãos, atuação de peritos e especialistas na sua ideia original, design e melhoria contínua (MONTERDE; ROMERO, 2023).

Soma-se a isso que esse perfil democrático na construção da plataforma tem como elementos de governança a própria Câmara Municipal de Barcelona, a *Decidim Free Software Association*, a comunidade *Metadecidim* e também redes e comunidades de especialistas locais (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

Ainda dentro das premissas de maior participação, conjugado com as percepções da existência dos nativos digitais, a plataforma se modela para a participação democrática adotando um formato de rede social, já que se cria um perfil pessoal, podendo marcar outros participantes, iniciar conversas ou seguir pessoas ou processos e receber notificações para garantir que você nunca perca todas as atualizações (MONTERDE; ROMERO, 2023). Na figura 6 e 7 é possível ver a essa lógica de interação pela modelagem de redes sociais.

Figura 6 — Lógica de redes sociais adotada pela *Decidim.Barcelona*

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 7 — Perfil de um participante na plataforma *Decidim.Barcelona*

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Apesar de ser uma plataforma digital de participação para a democracia, ela não se limita à esfera digital, mas também promove um modelo de participação híbrido, cuja presença física é fundamental, convivendo com diversas possibilidades de interação e participação digital,



modelo adotado visando fortalecer a participação, bem como aumentar as oportunidades desta (MONTERDE; ROMERO, 2023).

Neste sentido, nota-se que existe uma valorização de reuniões presenciais, em especial, pelo fato de que toda a informação gerada nos espaços presenciais se torna transparente e acessível, convertendo-se como parte da plataforma *Decidim.Barcelona*, podendo ser consultada por quem quiser a qualquer momento, inclusive em processos participativos já encerrados (Figura 8).

Figura 8 — Acompanhamento de sessão presencial realizada – pagina na *Decidim.Barcelona*

EL PROCESO **SESIONES** APORTACIONES CIUDADANAS

[← Volver al listado](#)

## Sesión de presentación y debate sobre la ordenanza de circulación

Encuentro oficial | 25/01/2023 14:04 | 0 comentarios

Sesión de debate con las entidades y organizaciones miembros del Pacto por la Movilidad sobre las principales modificaciones de la Ordenanza.

**Ecología Urbana**  
 © Avinguda Diagonal, 240  
 Sala Barcelona, 2ª planta



**02**  
 febrero  
 18:00 - 20:00

37 [Seguir](#)

Referencia: BCN-MEET-2023-01-6216  
 Versión 3 (de 3) [ver otras versiones](#)  
[Compartir](#)  
[Incrusta](#)  
[Añadir al calendario](#)

**DOCUMENTOS RELACIONADOS**

<p>Presentación sesión 2/2/23 pdf 100 KB            Presentación de la sesión sobre las modificaciones de la ordenanza de circulación, del 2/2/23</p>	
<p>Acta sesión 2/2/23 pdf 800 KB            Acta de la sesión sobre las modificaciones de la ordenanza de circulación, del 2/2/23</p>	

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Ainda, outro aspecto geral relevante do projeto da plataforma *Decidim.Barcelona* é seu arcabouço legal de sustentação do projeto, ancorado, atualmente, no Regulamento de Participação Cidadã, aprovado em 2020, que dá segurança à realização das atividades desenvolvidas na iniciativa.

Na verdade, durante a montagem inicial da plataforma, em 2015, a Prefeitura de Barcelona criou uma medida de governo do processo de participação na elaboração do PAM e PAD 2015-2019, norma que permitia o uso da plataforma digital conjugado com a participação presencial.<sup>11</sup> O problema dessa legislação é que ela era considerada como uma norma restrita, pois a norma mais ampla, que era o Regulamento de Participação, sendo de 2002, não trazia essa permissão de uma participação por meio digitais de forma clara e segura (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2019).

Assim, em 6 de outubro 2017 foi aprovado um inovador Regulamento de Participação Cidadã, pela Câmara Municipal, que garantia os canais participativos por meio de quatro mecanismos principais: processos, órgãos, iniciativas e consultas cidadã (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2019), permitindo um maior segurança para a existência e manutenção da plataforma *Decidim.Barcelona*, inclusive, possibilitando que cidadãos exijam seu funcionamento por outras gestões da cidade

Contudo, o Regulamento foi suspenso até 2020 devido ao grande número de recursos judiciais interpostos, o que gerou certo temor e insegurança quanto à forma como se daria o novo ciclo da plataforma no PAM 2020-2023, mas, em junho de 2020, o Regulamento foi reapresentado com algumas alterações significativas, que permitiram resolver as dúvidas e questionamentos, proporcionando, então, garantias jurídicas e segurança aos novos processos,

---

<sup>11</sup> A Medida de governo do processo de participação na elaboração do PAM e PAD 2015-2019, trazia em seu ponto 8, a seguinte determinação, em que se lastreava a existência e funcionamento da plataforma *Decidim.Barcelona*: O conjunto do processo de participação é articulado, sistematizado e sintetizado em uma plataforma digital que, além de coletar propostas pela Internet, gera um espaço deliberado e prioriza o cadastro de todos eles e dá visibilidade aos resultados dos diferentes debates que são realizados nos âmbitos territoriais dos distritos ou da cidade. A aposta pela tecnologia atravessa o processo, pois a plataforma digital também é útil para debates presenciais. Além disso, permite rastrear propostas que são realizadas até serem aprovadas, desestimadas ou modificadas. Também permitiu que o conjunto do processo participasse de forma transparente e aberto ao conjunto da cidade para poder consultar qualquer informação em tempo real durante o processo. A participação digital, que tem de ser acompanhada por uma digitalização participativa, é dirigida, difundida, produzida e gerenciada por meio de recursos digitais de forma participativa, para que os programas tenham acesso e existam infraestruturas que permitam colaboração e replicação de ações de participação digital. A segunda unidade de participação mais importante do *Decidim* são as sessões presenciais. O objetivo das sessões presenciais é facilitar a combinação da participação digital e presencial, lembrando toda a informação que é gerada nos espaços de participação presencial e transparente e acessível. Toda esta atividade é canalizada através do que no *Decidim* é nomeado de “Espaços de participação”, é um diretório, o que se denomina como: processos participativos, órgãos de participação, iniciativas cidadãs e consultas (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2019 – tradução livre do autor).

mecanismos e necessidades de participação democrática da cidade, sendo aprovado em maio de 2022 (MONTERDE; ROMERO, 2023).

### 4.3.3 Análise da plataforma *Decidim.Barcelona* com base nos eixos de comparação

A plataforma *Decidim.Barcelona* está sendo utilizada desde 2016, estando presente na construção Plano de Atuação Municipal (PAM) e dos Programas de Atuação dos Distritos (PAD) referentes ao período 2016-2019 e 2020-2023, estando em fase final este último período.

Figura 9 — Página inicial do *Decidim.Barcelona* (PAM2020-2023)



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Há uma notável participação e criação de propostas em relação aos orçamentos participativos nos períodos, sendo que o processo no PAM 2016-2019 teve 10.860 propostas reconhecidas e 30.049 participantes, já o PAM 2020-2023, mesmo como certas limitações e tendo sido interrompido durante um ano pela pandemia de Covid-19 (seria o PAM 2019-2022, inicialmente), contou com 73.490 participantes e 1.982 projetos apresentados (ORTEGA, 2022).

Desta forma, há uma boa produção de resultados que permitem proceder a uma análise da iniciativa dentro dos indicadores de comparação propostos neste trabalho, como se demonstra no Quadro 11.

Quadro 11 — Categorias de comparação – análise de *Decidim*, de Barcelona

<b>Categoria</b>	<b>Análise</b>	<b>Justificativa</b>
Tipo de participação permitida	Participação ampla	A participação ampla é a iniciativa que permite a criação de grupos de trabalho e interação para discussão e decisão, realizando um processo deliberativo.
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Alto grau	A plataforma baseia-se em alto grau de fornecimento de dados e retornos sobre os processos, permitindo aos cidadãos poderem participar ativamente em tomadas de decisão.
Formato da participação e de retorno de informações	Modelo híbrido (presencial e digital)	A iniciativa se baseia num modelo híbrido, com espaços participativos presenciais e digitais, havendo retornos e documentações sobre os atos, disponíveis de forma digital e de fácil acesso.
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário	A plataforma tem design que facilita o acesso, baseado em lógica de redes sociais e acessos por simples clique e direcionamento ao que se deseja. Ainda, há tutoriais e explicações sobre as fases e possibilidades de atuação para o usuário.
Permissividade de participação	Participação ampla, em geral, com restrições somente em votações e afins	A iniciativa permite a participação ampla de interessados, inclusive de forma anônima, apenas exigindo registro para certos atos, restringindo, contudo, em atos de escolha e votação a participação somente a cidadãos residentes na cidade.
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Alto grau de acompanhamento	A plataforma mantém documentação atualizada do que foi realizado e das atuações de usuário, nas propostas e no seu perfil social, com possibilidade de recuperação de dados.
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Alto grau	A plataforma permite a criação de propostas por usuários, bem como se baseia em construção colaborativa de projetos/propostas, bem como de seu próprio design.
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Alto grau	Por meio da plataforma, os participantes podem acompanhar a execução das propostas aprovadas de forma simples e direta, bem como têm acesso às documentações relevantes nos processos presenciais e digitais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

#### **4.3.4 Análise de aspecto relevantes e específico do processo participativo pela plataforma *Decidim.Barcelona***

As análises feitas nesse capítulo estão em grande parte baseadas no atual período da plataforma, relacionado ao PAM 2020-2023, que foi construído com base no Regulamento de Participação de 2020, tendo quatro espaços de participação bem destacados: processos, órgãos, iniciativas e consultas, como se vê por suas fases descritas no Quadro 12.

Contudo, como tudo no mundo naquele período, o processo foi impactado pela pandemia da Covid-19, tendo, por exemplo, o rebaixamento do valor disponível para o orçamento participativo — inicialmente de € 75 milhões, passando para € 30 milhões —, ocasionando limitações de investimentos nos projetos e por distritos, prejudicando algumas práticas relativas à participação, visto a competição por recursos ter se tornando mais forte, diminuindo alguns debates (ORTEGA, 2022).

(continua)

Quadro 12 — Fases do PAM 2020-2023 e o uso da plataforma *Decidim.Barcelona*

<b>Fases</b>	<b>Ações envolvidas</b>	<b>Atuação no Decidim.Barcelona</b>
<b>FASE 0.</b> Dez. de 2019	Debate inicial com entre os agentes públicos municipais (PAM) - Construção das diretrizes do PAM 2020-2023; - Definição dos eixos de políticas públicas a serem discutidos (premissas para o orçamento participativo); - Definição do valor determinado para o orçamento participativo.	Não há nenhum tipo de uso da plataforma.
<b>FASE1</b> Fev.– Mai. 2020	Debate e realização de propostas/projetos (PAM e Orçamento Participativo) - Nesta fase, são gerados os diversos espaços de debate destinados a relembrar propostas vinculadas ao PAM e ao PAD e aos projetos de investimentos para o orçamento participativo*. Há as seguintes ações: 1 – Montar publicidade e reuniões em todos os bairros da cidade, para explicar o processo e lembrar possíveis propostas e projetos; 2 - Conselhos de bairro: convocatória dos conselhos de bairro para auxiliar na elaboração de propostas para incorporar no PAD e projetos de investimentos para o orçamento participativo. 3 - Debates setoriais de cidade/distrito: espaços de debate focalizados para realização de discussão com os atores estratégicos que analisam e fazem as aprovações e rejeições técnicas de propostas (servidores e técnicos);	a) Informar o processo de participação do PAM e do orçamento participativo; b) Recolher, sistematizar e classificar de todas as propostas do PAM e PAD surgidas durante a participação do processo. c) Realizar as Convocações para os encontros e reuniões presenciais.
<b>FASE 2</b> Mai. 2020 – Mar. 2021	Validação técnica - Nesta fase, as propostas e projetos apresentados são filtrados e reunidos para uma análise de forma exclusivamente técnica, para garantir o cumprimento de todos os critérios de participação predeterminados.	Retorno das conclusões de validação (aprovadas e rejeitadas), sendo inseridas em cada projeto/propostas.
<b>FASE 3</b> Mar. – Abr. 2021	Apoios aos projetos de investimento - Nesta fase, os diversos projetos de investimentos aprovados tecnicamente poderão receber apoios, comentários e afins (cada usuário tem um limite de apoios que pode dar). - A quantidade de apoios determinará os projetos/propostas que passarão para a fase de concretização - Os apoios podem ser realizados na plataforma <i>Decidim.Barcelona</i> e em pontos de participação localizados no espaço público.	Recolhimento digital de propostas, apoios e comentários (críticas, sugestões etc.).
<b>FASE 4</b> Abr. – Mai. 2021	Concretização de propostas/projetos - A fase de concretização serve para detalhar o planejamento dos projetos prioritários para a cidade. - São realizadas sessões presenciais no âmbito do distrito e da cidade, entre os promotores dos projetos e, quando necessário, com outros agentes relevantes para a singularidade do projeto; - Nestes debates haverá o suporte técnico da área ou departamento correspondente aos projetos.	- Uso informacional sobre as reuniões e seus atos.
<b>FASE 5</b> Jun. 2021	Votação final pelos participantes cidadãos residentes - Nesta fase, os cidadãos opinam sobre os projetos e propostas de investimentos para o orçamento participativo; - Cada pessoa pode votar tantos projetos que gostaria até esgotar os eixos das premissas participativas disponíveis. - Finalmente, os projetos que serão mais votados serão os escolhidos para serem analisados pela Câmara (análise tecnopolítica). - Votação é realizada na <i>Decidim.Barcelona</i> e em pontos físicos em cada distrito	- Utilizada para recebimento de votos; - Uso informacional sobre os processos aprovados.

Fases	Ações envolvidas	Atuação no Decidim.Barcelona
<b>FASE 6</b> Jun. 2021	Votação pela câmara - Nesta fase, as propostas aprovadas nas fases anteriores são votadas de forma técnica pela Câmara e há o retorno dos resultados dessas votações aos interessados	Dá o retorno e envio para os diversos órgãos e participantes da evolução dos projetos apresentados ao orçamento participativo.
<b>FASE 7</b> Jul.2021 - atual	Acompanhamento da implementação dos resultados - Nesta fase se tem o objetivo acompanhar o grau de realização dos resultados do processo participativo. - Tem como órgão central deste acompanhamento, a Comissão de Seguimento, (grupo de trabalho do PAM Câmara de Barcelona) - Cada distrito tem uma comissão própria de acompanhamento que faz reuniões periódicas. Essa comissão é a responsável por cobrar o desenvolvimento e a execução dos projetos.	Torna pública toda a informação sobre o grau de desenvolvimento dos projetos.

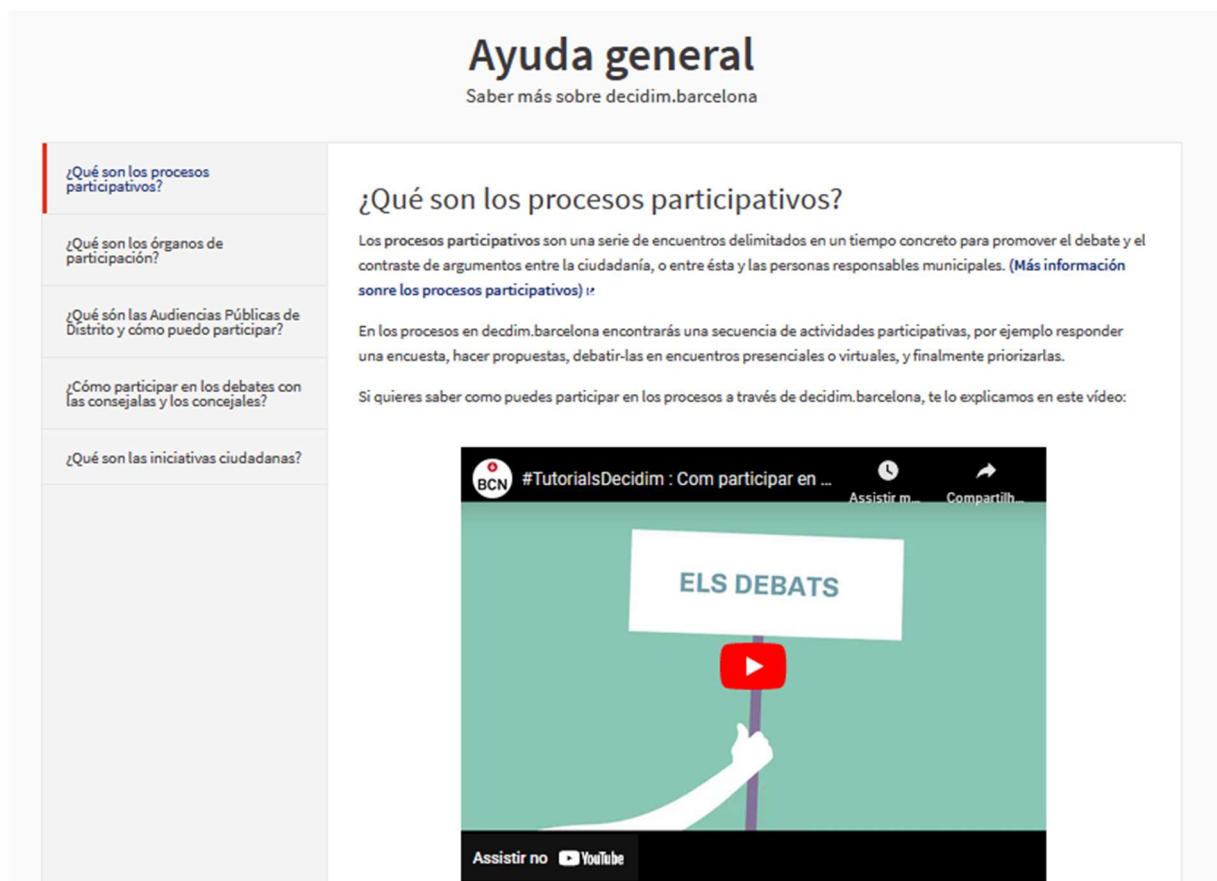
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados publicados pela Prefeitura de Barcelona (2020, 2023b).

**Nota:** \* Esta fase foi afetada pela crise sanitária originada pela covid-19. Aproximadamente 50% das ações previstas não podem ser realizadas

Segundo Lucero (2020), a plataforma Decidim.Barcelona é construída para manter a mais ampla participação possível, sendo, inclusive, oferecida em dois idiomas (espanhol e catalão), adaptável para o uso em desktop, notebooks e smartphone, contudo, não há nenhum *app* para o uso da plataforma, apesar de haver informações no site da prefeitura de Barcelona sobre isso (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023c). Além disso, possui fontes, tipografias e cores que facilitam a leitura e compreensão dos usuários, tendo, como ponto negativo não oferecer possibilidade de mudança de contraste ou áudio para pessoas com dificuldades ou deficientes visuais (LUCERO, 2020).

Ainda para favorecer esse acesso e participação, a plataforma conta com diversos elementos para explicar e ajudar o participante, que vão desde explicações sobre o que é cada um dos eixos participativos (processos participativos, órgãos de participação e iniciativas cidadãs), lista de perguntas frequentes (em página própria), bem como espaço com tutorias em vídeo para a ajuda geral (Figura 10).

Figura 10 — Página com explicações sobre o uso da plataforma *Decidim.Barcelona*



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).



É interessante notar que as facilidades de uso e participação parecem surtir um bom efeito, pois há evidências de aumento de participação no atual PAM em relação ao anterior, pois, neste processo, chegou-se a 56.578 novos usuários cadastrados, sendo que, na fase final de votação, houve um total de 39.433 pessoas participando. Levando em conta o número de intervenções ou participações no PAM, o que não representa o número participantes, pois um participante pode estar envolvido em várias fases de participação e/ou em vários canais de participação, nas participações em reuniões presenciais ou em pontos de apoio fixos e móveis, foram registrados um total de 20.772, somados às participações na plataforma virtual (52.718 participações), chega-se ao número total de participações de 73.490 intervenções/participações (CLARI I PADRÓS, 2023).

Segundo dados da Prefeitura de Barcelona, há um movimento crescente de registros, propostas e visitas (ainda que únicas), como se vê na Figura 11. Esse aumento de participação acaba por gerar um maior interesse e maior produção de projetos, propostas, apoios, comentários e outros, como se demonstra na Figura 12.

Figura 11 — *Decidim.Barcelona* em números de participantes e afins (em 31/12/2022)

Comparativa de dades Decidim.barcelona en el període				
	2019	2020	2021	2022
Persones registrades	31.540	44.364	99.272	102.601
Propostes	13.716	24.853	26.914	29.212
Visites úniques	131.045	238.649	438.702	159.835

Fonte: Barcelona (2023c, n.p).

Figura 12 — *Decidim.Barcelona* em números no PAM 2020-2023 (em 31/12/2022)



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023c, n.p).

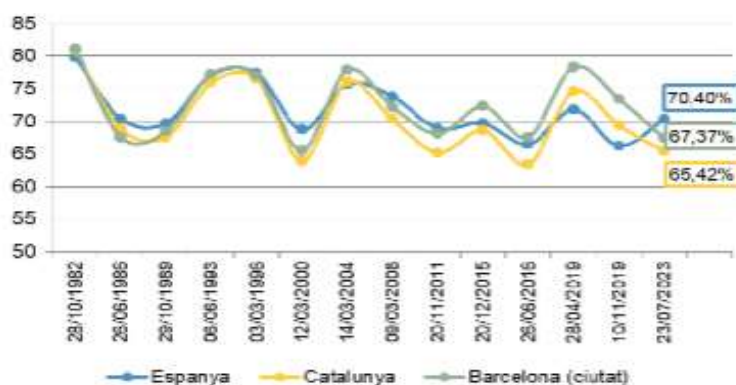
O número de pessoas registradas em 31 de dezembro de 2022 é 102.601 (Figura 11), representando 7,16% dos cidadãos maiores de 16 anos residentes na cidade (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023c). Inicialmente, poderia se olhar de forma negativa e até pessimista para estes números, pois parece que há uma baixa participação generalizada dos cidadãos, contudo, não é bem assim, pois, ao se analisar os números de votantes nas últimas eleições locais (Quadro 13), e na última eleição geral espanhola (Figura 13), percebe-se que a participação eleitoral também é baixa, representando, em média, apenas 2/3 da população.

Quadro 13 — Participação de eleitores de Barcelona nas eleições locais (2015-2023)

Eleição	Eleitores Cadastrados	Votantes (%)	Abstenção (%)
2015	1.161.140	703.590 (60,6%)	457.550 (39,4%)
2019	1.142.444	755.983 (66,2%)	386.461 (33,8%)
2023	1.108.134	672.053 (60,6%)	436.081 (39,4%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados publicados pela Prefeitura de Barcelona (2023b).

Figura 13 — Participação de eleitores de Barcelona nas Eleições Gerais da Espanha (2023)



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023d, p. 5).

A baixa média de participação em processos eleitorais, tanto locais, quanto nacionais, sendo que tais processos costumam se resolver em um tempo menor, resolvendo-se, em geral, em apenas um ou dois dias de votação, mostra que os processos participativos envolvidos na plataforma *Decidim.Barcelona* acabam tendo diversos momentos e levam praticamente 3 anos. Portanto, não há, na verdade, baixo interesse, mas, sim, uma participação dentro das expectativas.

Figura 14 — Números relacionados ao orçamento participativo no PAM 2020-2023

<b>Participació presencial</b>	Nombre d'espais de participació	706
	Nombre de trobades i reunions	375
<b>Volum de participació</b>	Nombre total de participacions	73.490
	Nombre de votants a la fase final	39.433
<b>Dades de participació a través del Decidim</b>	Persones verificades durant el procés (inclou registre i sense registre)	72.473
	Usuàries registrades durant el procés	56.578
	Participants úniques	52.601
	Visites a la plataforma (durant 2021)	400.104
	Vots emesos en tot el procés	47.666
	Suport a projectes	11.235
<b>Nombre de projectes per fases</b>	Nombre de projectes presentats (fase 1)	1.982
	Nombre de projectes validats tècnicament (fase 2)	823
	Nombre de projectes prioritzats (fase 3)	204
	Nombre de projectes que superen la concreció (fase 4)	184
	Projectes escollits en la votació final (fase 5)	76
Pressupost total destinat (€)		30.000.000
Nivell d'execució a principis de 2023 (%)		55%

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023c, n.p).

Na Figura 14 é possível ver o número (*nombre*) de processos, encontros e reuniões presenciais, interações/participações e acessos à plataforma no PAM atual, em relação ao orçamento participativo.

Outra análise de partes específicas da plataforma *Decidim.Barcelona* mostra a importância que é dada ao controle e garantia de qualidade das informações oferecidas, baseada em transparência e confiabilidade de dados. Neste sentido, a plataforma traz de forma completa e de fácil acesso o Regulamento de Participação Cidadã de 2022 (Figura 15). Bem como seguindo as diretrizes sobre dados abertos, com um simples clique é possível baixar todos os conjuntos de dados desde 2016, no formato Excel, com vírgulas, o que permite com que qualquer interessado possa trabalhar e analisar de outras formas os dados contantes na plataforma (Figura 16).

Figura 15 — Página como o Regulamento de Participação Cidadã de Barcelona (2022)

Reglamento de Participación Ciudadana (Aprobado en el Consejo Plenario de 27 de mayo de 2022)	
Preámbulo	<p><b>Preámbulo</b></p> <p>I.</p> <p>1. En Barcelona, la vitalidad, la riqueza y la pluralidad de los movimientos sociales, del movimiento asociativo, vecinal y feminista y de lo que se denomina sociedad civil han sido muy amplias y diversas desde el siglo XIX, tanto, que la ciudad atesora como legado una larga y variada tradición histórica social, republicana, catalanista, burguesa y revolucionaria a la vez. De hecho, la ciudad contemporánea y, más concretamente, la ciudad democrática se han construido en buena medida a fuerza de luchas sociales y urbanas, vecinales y populares, y de los anhelos y la praxis participativos de una ciudadanía organizada en múltiples entidades y colectivos.</p> <p>Ni siquiera la Guerra Civil ni la Dictadura, con toda su carga destructora y represiva, pudieron anular el anhelo de participación de la ciudadanía barcelonesa, expresión capital de una vitalidad singularmente compartida por el conjunto de la sociedad catalana. De hecho, durante los años cincuenta y sesenta del siglo XX, el crecimiento exponencial del movimiento asociativo derivó en el intento regulador franquista de la Ley de asociaciones de 1964, considerada aperturista, pero con un carácter evidentemente restrictivo y de control por parte del régimen. El desbordamiento de aquella regulación por la vía de los hechos —en 1971 el Gobierno civil de Barcelona alertó del "peligro de subversión" que suponía el reconocimiento de una media anual de entre sesenta y cien asociaciones— puso en evidencia que nunca ninguna normativa podría limitar la participación ciudadana.</p> <p>En clave democrática, el reto radica precisamente en cómo fomentar y canalizar la participación ciudadana, que necesariamente va mucho más allá de los dispositivos electorales o de la representatividad política partidista. Durante la Transición y los primeros ayuntamientos democráticos, este fue uno de los principales caballos de batalla de los movimientos vecinales y no quedó bien resuelto del todo. En 1979, el reglamento provisional de descentralización y participación ciudadana del nuevo Ayuntamiento de Barcelona se enmendó, porque lo consideraban insuficiente las asociaciones vecinales, sin éxito y con fuerte polémica. En síntesis, se pedía la elección por sufragio universal de los consejos de distrito, una descentralización efectiva, el derecho de voz en los plenarios municipales, la regulación en el ámbito local del referéndum y la posibilidad de revocación de cargos electos a partir de la regulación y el ejercicio de los derechos de consulta y de propuesta ciudadana.</p> <p>Algunas de estas aspiraciones se recogieron posteriormente en las normas reguladoras de la organización de los distritos y de la participación ciudadana de 1986. No obstante, y aduciendo, en algunos casos, vacíos legales o argumentos jurídicos de adecuación a leyes superiores, estas normas finalmente no se aplicaron en sus aspectos más innovadores o democráticamente más avanzados. De hecho, el anhelo de participación democrática manifestado históricamente por el</p>
Capítulo 1. Disposiciones Generales	
Capítulo 2. La Iniciativa Ciudadana	
Capítulo 3. Los Procesos Participativos	
Capítulo 4. Los Órganos de Participación	
Capítulo 5. Otros canales puntuales de participación	
Capítulo 6. Las Consultas Ciudadanas	
Capítulo 7. Participación de la ciudadanía en el funcionamiento y la gestión de los servicios municipales	
Capítulo 8. La plataforma digital	
Capítulo 9. El fortalecimiento comunitario	
Capítulo 10. La Comisión de Amparo	
Disposicions Addicionals	

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 16 — Arquivos de dados abertos – baixado em 16/09/2023

Nome	Tipo	Tamanho ...	Prot...	Tamanho	Razão	Data de modificação
www.decimim.barcelona-open-data-meeting_comments	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	440 KB	Não	1,466 KB	71%	16/09/2023 02:04
www.decimim.barcelona-open-data-meetings	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	990 KB	Não	7,789 KB	88%	16/09/2023 02:03
www.decimim.barcelona-open-data-projects	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	192 KB	Não	785 KB	76%	16/09/2023 02:44
www.decimim.barcelona-open-data-proposal_comments	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	2,616 KB	Não	10,975 KB	77%	16/09/2023 02:44
www.decimim.barcelona-open-data-proposals	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	5,936 KB	Não	34,261 KB	83%	16/09/2023 02:42
www.decimim.barcelona-open-data-result_comments	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	14 KB	Não	37 KB	65%	16/09/2023 02:48
www.decimim.barcelona-open-data-results	Arquivo de Valores Separados por Vírgulas do Microsoft Excel	691 KB	Não	4,211 KB	84%	16/09/2023 02:48

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Em relação a essa transparência e responsividade na apresentação das informações, é relevante conseguir baixar dados, contudo, para saber mais sobre o que está envolvido no PAM,

basta acessar a plataforma, pois nela é possível para qualquer interessado ver os processos ativos, bem como os já encerrados (Figura 17).

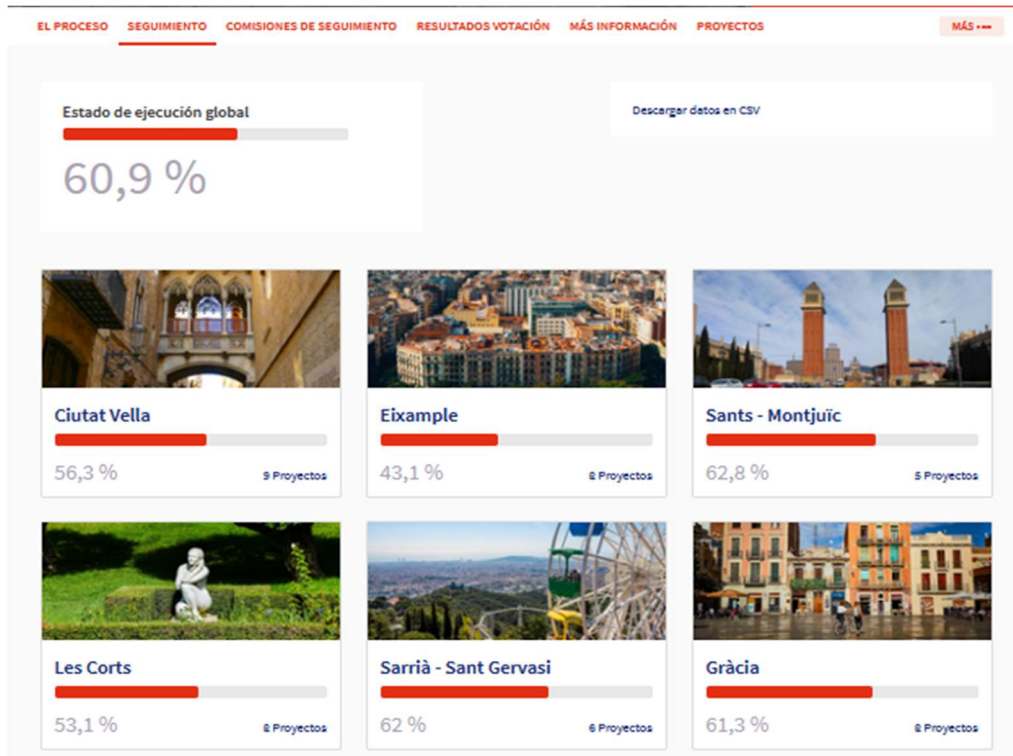
Figura 17 — Possibilidade de ver processos ativos e já finalizados na *Decidim.Barcelona*

The screenshot displays the Decidim.Barcelona interface with the following details:

- Top navigation: 99 PROCESOS PASADOS | VER ACTIVOS (5) | TODOS (104)
- Filters:
  - ÁMBITOS TERRITORIALES: Selecciona un ámbito
  - ÁREAS: Selecciona una area
- Process 1:
  - Reurbanización de la avenida Madrid y la calle Berlín**
  - Definamos conjuntamente con el vecindario y los agentes del entorno los criterios para la transformación...
  - #avMadridcBerlín
  - FECHA DE INICIO: 15/12/2021 | FECHA DE FINALIZACIÓN: 31/07/2023
  - CREADO EL: 14/12/2021 | 53 SEGUIR
  - Fase actual: Retorno
  - Botón: CONSULTA LOS INFORMES DE RESULTADOS
- Process 2:
  - MPGM de la calle de Ali Bei**
  - El proceso se desarrolla en el marco de la tramitación de la modificación del Plan General Metropoli...
  - #mpgmpontdemarina
  - FECHA DE INICIO: 07/11/2022 | FECHA DE FINALIZACIÓN: 31/07/2023
  - CREADO EL: 03/11/2022 | 24 SEGUIR
  - Fase actual: Retorno
  - Botón: PARTICIPA EN EL PROCESO MPGM DE LA CALLE DE ALÍ BEI
- Process 3:
  - Plan Director del Parc del Castell de l'Oreneta**
  - El Ayuntamiento de Barcelona promueve un proceso de participación ciudadana para elaborar el Plan Di...
  - #parcoreneta
  - FECHA DE INICIO: 17/11/2022 | FECHA DE FINALIZACIÓN: 30/06/2023
  - CREADO EL: 14/11/2022 | 33 SEGUIR
  - Fase actual: Retorno
  - Botón: CONSULTA EL INFORME FINAL DEL PROCESO

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Ainda, relativo à transparência, destaca-se que a plataforma *Decidim.Barcelona* serve como um portal de acompanhamento de propostas aprovadas, em especial, no orçamento participativo. Espaço que permite a busca por uma forma mais visual (Figura 18) ou pela procura de proposta por proposta (Figura 19), mostrando, nesse momento, a porcentagem já executada do projeto. Em ambas as formas de busca, o usuário é direcionado a uma página com todas as informações sobre a proposta, como, por exemplo, o que é, quem propôs, como está o andamento, documentação relativa e outras propostas/processos relacionado, tanto em andamento como já encerrados (Figura 20).

Figura 18 — Página de acompañamiento de avances das propostas aprobadas pelo *Decidim.Barcelona*

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 19 — Página de acompañamiento por propuesta *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023)

Ámbitos territoriales

Todos Ciutat Ciutat Vella Eixample Sants - Montjuïc Horta - Guinardó Gràcia Sarrià - Sant Gervasi Les Corts Nou Barris Sant Martí Sant Andreu

Ejecución global 60,9 %

76 RESULTADOS

✓	Pacifiquemos los entornos escolares de la calle Entença <small>Inicio 01/07/2021 Fin 31/12/2023 Estado Desarrollo de las obras (avanzado)</small>	80 %
✓	Impulsemos cinco ecoamfrans en la calle Aragó <small>Inicio 01/07/2021 Fin 31/12/2023 Estado No realizable</small>	0 %
✓	Pacifiquemos el entorno de la Escola Collaso i Gil <small>Inicio 01/07/2021 Fin 31/12/2023 Estado Desarrollo de las obras (iniciado)</small>	50 %
✓	Renovem l'àrea de jocs infantils del passeig de Sant Joan i el mobiliari de l'entorn <small>Inicio 01/07/2021 Fin 30/11/2023 Estado Desarrollo de las obras (iniciado)</small>	40 %
✓	Instalamos aplicaciones para la subtítulos simultánea de eventos en 16 equipamientos del distrito de Sant Andreu <small>Inicio 01/07/2021 Fin 31/12/2023 Estado Desarrollo de las obras (iniciado)</small>	70 %
✓	Reformemos los servicios y vestuarios para hacer más accesible el lago-piscina de la Creueta del Coll <small>Inicio 01/07/2021 Fin 29/02/2024 Estado Tramitación administrativa de la ejecución</small>	40 %
✓	Hagamos más verde y jugable la plaza Doctor Letamendi <small>Inicio 01/07/2021 Fin 31/12/2023 Estado Tramitación administrativa de la ejecución</small>	50 %

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 20 — Página de acompanhamento de proposta mostrando processos relacionados atuais e antigos

**PROCESOS RELACIONADOS**



**Plan del juego en el espacio público**

El Plan del juego en el espacio público con horizonte al año 2030 debe permitir planificar las actua...

#JocBarcelona

	<b>FECHA DE INICIO</b> 20/03/2018	<b>FECHA DE FINALIZACIÓN</b> 06/02/2019
<b>CREADO EL</b> 25/09/2018	<b>▲ 20 SEGUIR</b>	

Fase actual:  
Retorno y evaluación

**PARTICIPA EN EL PROCESO PLAN DEL JUEGO EN EL ESPACIO PÚBLICO**



**Plan Clima**

El Ayuntamiento de Barcelona ha iniciado la elaboración del Plan Clima, un instrumento que pretende ...

#PlaClimaBCN

	<b>FECHA DE INICIO</b> 04/07/2017	<b>FECHA DE FINALIZACIÓN</b> 27/02/2018
<b>CREADO EL</b> 04/07/2017	<b>▲ 30 SEGUIR</b>	

Fase actual:  
Fase 4. Retorno

**PARTICIPA EN EL PROCESO PLAN CLIMA**

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Alguns autores indicam que o fato de que qualquer pessoa possa encontrar conteúdos passados, exigindo o seu cumprimento, favoreceu para que pessoas que nunca haviam participado começassem e continuassem a participar, pois conseguiram ver resultados nos esforços participativos realizados (MONTERDE; ROMERO, 2023).

Outro ponto que reforça essa participação cidadã, através dos processos mediados pela plataforma, situa-se na capacidade de comunicação e prestação de contas também relativo às propostas formuladas, não a deixando perdidas ou sem respostas.

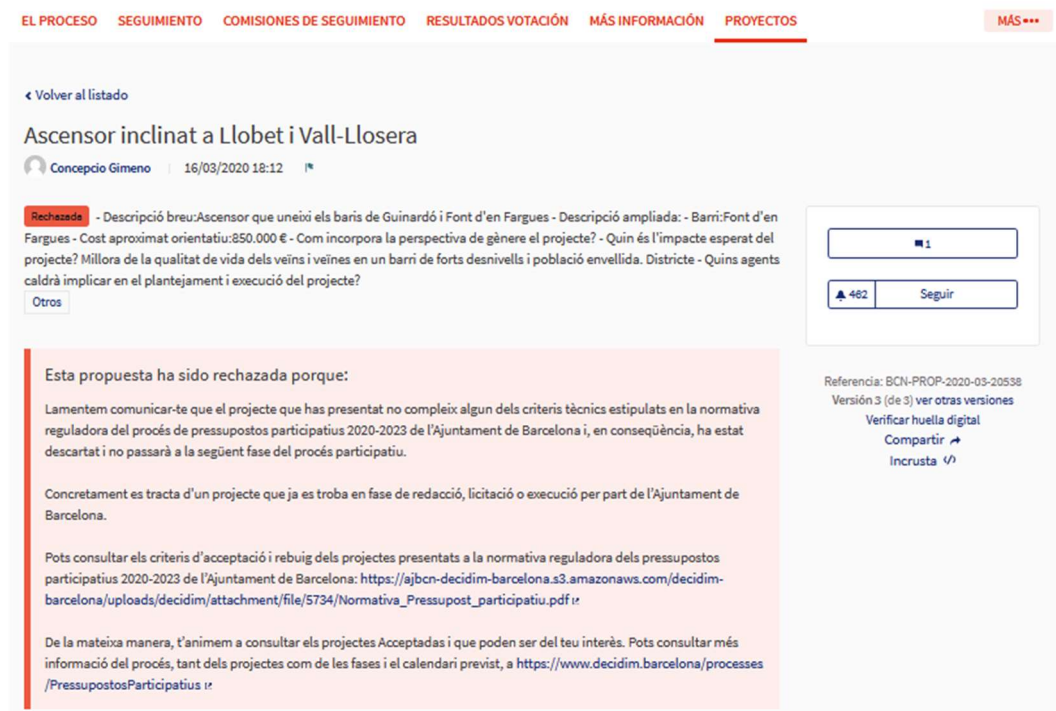
Na verdade, toda proposta feita por um cidadão é identificada, recebe algum retorno, logo, essas informações podem ser vistas por qualquer interessado, mas, especialmente, enviadas pela plataforma para aqueles que estão ligadas às propostas feitas, como se mostra pelas Figuras 21, 22 e 23, em se se pode ver as informações sobre qual proposta foi recusada e qual foi aprovada, para seguir nas fases posteriores do orçamento participativo, sendo informados os motivos tanto da recusa, quanto da aprovação.

Figura 21 — Página de acompanhamento das propostas do orçamento participativo na *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023)



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 22 — Página de acompanhamento das propostas do orçamento participativo na *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023), como os motivos da rejeição



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Tradução live feita pelo autor: “Esta proposta foi rejeitada porque:

Lamentamos informar que o projeto que apresentou não cumpre nenhum dos critérios técnicos estipulados no regulamento que rege o processo de orçamento participativo 2020-2023 da Câmara Municipal de Barcelona e, consequentemente, foi descartado e não irá para a próxima fase do processo participativo. Especificamente, é um projeto que já se encontra em fase de elaboração, licitação ou execução pela Câmara Municipal de Barcelona. Você pode consultar os critérios de aceitação e rejeição dos projetos apresentados no regulamento que rege os



Figura 23 — Exemplo de uma proposta aceita no orçamento participativo na Decidim.Barcelona (PAM 2020-2023)

**Parc - Edu LAB a l' Institut Verdaguer (parc de la ciutadella)**  
 Garantizamos la educación en Ciutat Vella | 19/03/2020 19:44

**Aceptada** Adequació de la seu de l'Institut Verdaguer (parc de la ciutadella) en un centre de recerca tecnològica, indústries i multicultural, obert al barri i a tota la ciutadania. Adequació de l'espai del centre com un espai més obert (tardes més caps de setmana) dedicat a l'aprenentatge, divulgació tecnològica, professional, social i mediambiental.

**PERSPECTIVA DE GÈNERE**  
 No és fa cap distinció per gènere. Impuls a la convivència i al coneixement multicultural, afavoreix l'eliminació de les desigualtats.

**IMPACTE ESPERAT**  
 Disposar d'un espai obert per a les noves tecnologies, indústries culturals, la recerca mediambiental i la convivència multicultural.

**AGENTS A IMPLICAR**  
 UPF, Parcs i Jardins, associacions, empreses del parc tecnològic del consorci de la zona franca.

**COST ORIENTATIU**  
 500.000€

Equipamientos educativos y entornos escolares (modificado desde Otros por una administradora)

**Esta propuesta ha sido aceptada porque:**  
 Ens plau comunicar-te que el projecte que has presentat compleix els criteris tècnics estipulats en la normativa reguladora del procés de pressupost participatiu 2020-2023 de l'Ajuntament de Barcelona i, en conseqüència, ha estat Acceptada i passarà a la següent fase del procés participatiu. El cost estimat del projecte, a partir de la valoració tècnica realitzada, es de 100.000€. No obstant això, cal tenir en compte que si obté els suports necessaris, serà en la següent fase quan es concretarà el pressupost i els condicionaments tècnics per a la seva execució.  
 La crisi sanitària, econòmica i social ens ha obligat a adaptar i redefinir les fases, el calendari i la normativa del procés participatiu. Pots consultar tota la informació del procés a <https://www.decidim.barcelona/processes/PressupostosParticipatius>.

Referencia: BCN-PROP-2020-03-21084  
 Versión 4 (de 4) ver otras versiones  
 Verificar huella digital  
 Compartir  
 Incrusta

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).<sup>13</sup>

O respeito ao participante é um elemento constante na construção da plataforma e de seus processos, atitude percebida por eles, pois valoriza seu esforço e, muitas vezes, faz com que ele se interesse mais pelos processos participativos. Exemplo disso se vê na Figura 24, pois é normal os proponentes fazerem campanhas em busca de apoios a suas propostas, tanto em redes sociais, quanto de forma presencial nos diversos espaços permitidos para isso, em Barcelona (CLARI I PADRÓS, 2023).

orçamentos participativos 2020-2023 da Câmara Municipal de Barcelona: [https://ajbcn-decidim-barcelona.s3.amazonaws.com/decidim-barcelona/uploads/decidim/attachment/file/5734/Normativa\\_Busupost\\_participatiu.pdf](https://ajbcn-decidim-barcelona.s3.amazonaws.com/decidim-barcelona/uploads/decidim/attachment/file/5734/Normativa_Busupost_participatiu.pdf) (Link externo). Da mesma forma, encorajamos você a consultar os projetos aceitos que possam ser do seu interesse. Poderá consultar mais informações sobre o processo, tanto os projetos como as fases e o calendário previsto, em <https://www.decidim.barcelona/processes/PressupostosParticipatius>".

<sup>13</sup> Tradução live feita pelo autor: "Esta proposta foi aceita porque: Temos o prazer de informar que o projeto que apresentou cumpre os critérios técnicos estipulados no regulamento que rege o processo de orçamento participativo 2020-2023 da Câmara Municipal de Barcelona e, conseqüentemente, foi aceite e passará para a próxima fase do processo participativo O custo estimado do projeto, com base na avaliação técnica realizada, é de 100.000€. Contudo, recorde-se que caso obtenha os apoios necessários, será na fase seguinte que serão especificados o orçamento e as condições técnicas para a sua execução. A crise sanitária, económica e social obrigou-nos a adaptar e redefinir as fases, o calendário e os regulamentos do processo participativo. Poderá consultar toda a informação sobre o processo em <https://www.decidim.barcelona/processes/PressupostosParticipatius>".

Figura 24 — Mobilização de cidadão sobre o seu projeto (PAM 2020-2023)



Fonte: Clari i Padrós (2023, p. 118).

Tudo isso faz com que a iniciativa de Barcelona atraia muitos interessados em participar dos processos participativos cidadãos, tanto que, no atual PAM, em relação aos projetos apresentados durante a etapa de debate e coleta, atingiu-se um total de 1.982 propostas, sobre os mais diversos temas inseridos dentro dos eixos das premissas participativas determinadas na Fase 0 do PAM 2020-2023.

Inclusive percebe-se que o modelo baseado em lógica de redes sociais, proposto para a atuação cidadã na fase de apoios, torna a plataforma bastante simples de ser utilizada nessa etapa (MONTERDE; ROMERO, 2023). Assim, há uma facilidade de se encontrar as propostas e realizar interações sobre elas, pois é possível conhecer seu conteúdo, apoiar e saber quem mais está apoiando ou apenas seguir para acompanhar o processo e receber as informações sobre seu andamento (Figura 25). Além disso, o sistema permite, tal qual redes sociais que se faça, comentários e interações por deles, inclusive respondendo comentários de terceiros (Figuras 25, 26 e 27).

Figura 25 — Pàgina mostrando propostes e seus apoios e seguidores (PAM 2020-2023)

The screenshot displays a web interface for project management. At the top, it shows '19 PROYECTOS'. On the left, there is a search bar and a filter section with 'ESTADO' (Todos, Seleccionat, Retirado, No contestada, No seleccionado) and 'ÀMBITO TERRITORIAL' (Todas, Ciutat Vella, Eixample). The main content area shows two proposals:

- Proposal 1:** 'Patis escolars coeducatius, naturalitzats i comunitaris'. It is marked 'SELECCIONADO'. Description: 'Adequació dels patis escolars en dos eixos principals: la seva naturalització...'. It has 499 supporters and 16 followers. A red button indicates 'Apoyos deshabilitados'.
- Proposal 2:** 'Local per l'AE Antoni Gaudí' by Alex Masó Agut. It is marked 'SELECCIONADO'. Description: 'L'Agrupament Escolta Antoni Gaudí és una entitat de lleure que durant els...'. It has 504 supporters and 24 followers. A red button indicates 'Apoyos deshabilitados'.

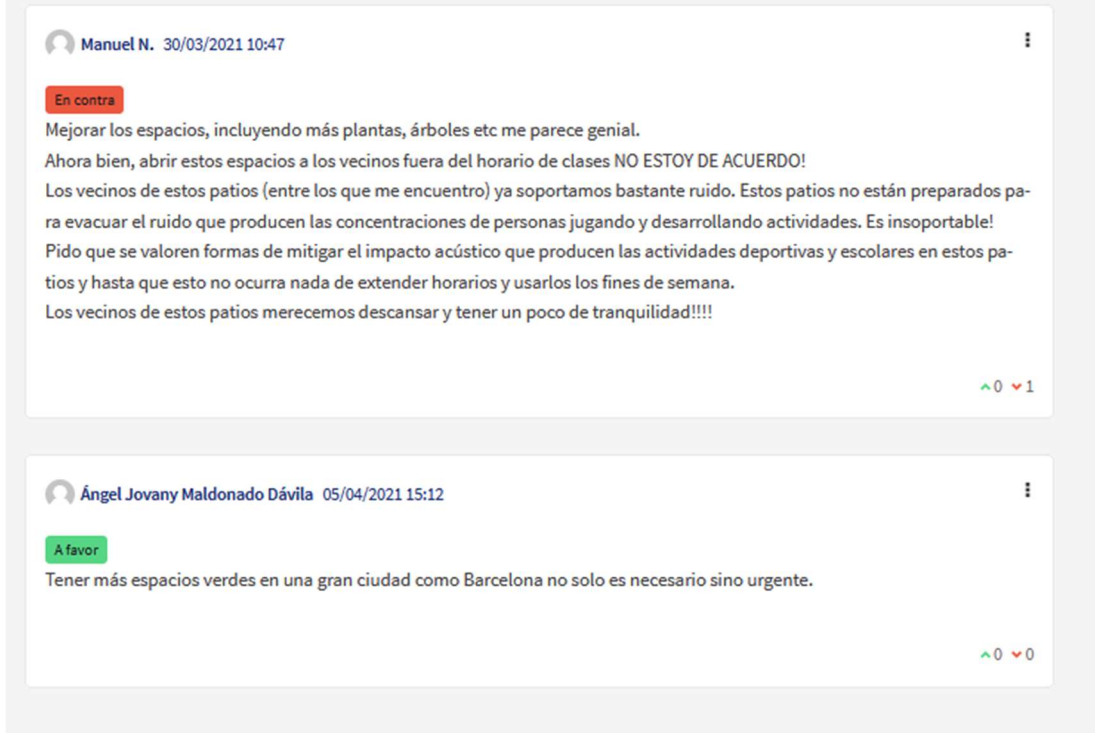
Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 26 — Exemplos de comentários feitos em uma proposta no *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023)

The screenshot shows a '16 COMENTARIOS' section. The comments are ordered by 'Más antiguo'. Each comment includes the user's name, profile picture, and the date and time of the comment. The first comment is from Janaina Minelli (24/03/2021 09:58) with a green 'A favor' tag. The second is from Elena stanic (24/03/2021 10:48). The third is from Montse ALTIMIS ESCALA (24/03/2021 17:19). Each comment has a small icon for upvotes and downvotes.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 27 — Possibilidade de comentários a favor e contra dentro de uma proposta no *Decidim.Barcelona*



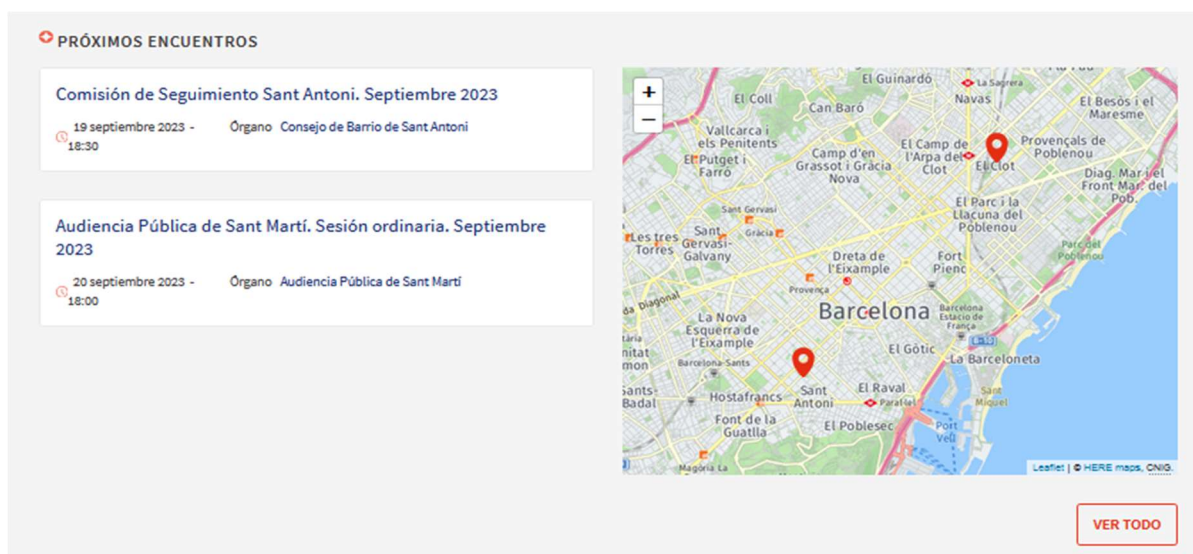
Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 28 — Possibilidade interação nos comentários de outras pessoas na *Decidim.Barcelona*



Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

A plataforma mostra-se muito útil também para os encontros presenciais, pois, além de preservar e disponibilizar a documentação relativas a essas reuniões (apresentações utilizadas, documentação disponibilizada, ata etc.), é por meio da plataforma que se tem as convocações e agendas dessas reuniões, sendo informados os endereços em que elas vão ocorrer também (Figura 29).

Figura 29 — Agenda de reuniões presenciais na página de abertura da *Decidim.Barcelona*

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Mesmo no dia dos encontros presenciais, a plataforma não é esquecida, visto que nos locais de reuniões são colocados banners com as informações dos projetos submetidos que serão analisados naquele encontro, sendo que, nelas, há um QRcode que direciona o usuário à parte referente ao projeto na *Decidim.Barcelona*, permitindo, assim, que o interessado tenha acesso, de forma imediata, a todas as informações, dados e documentos relativos ao que será decidido (Figura 30).

Figura 30 — Exibição de todos os projetos submetidos à votação num dos bairros de Barcelona



Fonte: Clari i Padrós (2023, p. 121).

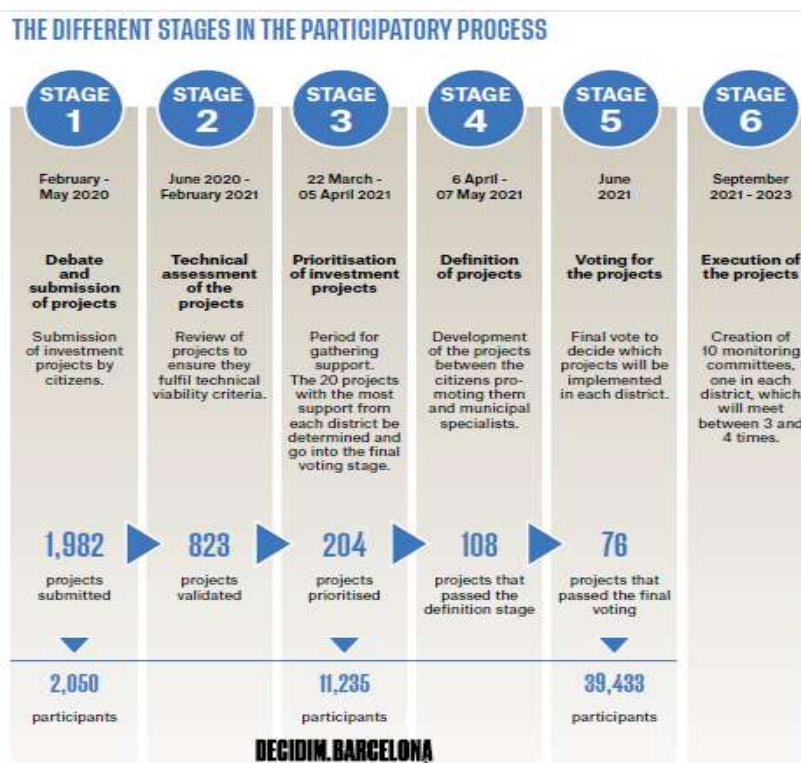
A modelagem da iniciativa tem uma preocupação em dinamizar os encontros presenciais, pois entende que o método híbrido é algo a ser valorizado, sendo que, nestas reuniões, sempre há a presença de um facilitador que colabora para desenvolver e estimular a

sessão, podendo, ainda, haver a presença de servidores relacionados com as áreas das propostas discutidas, para promoverem debates e trazer mais informações a respeito (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023).

É importante destacar que, durante a pandemia da Covid-19, alguns dos encontros fizeram uso de reuniões *online*, obtendo um bom grau de aproveitamento, o que, segundo, a própria prefeitura, pode ser incorporado ao projeto no futuro (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023b).

Em destaque no processo de orçamento participativo, o cuidado com as fases e procedimentos de participação, em especial, quanto ao acesso amplo e facilitado de informações, recebimento de *feedbacks* dos resultados de cada fase e, é claro, a valorização da interação entre os participantes tanto de forma virtual quanto presencial, parece ter dado um excelente resultado, pois foram apresentados 1.982 projetos, no total de, que, após a validação técnica, passaram para 823, o que demonstra a qualidade da produção cidadã. Por fim, esse processo chegou à aprovação de 76 (Figura 31), com a expectativa de que 62 deles sejam implementados até o último ano do período eleitoral (2023), já que alguns projetos maiores se estenderão até 2024 (CLARI I PADRÓS, 2023).

Figura 31 — Fases do PAM 2020-2023 - apresentação e decisão de propostas cidadãs



Fonte: Clari i Padrós (2023, p. 125).

Outro aspecto importante a ser destacado é que a ampla permissão para a participação do cidadão gera mais possibilidades para o uso das verbas públicas por meio de um orçamento participativo, devendo ser valorizado, pois, conforme Clari i Padrós (2023), a formação dos propostas aprovadas no PAM 2020-2023 demonstrou uma capacidade dos cidadãos em entender a sua realidade e prover de recursos os projetos prioritários de forma equilibrada entre temas e regiões da cidade, demonstrando um alto grau de maturação da iniciativa participativa de Barcelona (Figura 32).

Figura 32 — Área dos projetos votado no orçamento participativo (PAM 2020-2023)

Type	Projects put to a final vote		Projects chosen in the final vote	
		% of the total		% of the total
Educational facilities and school settings	42	22.83%	14	18.40%
Street remodelling or traffic calming measures	38	20.65%	12	15.80%
Green areas and urban allotments	21	11.44%	11	14.50%
Improvements to public areas	15	8.15%	5	6.60%
Children's play areas	12	6.52%	6	7.90%
Mobility and cycle lanes	11	5.98%	6	7.90%
Sports venues and facilities	9	4.89%	4	5.30%
Local facilities	9	4.89%	4	5.30%
Urban furniture	7	3.80%	6	7.90%
Lifts and escalators	7	3.80%	0	0.00%
Historical memory	4	2.17%	1	1.30%
Other facilities	3	1.63%	1	1.30%
Facilities for specific groups	3	1.63%	3	3.90%
Technology	2	1.09%	2	2.60%
Cultural facilities	1	0.54%	1	1.30%
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>100%</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>

Fonte: Clari i Padrós (2023, p. 120).

É importante notar que a plataforma *Decidim.Barcelona* não é apenas um orçamento participativo, visto que suas possibilidades abrangem outros eixo participativos, inclusive bem descritos no Regulamento de Participação Cidadã da cidade, bem como informados em diversas partes do site oficial de Barcelona, e, é claro, na plataforma (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023a, 2023c).

No Apêndice B são mostradas essas outras possibilidades da plataforma, as quais mantêm o respeito ao participante e à valorização da transparência. Desta forma, é possível, pela *Decidim.Barcelona*, conhecer as propostas legislativas em curso (Figura 43) e interagir

nelas por meio de apoios, comentários questionamentos, e, é claro, participação das audiências públicas marcadas sobre essas iniciativas, acompanhando a agenda desses encontros presenciais.

Ainda, a plataforma se tornou um espaço valioso para a realização das chamadas iniciativas cidadãs que, em geral, são abaixo-assinados direcionados à Câmara Municipal a fim de que ela tome certas atitudes ou promova ações consideradas úteis para aquele(s) que iniciou(aram) a proposta. Nas Figuras 44 e 45 mostra-se como achar essas iniciativas e como a sua construção, para ser posta em prática, exige uma boa explicação, somada a informações, permitido, então, que haja assinaturas *online* (e presenciais, se for o caso). Pela plataforma, permite-se as mesmas interações que são encontradas nas propostas do orçamento participativo, em questão de apoios, seguir e comentários.

Por fim, na *Decidim.Barcelona* há um espaço para o usuário conhecer os órgãos participativos da cidade, representados pelos conselhos setoriais, distritais e de bairro, bem como outras associações dentro do que é considerada a esfera pública, importante para democracia participativa e deliberativa daquela localidade (Figura 46 e 47). Porém, a plataforma não permite apenas que se conheça esses órgãos, pois informa como fazer parte deles e quando eles se reúnem, permitindo que o cidadão possa participar das reuniões, casos e interesse.

É claro que o uso de uma plataforma digital em Barcelona para a interação entre cidadãos e Poder Público é facilitada pela quantidade e pessoas que têm acesso a internet. Segundo uma pesquisa recente, 91,9% das residências da cidade têm ligação fixa com a internet. Além disso, em 2020, 91% das pessoas possuíam um smartphone pessoal, sendo que, destas, 91,3% tinham plano de dados contratados para seu aparelho. Ainda questionando-se sobre o uso da internet em casa ou no celular, a atividade de “busca de informações em sites da administração pública” era feita por 78,7% (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2021).

Nesta pesquisa também se questionou sobre a atuação digital das pessoas em processos participativos da cidade durante o ano de 2020, sendo que 10,3% dos cidadãos de Barcelona utilizaram algum canal de internet para participar de decisões públicas. Nota-se nos resultados que outros 29,4%, apesar de afirmarem que não conhecer esses mecanismos participativos digitais, estão interessados neles e poderiam passar a participar (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2021).

Ou seja, há espaço para o crescimento da iniciativa da plataforma, já que essa pesquisa mostra que têm cidadãos que não conhecem o modelo, precisam ser encontrados e convencidos das vantagens de participar. Inclusive, esse trabalho de busca e convencimento já está em curso



graças a duas outras iniciativas bem interessantes, que são o Ateneu de Inovação Democrática de Canódromo (*Canódromo*) e o *Decidim.Kids*.

O *Decidim.Kids* não se trata de uma plataforma, mas, sim, uma jornada de aprendizagem visando crianças entre 8 a 13 anos. A plataforma *Decidim.Barcelona* apenas permite a participação de maiores de 16 anos, pois essa é a idade para se votar na Espanha. Além disso, a legislação espanhola atual só permite a navegação na internet desacompanhado a partir dos 14 anos (CANÓDROMO, 2023).

Diante disso, a fim de permitir que os menores de 14 anos pudessem aprender desde cedo sobre processos participativos, reconhecendo seus direitos, a sua cidadania e, também, perceberem que têm capacidade de construir o futuro, foi criado um módulo de aprendizado admitindo a participação plena de crianças e adolescentes entre os 8 e os 13 anos na plataforma. Há, no futuro, a possibilidade de institucionalização e criação de processos autorizados dentro da plataforma, para participação real deste público, o que ainda não existe (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2023C; CANÓDROMO, 2023).

De qualquer forma, trabalhar com crianças e adolescentes, mostrando a importância da participação social e o uso da plataforma *Decidim.Barcelona* trata-se de interessante e útil medida para aumentar o conhecimento sobre a plataforma e suas possibilidades, tanto para esses jovens quando crescerem, tanto para os pais e responsáveis desde já.

A outra iniciativa em curso é o Ateneu de Inovação Democrática de Canódromo<sup>14</sup>, conhecido como somente como Canódromo, que diz respeito, inicialmente, a um espaço físico que tem a função de levar a cultura digital e a inovação democrática à cidade, sendo, ainda, um espaço para o encontro de comunidades organizadas, projetos sociais, centros de pesquisa e cidadãos. Ele ainda se configura numa plataforma digital *Decidim.Canodrom*, aberta para qualquer interessado com mais de 16 anos, focando sua atuação na participação através das comunidades virtuais e plenárias abertas a fim de aprender a melhorar aspectos de governança da cidade (BONET-MARTÍ; SERRANO-MIGUEL, 2021).

O Canódromo busca ser um espaço de cultura e aprendizado digital, além de ser uma possibilidade de participação democrática, cuja função representa um meio para diminuir a desigualdade sociodigital e ajudar na alfabetização digital (as chamadas brechas digitais). Em sua estrutura são realizadas atividades normais de espaços públicos, como, por exemplo, oficinas, seminários, exposições, apresentações musicais, apresentações de livros, festivais e

---

<sup>14</sup> O nome Canódromo significa pista de corrida de cães, pois a iniciativa foi construída num espaço ocupado até 2006 pelas instalações da antiga Pista de Cães Meridiana, a qual se tornou de propriedade da Prefeitura em 2010 (BONET-MARTÍ; SERRANO-MIGUEL, 2021).

exibições de cinema ao ar livre. Porém, além disso, lá se concentra diversos cursos formativos e debates sobre tecnologia e democracia, trabalhando-se com diversas temáticas, como cultura digital, tecnologia de código aberto, direitos digitais e participação democrática (YLIPULLI; HÄMÄLÄINEN, 2023).

Inclusive, a sede da governança da plataforma Decidim fica atualmente no Canódromo, onde também são realizados os encontros anuais da comunidade, as *Decidim Fest*, entre outras conferências importantes sobre tecnologias, códigos abertos e democracia.

Percebe-se, desta forma, que a cidade de Barcelona não se acomoda e busca a continua melhoria de seus modelos, mesmo tendo uma iniciativa de democracia participativa bem estruturada, com alto grau de maturação e resultados obtidos, centrada na plataforma *Decidim.Barcelona*.

#### 4.4 AS INICIATIVAS BRASILEIRAS DE EMPODERAMENTO-CONTROLE CIDADÃO SOB ANÁLISE

Inicialmente, é preciso destacar que as análises e buscas aqui foram feitas com base nos direcionamentos do Princípio de Transparência, em especial, a transparência ativa, em que as administrações devem disponibilizar de forma prévia os seus dados públicos, sem a necessidade de o cidadão ter que pedir por eles, o que, inclusive, é um dos objetivos basilares do Governo Aberto.

Desta forma, tudo o que está a seguir é baseado nas informações presentes em sites, canais de comunicação e redes sociais oficiais das prefeituras analisadas, relacionado ao que está publicado entre agosto e setembro de 2023.<sup>15</sup> Logo, é possível ter havido mudanças com o passar do tempo.

A seguir se apresenta um pouco de cada uma das cidades e suas iniciativas analisadas, dentro dos eixos de comparação estabelecidos na pesquisa.

##### 4.4.1 A iniciativa Tá Selado! - Fórum Permanente de Participação Cidadã (Belém – PA)

Belém é a capital do estado do Pará e também a sua maior cidade, sendo composta por uma parte continental, que representa mais ou menos 1/3 de sua área total, e o restante em ilhas, sendo administrativamente divididas em 8 distritos, 71 bairros e 39 ilhas (CORRÊA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2020). Atualmente, possui uma ampla variedade

---

<sup>15</sup> A última data em que os sites e afins foram analisados foi em 23 de setembro de 2023.

demográfica, composta por representações variadas da sociedade civil, misturando população branca, negra, parda, quilombola e indígena (CELESTINO; VIEIRA; VIANA, 2022).

Durante a pandemia da Covid-19, foi criada a iniciativa Tá Selado, buscando criar um fórum permanente de diálogos entre prefeitura e os cidadãos espalhados nas diversas comunidades de bairros, distritos e ilhas, servindo também como um processo de participação cidadã reunido o Poder Público e moradores, para, juntos, apresentar e avaliar propostas que serviram de base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA), permitindo uma visão da cidadania, especialmente naquelas propostas relativas aos direitos dos grupos LGBTQIA+, à discriminação racial de populações negras e indígenas, à violência contra as mulheres, acessibilidade, saneamento, meio ambiente, direitos humanos, entre outras (CORRÊA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2020).

A construção de um processo de participação cidadã foi bem visto quando de sua criação, já que, em sua propaganda oficial, demonstrava que era um modelo aberto à ampla participação, permitindo que qualquer cidadão com mais de 16 anos pudesse se cadastrar, individualmente ou em grupos, para apresentar propostas, discutir e acompanhar processos e projetos locais de gestão da cidade, contribuindo para a aproximação da população no debate público, pois não precisava mais que o cidadão tivesse que se deslocar até a sede do município para reivindicar alguma ação para seu bairro ou ilha, bastando somente utilizar seu celular para levar até administração local o problema enfrentado (TEIXEIRA; PANTOJA; CUNHA, 2023).

A fim de criar um processo robusto de participação cidadã, em 2021, a administração municipal de Belém ingressou na comunidade *Decidim*, usando, desta forma, essa modelagem, aberta e de código livre, assumindo, é claro, os compromissos do contrato social, para criar sua plataforma (Figura 34).

Figura 33 — Página inicial da plataforma Tá Selado



Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Desta forma, o uso modelo da comunidade *Decidim* gera a expectativa de se ter uma plataforma digital dinâmica, com vários processos e iniciativas, podendo criar, assim, realmente, um modelo eficiente de fórum permanente de diálogos para desenvolvimento de políticas públicas entre governo e sociedade (PREFEITURA DE BELÉM, 2023).

O modelo adotado por Belém baseia-se num processo de participação cidadã, dividido em quatro etapas, iniciando-se com uma primeira etapa de reuniões preparatórias com as lideranças políticas e sociais convidadas, além de servidores de Belém para se determinar eixos e fases da participação popular.

Na segunda etapa, ocorrem “Plenárias Populares de Bairros e Segmentos”, nas quais são discutidos os problemas locais e específicos de cada área. Nesta etapa também há um processo eleitoral para se eleger delegados(as) que representarão o bairro na terceira etapa do “Tá Selado”. As vagas são divididas conforme a população do bairro, sendo permitido um delegado(a) para bairros com menos de 1.000 habitantes (na verdade, determina-se uma vaga para cada 1.000 habitantes, criando um cenário de equilíbrio de quanto maior, mais representantes eleitos) (PREFEITURA DE BELÉM, 2023).

A terceira etapa se dá por meio das “Plenárias de Delegacias Distritais”, com a presença de todos os delegados(as) eleitos(as) em cada bairro, em que são debatidas e definidas as prioridades para a elaboração do plano distrital, que irá compor o Plano Plurianual (PPA) (PREFEITURA DE BELÉM, 2023).

Ao final da 3ª etapa, há uma nova eleição, agora de delegados(as) distritais que participarão da quarta e última etapa, o chamado “Congresso da Cidade”, em que, reunindo todos(as) os(as) delegados(as) eleitos(as) nos oito distritos, serão conhecidas e debatidas as propostas aprovadas nas regiões distritais, para que façam parte do PPA 2022/2025 (PREFEITURA DE BELÉM, 2023).

Apesar desta estrutura similar a alguns modelos de orçamento participativos já utilizados no Brasil no passado, qualquer pessoa pode acessar e navegar na plataforma de forma livre e anônima, mas, para realizar alguma ação (criação, apoio ou comentário de uma proposta ou a participação em debate), é necessário se cadastrar com antecedência (PREFEITURA DE BELÉM, 2023).

Conforme a própria plataforma, atualmente há o cenário de participação descrito na Figura 35.

Figura 34 — Página como informações sobre o estado atual da iniciativa “Tá Selado”



Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

No Apêndice C há mais informações sobre ações relacionadas na plataforma Tá Selado.

#### 4.4.1.1 Análise da plataforma Tá Selado! com base nas categorias de comparação

Diferente do *Decidim.Barcelona*, que tem bastantes dados para serem analisados, o processo existente na plataforma “Tá Selado” é mais restrito. Inclusive, tem apenas quatro processos realizados até o momento, sendo que somente um em andamento — relativo à construção do PPA 2022-2025.

Por isso, não há informações claras se a plataforma está realmente em uso nestes momentos, pois não nada há em seus conteúdos existentes que seja referente ao ano de 2023. Porém, numa busca mais ampliada por informações, encontrou-se algumas postagens relativas ao ano de 2023 no Instagram da plataforma.<sup>16</sup>

Mesmo com essas restrições, os resultados encontrados permitiram a construção da análise da iniciativa dentro dos indicadores de comparação propostos neste trabalho, como se demonstra no Quadro 14.

Quadro 14 — Categorias de comparação – análise do “Tá Selado”

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Análise</b>	<b>Cumprimento</b>
Tipo de participação permitida	Participação estreita	Na verdade, percebe-se que a participação está baseada em priorização de propostas a serem usadas na construção PPA 2022-2025, sendo que, nos demais processos existentes e já encerrados, não há como saber se algumas das propostas foi inserida no resultado final. Logo, há participação estreita ou menos.
Grau de informação fornecida pelo	Baixo grau	Há informações, mas estas são genéricas e escassas na plataforma. Talvez tenha havido mais informações nas

<sup>16</sup> Essas informações podem ser acessadas em <https://www.instagram.com/taseladooficial/>

órgão governamental		reuniões, mas como não se há atas e documentos publicadas na plataforma, não há como se saber realmente. Logo, entende-se que há baixo grau informativo.
Formato da participação e de retorno de informações	Modelo híbrido (presencial e digital)	Existente a plataforma, com informações e possibilidade de colocar propostas, comentários e apoios. E reuniões presenciais, com uso de meios digitais de acesso (aplicativo Zoom).
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário, mas não interamente funcional	Por se utilizar do modelo <i>Decidm</i> , a plataforma tem design que facilita o acesso, baseado em lógica de redes sociais e acessos por simples clique e direcionamento ao que se deseja. Há explicações sobre as fases e possibilidades de atuação para o usuário, mas algumas não estão com conteúdo correto ou com baixa nível informacional.
Permissividade de participação	Boa participação, em geral, com restrições somente em votações e afins	A iniciativa permite a participação de interessados, inclusive de forma anônima, apenas exigindo registro para certos atos, restringindo, contudo, em atos de escolha e votação a participação somente a cidadãos residentes na cidade. Porém, por se tratar de um processo com eleições de representantes, há uma restrição à participação ampla e geral, sendo que os participantes acabam por não votar diretamente, mas de forma indireta.
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Baixo grau	A plataforma não permite boas formas de avaliação de como foram apreciadas as contribuições do participantes, visto não fazer uso de um modelo claro de retorno para essas colaborações.
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Grau Médio	Há facilidade para os cidadãos saberem de processo participativos em curso, seus prazos de duração e as possibilidades de atuação para a tomada de decisões, porém, há processos já encerrados com fases abertas, logo, demonstra problemas na plataforma.
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Baixo Grau	Há diversas dificuldades em se saber e fiscalizar o cumprimento das decisões, bem como acompanhá-las, pois há um espaço adequado para isso, havendo apenas uma planilha em PDF com propostas aprovadas, obrigando o cidadão a buscar informações em Portais de Transparência ou Acesso à Informação. Apesar de haver fotos de obras no perfil da plataforma, no Instagram, não se consegue saber o grau de realização destas de forma correta.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por usar o modelo da comunidade *Decidim*, inclusive sendo uma das iniciativas citadas no site mundial do projeto, a análise da “Tá Selado” gerou grande expectativa, que acabou não sendo realizada de forma esperada, pois a cidade de Belém não utiliza de diversas possibilidades permitidas no modelo, bem como aquelas que adota, fazendo de forma bem limitada.

É claro, que algumas mudanças e adequações seriam esperadas, como, por exemplo, a valorização das reuniões e o uso de representantes eleitos pelas comunidades, bairros, ilhas e distritos interessados, pois é uma boa fórmula para resolver questões de brecha digital e outros problemas que a região tem, como o baixo nível de escolaridade. Contudo, mesmo com o uso de representantes, poderia haver os modelos digitais de votação, permitindo um maior número de votantes (ou uma fase de para esse tipo de votação).

Ainda, gera incômodo o fato de a plataforma estar com falhas, como, por exemplo, processos participativos já fechados, mas que ainda podem receber apoios e comentários, assim como em outras partes com conteúdo ausente ou até com desvios cometidos durante o uso da língua portuguesa, o que demonstra um baixo cuidado por parte de seus gestores.

Em relação a não apresentação de resultados em todos os processos e propostas feitas, considera-se isso como algo ruim, pois, mesmo se isso foi objeto das reuniões, deveria constar nos resultados na plataforma, valorizando, com isso, a participação dos cidadãos que saberiam os motivos de aceitação ou recusa. Além disso, a dificuldade de acompanhamento de propostas aprovadas ou que passaram a fazer parte do PPA atrapalha a fiscalização e acompanhamento pelo cidadão, diminuindo as capacidades de transparência da iniciativa, podendo, com isso, também afastar os interessados em continuar a participar.

Por fim, após análises, percebe-se que, apesar de ter um processo ativo até 2025, tudo na plataforma está parado — com datas do final de 2022 —, o que demonstra que a iniciativa está com problemas ou pode ter sido até suspensa, apesar de o perfil da plataforma, no Instagram, ainda estar ativo (postagens antigas, mas algumas de meados de 2023), informando que estão sendo realizadas as propostas aprovadas pelo “Tá Selado”, o que reforça as falhas informacionais de transparência mencionadas, atrapalhando as possibilidades de fiscalização e participação social efetiva.

#### **4.4.2 A iniciativa do Participa Maceió (Maceió – AL)**

Além de ser a capital de Alagoas, Maceió é a cidade mais populosa do estado, como várias grandes cidades da região Nordeste, apresenta diversos problemas relacionados a questões econômicas e de escolaridade, mas isso não afetou sua vocação para buscar meios de valorizar a participação social no passado, pois, em 1997, foi uma das diversas cidades brasileiras a implementar um orçamento participativo (SOUZA *et al.*, 2022).

No modelo adotado, que teve o nome de “Orçamento Cidadão”, a cidade foi dividida em sete setores, sendo que, em cada um deles eram realizadas assembleias para discutir e listar os principais investimentos baseados nas necessidades públicas determinadas (REIS; LESSA CARVALHO, 2021). Contudo, como em outras iniciativas, o orçamento não logrou êxito em introduzir transparência e confiabilidade na cultura local, não sendo considerado, por muitos, como um processo efetivamente democrático (OLIVEIRA, 2007).

Atualmente, se tem em Maceió uma retomada por modelos de gestão mais modernos e participativos, em especial por estar em vigor uma empreitada do Poder Público municipal em transformá-la em uma cidade inteligente, baseada em gestão compartilhada, participativa e

colaborativa. Assim, além do chamado Plano Maceió 4.0, outra iniciativa nessa direção é a plataforma “Participa Maceió” (PREFEITURA DE MACEIÓ, 2023).

O “Participa Maceió” é um portal interativo em que o cidadão pode identificar e escolher quais ações julgam prioritárias dentro do plano de gestão pública, ajudando a definir metas e objetivos dentro da construção do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Além do cidadão poder sugerir o que deve ser prioridade orçamentária pela sigla Emenda Cidadão (EC), ele também pode participar das audiências públicas do Participa Maceió, espaço importante de diálogo entre a Prefeitura e a população (PREFEITURA DE MACEIÓ, 2023).

A iniciativa tem seu próprio site ligado ao site da Prefeitura de Maceió (Figura 36).

Figura 35 — Página inicial da plataforma “Participa Maceió”



Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).

Para alguns pesquisadores essa iniciativa é considerada uma plataforma de *crowdsourcing*, termo que designa um modelo de criação coletivo e em massa, baseado na cooperação entre os participantes, utilizando-se da combinação das capacidades humana e da computação para poder resolver um determinado problema. Sobre essa visão, graças à plataforma, o cidadão ajuda o Município a definir metas e objetivos, pois ele pode identificar e escolher quais ações julga como prioritárias dentro do plano de gestão pública, logo, há a solução de um problema de forma colaborativa (SILVA, 2021).

Ela foi lançada em 2021, sendo utilizada para permitir participação social na elaboração do PPA 2022-2025, também adotada para as LOAs de 2022 e 2023, inclusive.

Sua metodologia baseia-se na participação social discutida e definida sobre o grau de prioridades fixado das ações macro planejadas (no PPA) e selecionadas ano a ano (pela LDO), dando, assim, maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ainda, dentro



da modelagem, essa priorização ocorre em cada uma das 8 Regiões Administrativas (RA) em que a cidade está dividida, havendo, portanto, priorização de ações para uma destas, como se demonstra na Figura 36 (PREFEITURA DE MACEIÓ, 2023).

Figura 36 — Priorização no Participa Maceió na LOA 2023 para a RA 01



Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).

Neste momento, a plataforma está funcionando com enfoque na priorização de propostas da LOA 2024, sendo que existem, na plataforma, informações de 139 propostas divididas nas várias RAs.

#### 4.4.2.1 Análise da plataforma Participa Maceió com base nas categorias de comparação

A plataforma Participa Maceió está sendo utilizada neste momento, inclusive, constando informações nela e alinhadas com algumas postagens no Instagram da plataforma.<sup>17</sup> Contudo, mesmo se cadastrando, foram percebidas algumas falhas de entrega de informações e dados na

<sup>17</sup> Essas informações podem ser acessadas em <https://www.instagram.com/participamaceio.al/>

plataforma, mas, mesmo assim, foi possível a construção da análise da iniciativa dentro das categorias de comparação propostos neste trabalho, como se demonstra no Quadro 15.

Quadro 15 — Categorias de comparação – análise do Participa Maceió

<b>Categoria</b>	<b>Análise</b>	<b>Cumprimento</b>
Tipo de participação permitida	Participação estreita (limitada)	A plataforma é mais informacional em relação à participação, pois informa as propostas e as audiências públicas a serem realizadas, como se vê no Apêndice D. A única participação permitida ao cidadão são as Emendas Cidadãs. Contudo, no momento da pesquisa ela não estava funcionando, direcionando para uma página sem conteúdo algum.
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Baixo grau	A plataforma oferece poucas explicações sobre as propostas, devendo deixar isso para as audiências públicas de priorização, o que faz com que a plataforma não seja considerada com um bom grau de informações e dados.
Formato da participação e de retorno de informações	Modelo híbrido (presencial e digital)	Há uma modelagem híbrida (presencial e digital), com a plataforma como meio informacional e receptor de emendas cidadãs (talvez) e reuniões para a decisão (atualmente essas reuniões são no formato <i>online</i> ).
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	É uma plataforma com design amigável para o usuário	Há um design amigável com fácil acesso aos conteúdos, mas que nem sempre tem algum material ao se clicar neles. Ainda há diversos atalhos que não funcionam, tornando o uso pouco agradável.
Permissividade de participação	Participação é restrita na plataforma e nas votações.	A modelagem da plataforma faz com que você tenha que se cadastrar para olhar os conteúdos, devendo ainda estar cadastrado para participar das audiências públicas <i>online</i> visto ser uma exigência para receber ao acesso.
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Baixo grau	Não há como saber sobre a atuação do cidadão, apenas se permite pesquisar (e baixar) certificados de participação nas audiências públicas.
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Baixo grau	Informa alguns dados sobre as propostas por RA e informa sobre as audiências públicas.
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Nenhum grau de acompanhamento	Infelizmente, não há nenhum acesso aos resultados dos processos anteriores, visto que o acesso está desativado. Contudo, há informações sobre o que foi priorizado no Instagram e, por ser parte do orçamento público, há um espaço das emendas cidadãs no portal de Transparência, obrigando o cidadão a procurar os dados (Apêndice D, Figura 61).

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Percebe-se que há uma plataforma baseada em chamar o cidadão para as audiências públicas, o que detona um desperdício das possibilidades já existentes no seu design, como se pode ver na Figura 36, em que se percebe a existências de vários atalhos, mas a grande maioria sem funcionar. Além disso, para se saber mais sobre resultados, é preciso procurar outras fontes de informações, o que faz com que o cidadão desista da tarefa, muitas vezes.

Segundo dados da prefeitura, nas audiências públicas houve, em média, a presença de 250 pessoas, o que é um número interessante para uma audiência, mas indica uma baixa procura, visto que a plataforma poder trazer um maior número de interessados e participantes.

No Apêndice D há mais algumas informações sobre a plataforma Participa Maceió.

#### **4.4.3 A iniciativa do E.I.T.A Recife (Recife – PE)**

A cidade de Recife tem um histórico interessante na participação social, pois desde os anos 1930, do Século XX, já contava com conselhos de moradores auto constituídos, sem ligação com o Poder Público, sendo que esta iniciativa foi fortalecida nos anos de 1950 com a sua aceitação pelo Poder Público municipal (RAMOS, 2021).

Ainda, a cidade é tratada como um caso especial de associativismo por meio do Estado, pois, graças à existência das associações, a Prefeitura dá início, nos anos de 1970, a uma experiência participativa denominada de “Núcleos de Planejamento Comunitários”, mas que ficou conhecida pela população como “Barracões”, uma ponte de comunicação entre o poder público e as comunidades (RAMOS, 2021).

Desta iniciativa se passa para outra chamada de programa “Prefeitura nos Bairros”, em que se institucionalizou elementos participativos como os Conselhos Setoriais de Desenvolvimento Urbano, o Fórum da Cidade do Recife e o Plano de Regularização das Zonas especiais, e, por fim, se chega a um modelo de orçamento participativo, sendo que Recife tem uma das primeiras experiências de orçamento participativo na região Nordeste e do Brasil, iniciando-se esta iniciativa no começo em 1995 (RAMOS, 2021; SOUZA, 2022).

O modelo de Orçamento Participativo em Recife existiu de forma contínua de 1995 até 2012, com reformulações de tempos em tempos, como, por exemplo, o uso de meios eletrônicos em 2005, o que conjuntamente com a existência de outras iniciativas participativas na cidade, aumentou a participação existente, dando a chance de mais de 300 mil pessoas terem alguma forma de participação na gestão. Nesse período, inclusive, houve experiências com Orçamento Participativo Digital e modelo para jovens, o Orçamento Participativo da Criança do Recife (RAMOS, 2021).

Em 2012 o modelo de Orçamento Participativo é substituído por uma nova iniciativa de cunho consultivo chamada de “Recife Participa”, o que gerou uma redução na participação social existente (RAMOS, 2021).

Apesar de relevante e importante, o Orçamento Participativo do Recife e outras iniciativas participativas, ocorridas muitas vezes, essas ações eram vistas como mero ato

consultivo ou informativo, ficando as deliberações mais importantes a cargo de grupos restritos, pois há forte intermediação clientelista realizada pelo Poder Público, em especial, pelo fato de que, na capital pernambucana, é comum os eleitos para cargos públicos ficarem diversos mandatos consecutivos ou fazendo parte de famílias/grupos políticos específicos e bem consolidados na cidade, restando pouco espaço para novas propostas de agenda, o que fez com que a população naturalizasse isso e se afastasse de uma participação efetiva (SANTANA; SOUZA; PONTUAL, 2021).

Desta forma, esses grupos acabam por moldar as iniciativas com base em escolha de representantes, relegando a população à figura de expectadores nestes processos, o que sempre limitou as conquistas participativas, salvo em breves momentos, quando havia um desejo real do governo eleito em permitir e valorizar a participação (SANTANA; SOUZA; PONTUAL, 2021; RAMOS, 2021).

Atualmente, Recife passa por um período de agitação e renovação de ideias participativas e de inovação, baseado na criação de um modelo de cidade inteligente, iniciativas que, muitas vezes, vêm sendo premiadas e valorizadas por pesquisadores e entidades nacionais e internacionais.

Assim, há duas iniciativas existentes baseadas no empoderamento-controle cidadão em curso, que merecem destaque — o E.I.T.A! Recife e o Living Labs Recife (EITA Labs). Considera-se o segundo como uma iniciativa dentro da primeira, o que faz com que ambas sejam analisadas neste trabalho como apenas uma iniciativa maior e mais abrangente.

Essas iniciativas participativas são encaradas dentro de um modelo moderno de participação, que se baseia em participação ampla, mas restrita a quem tenha conhecimentos técnicos determinados, pois elas representam o modelo de laboratórios de inovação social, promovendo desafios de inovação ou experimentação de inovação de produtos sociais em áreas públicas pré-determinadas.

Esse modelo participativo busca detectar problemas das cidades e por meio de iniciativas de terceiros, testar soluções para estes problemas, pela criação de projetos, ferramentas e mudanças setoriais, que se tornam, posteriormente, verdadeiras políticas públicas naquelas localidades, ou seja, este modelo oportuniza que qualquer interessado proponha e desenvolva soluções inovadoras para problemas que impactam diretamente a população.

Em Recife essa iniciativa tem como gestor o “Esquadrão de Inovação e Transformação Aberta”, chamado de E.I.T.A! Recife, cuja função é identificar desafios da cidade, e, por meio de premiações abertas, criar um ambiente propício para realizar conexões entre pessoas físicas,

jurídicas, *startups* e/ou consórcios de empresas capazes de implementar soluções inovadoras para os problemas enfrentados pelo cidadão recifense (PREFEITURA DE RECIFE, 2023a).

Desta forma, pode-se perceber que a busca por inovação, via participação social, tem um modelo que agrega vários atores públicos (Figura 38).

Figura 37 — Modelo adotado de inovação aberta e participação social de Recife



Fonte: Alencar (2022, n.p).

Essa modelagem participativa tem na colaboração entre cidadão (individual ou em grupo, pessoa física ou jurídica) e o Poder Público seu ponto essencial, que permite que sejam criadas soluções para os problemas existentes na cidade, sendo prototipadas e testadas, com a participação da população em sua validação ou não. Esse cenário é facilitado por instrumentos legais do Marco das *Startups*, que permite formas diferenciadas de licitações de processos inovativos que possibilitam que as cidades possam investir nessas soluções colaborativas (BRASIL, 2021).

Desta forma, dentro do modelo E.I.T.A! Recife tem a detecção de problemas e a modelagem de soluções no desafio de inovação (Figura 39).

Figura 38 — Página inicial da plataforma E.I.T.A! Recife

etel Inovação Aberta **Página inicial** Links Úteis Inscrições Cronograma Desafios Regulamento Banca Julgadora Mais

**O CICLO**

**O E.I.T.A! Recife é um programa que identifica desafios da cidade do Recife e cria um ambiente propício para realizar conexões capazes de implementar soluções inovadoras**

Visa a obtenção de soluções inovadoras para desafios da cidade do Recife, órgão que tem como principal função servir o cidadão. O processo seguirá os princípios da Inovação Aberta, contemplando três macro fases: **desafios públicos, prototipagem e desenvolvimento de produto mínimo viável (MVP)**, em um período de aproximadamente 6 (seis) meses.

Ao final das três fases, será realizada uma experimentação do MVP para avaliação e possível **desenvolvimento em larga escala** (visão de futuro da solução) e **go-to-market do produto**. Para este ciclo, estão previstos cinco eventos principais: o **Dia "D"** (apresentação dos desafios), o **Fórum com os especialistas**, o **Hacker Cidadão 10.0**, o **Dia do Protótipo** e o **Dia das entregas dos MVPs**.

Resultados

Acesse o Regulamento

Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Além dessa opção de ser escolhido via desafios, há outro caminho, que é a apresentação de produtos sociais inovadores (tanto de ordem urbana, ordem tecnológica e de interação social), que podem ser testados num local específico da cidade (*EITA Labs*). avaliados por técnicos e pela população, que segue as características e fases de validação conforme as Figuras 40 e 41

Figura 39 — Página inicial da plataforma *Living Labs Recife* (EITA Labs)

etel Inovação Aberta **Página inicial** Links Úteis Inscrições Cronograma Desafios Regulamento Banca Julgadora Mais

**Principais características**

Cidades inteligentes  
Cidade conectada  
Cidade aberta

Cidade Playable

Laboratório vivo  
(sandbox regulatória)

Buscar soluções de impacto social  
(engajar o cidadão)

Cocriação de espaços públicos

Testar Ideias na vida real

**EITA LABS RECIFE - Uma cidade aberta para inovação**

O **Living Labs Recife**, apelidado de **EITA Labs**, é mais uma iniciativa do E.I.T.A! Recife.

Tem como principal objetivo criar um ambiente de experimentação, onde teremos um cenário de laboratório vivo, desburocratizando e permitindo ações de inovações que possam ser testadas e construídas com participação ativa dos atores da região e fora dela.

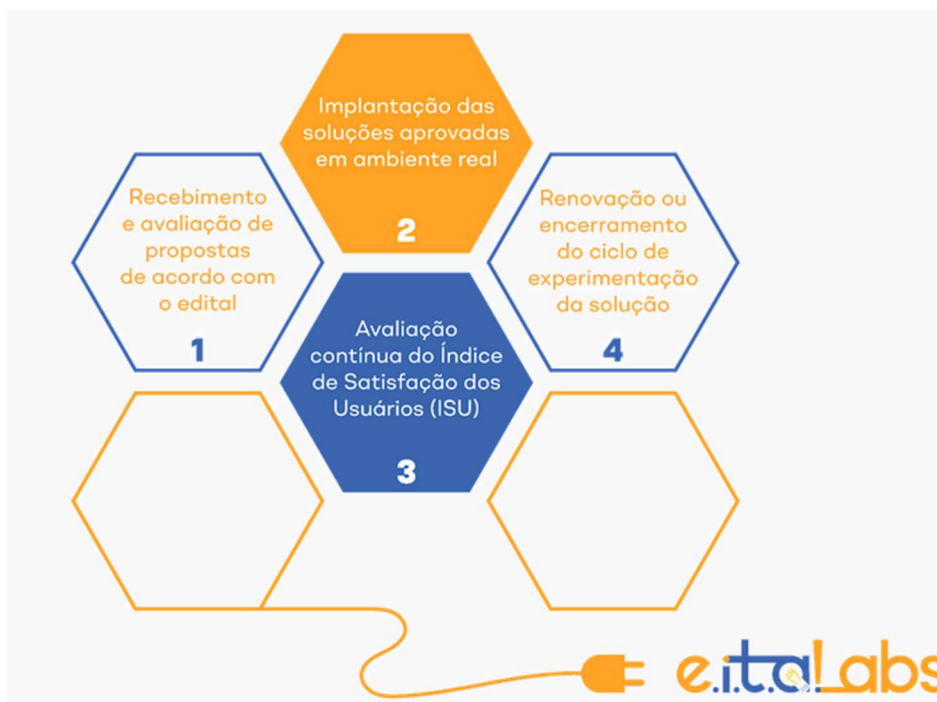
O EITA Labs permitirá que o Recife se torne uma cidade aberta e conectada, por meio de cocriações de espaços públicos, possibilitando experimentações de soluções inovadoras a partir de uma rede conectada que busca impacto social, bem-estar e soluções digitais.

ACESSE O EDITAL

SUBMETA SEU PROJETO

e.it.labs

Fonte: Prefeitura de Recife (2023b).

Figura 40 — Etapas previstas no *Living Labs Recife* (EITA Labs)

Fonte: Prefeitura de Recife (2023b).

No Apêndice E há outras explicações sobre o modelo participativo de inovação aberta do E.I.T.A! Recife.

#### 4.4.3.1 Análise da plataforma E.I.T.A! Recife com base nas categorias de comparação

A plataforma E.I.T.A! Recife a ser analisada aqui conjugará o desafio de inovação do E.I.T.A! Recife, que está em seu 2º Ciclo de Inovação Aberta para o desafio (o 1º ocorreu entre 11/11/2021 a 04/08/2022) e no espaço de experimentação EITA Labs, o qual tem vários produtos em teste no momento. A análise nas categorias se encontra no Quadro 16.

Quadro 16 — Categorias de comparação – análise do E.I.T.A! Recife

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Análise</b>	<b>Cumprimento</b>
Tipo de participação permitida	Participação ampla (porém, limitada à capacidade técnica)	A iniciativa permite uma participação ampla de qualquer interessado, inclusive permitindo que pessoas físicas se encontrem, formem equipes e criem soluções nas reuniões do Hacker Cidadão 10.0. Contudo, a participação, apesar de ampla é restrita a pessoas que têm conhecimentos técnicos sobre os processos de inovação a serem desenvolvidos.
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Alto grau	Com base nos sites é possível ver que há um alto grau de entrega de informações e dados que permitem que qualquer interessado possa participar dos processos em curso.

Formato da participação e de retorno de informações	Modelo híbrido (presencial e digital)	Há um modelo híbrido, com fases <i>online</i> e presencial, sendo interessante notar que a inovação deve ser testada de forma real e presencial para ser avaliada pela população.
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário	Sim, as plataformas envolvidas têm fontes claras e transparentes de diretrizes, ferramentas, dados e software, sendo, ainda de fácil utilização pelos usuários.
Permissividade de participação	Participação ampla para conhecer e acompanhar, mas restrita para criação de soluções	Qualquer pessoa pode ver o conteúdo da plataforma e acompanhar seu andamento, inclusive dos produtos em teste. Mas, a participação na criação e soluções é restrita a que tem conhecimento e capacidade técnica para desenvolvimento de soluções inovadoras
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Alto grau de acompanhamento	Há um alto grau de acompanhamento das atuações pelos participantes, pois há critérios de julgamento das soluções apresentadas e retorno sobre como se deu a votação. Além disso, para o EITA <i>Labs</i> , as inovações estão sendo testadas na prática e podem haver acompanhamento pelo Índice de Sucesso do Usuário (ISU).
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Alto grau	Há informações detahadas sobre prazos, regras envolvidas e como se dá os retornos em cada uma das fases previamente estabelecidas.
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Alto grau	Há um alto grau de acompanhamento dos resultados pela plataforma, sendo simples, achar as ações vencedoras e acompanhar, inclusive, <i>in loco</i> as ações em teste no centro de Recife, avaliando-as

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A iniciativa participativa de Recife se mostra bastante interessante e moderna, por se basear na ideia de colaboração do cidadão para criar soluções práticas para enfrentar problemas existentes na cidade, assumindo, com isso, um protagonismo.

É evidente que o modelo permite que pessoas externas à administração pública participem do ciclo de inovação, colocando ideias e propondo soluções para resolver problemas estabelecidos previamente, atuando, assim, com um empoderamento nas decisões, gerando uma melhoria para a cidade, graças à participação colaborativa.

Contudo, nem sempre está muito clara a forma de como os desafios da cidade são encontrados no modelo, o que poderia se dar por meio de processos participativos dentro da plataforma, o que aumentaria as possibilidades de atuação, inserindo no modelo outros participantes, que se interessam pela cidade, mas não detêm os conhecimentos técnicos para participar nas propostas de solução inovadoras. Ou seja, há um bom modelo, mas que perde a oportunidade de ser mais amplo e despertar maior interesse.

Em relação ao E.I.T.A Labs, não há dúvida de quanto à utilidade e o valor como processo participativo e colaborativo da proposta de ser um ambiente de experimentação, que seleciona e permite a instalação, a título não oneroso, de soluções inovadoras orientadas pelo conceito de cidades inteligentes, desburocratizando e permitindo ações de inovações que



possam ser testadas e construídas com participação ativa dos atores da região e fora dela (PREFEITURA DE BELÉM, 2023b).

Neste sentido, quanto mais claro e evidente for o papel do cidadão na avaliação destes produtos inovadores em teste, mas adequando será o proveito para cidade das soluções testadas, e melhor será para os empreendedores os retornos informacionais sobre o que devem mudar e melhorar em seus projetos, permitindo a criação de produtos aceitos pelos população e replicáveis em outras cidades. Infelizmente, não está bem claro no modelo o papel do cidadão nessa avaliação pelo Índice de Sucesso do Usuário (ISU).

#### 4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS INICIATIVAS DECIDIM.BARCELONA E AS BRASILEIRAS

Após a análise das iniciativas brasileiras é possível criar um panorama de como elas funcionam dentro nas categorias comparativas para se poder analisá-las face ao modelo participativo, utilizados pela iniciativa do *Decidim.Barcelona*. Assim, o Quadro 17 mostra um resumo das análises de cada uma das iniciativas estudadas, a fim de facilitar a visão geral do estudo comparado realizado.

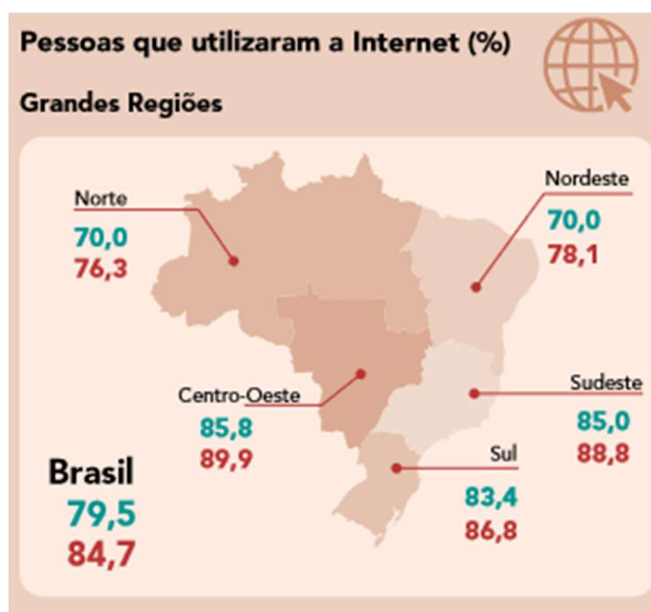
Quadro 17 — Resumo da comparação entre as plataformas estudadas

<b>Categoria</b>	<b><i>Decidim.Barcelona</i></b>	<b>Tá Selado</b>	<b>Participa Maceió</b>	<b>E.I.T.A Recife</b>
Tipo de participação permitida	Participação ampla	Participação estreita	Participação estreita (limitada)	Participação ampla (porém, limitada à capacidade técnica)
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Alto grau	Baixo grau	Baixo grau	Alto grau
Formato da participação e de retorno de informações	Modelo híbrido (presencial e digital)	Modelo híbrido (presencial e digital)	Modelo híbrido (presencial e digital)	Modelo híbrido (presencial e digital)
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso, utilizando-se plataformas e afins	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário, mas não interamente funcional	É uma plataforma com design amigável para o usuário	Há uma plataforma com design amigável e agradável para o usuário
Permissividade de participação	Participação ampla, em geral, com restrições somente em votações e afins	Boa participação, em geral, com restrições somente em votações e afins	Participação é restrita na plataforma e nas votações.	Participação ampla para conhecer e acompanhar, mas restrita para criação de soluções
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Alto grau de acompanhamento	Baixo grau	Baixo grau	Alto grau de acompanhamento
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Alto grau	Grau Médio	Baixo grau	Alto grau
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Alto grau	Baixo Grau	Nenhum grau de acompanhamento	Alto grau

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

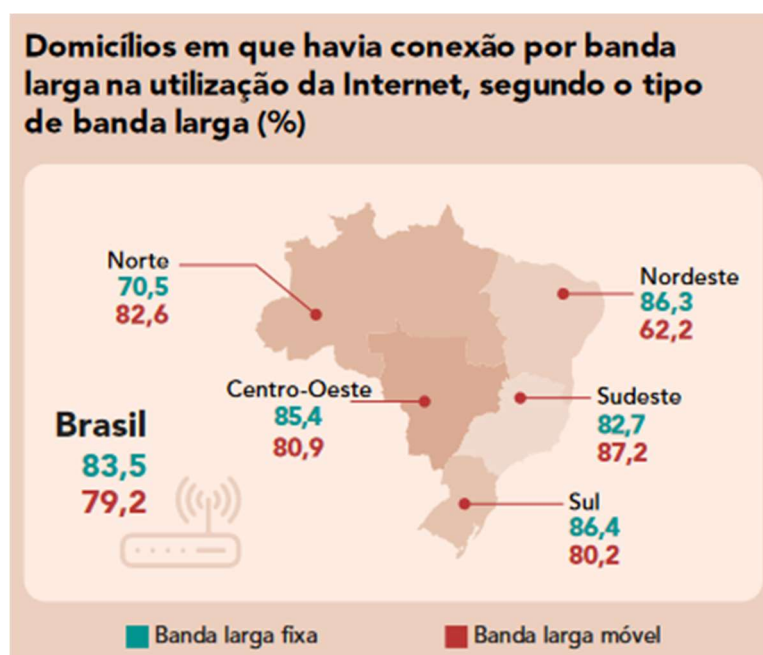
Antes de se iniciar qualquer comparação, é preciso destacar que as iniciativas brasileiras se encontram em regiões mais pobres e menos desenvolvidas do Brasil, o que impacta os processos participativos digitais, afinal, há um menor número de pessoas que se utilizam de internet naquelas regiões em comparação com o resto do Brasil e com Barcelona, bem como esta nem sempre é de boa qualidade (banda larga), como se pode ver nas Figura 42 e 43.

Figura 41 — Uso de internet Brasil (PNAD Cont. 2021)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, p. 8).

Figura 42 — Domicílios com internet/conexão banda larga no Brasil (PNAD Cont. 2021)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, p. 7).

Essa limitação de qualidade e uso de internet é conhecida como uma das brechas digitais existentes na literatura, baseada na exclusão digital, e, apesar de existir também em Barcelona, é maior aqui no Brasil, o que exige que qualquer comparação leve isso em conta, pois esse cenário, no passado, ocasionou fracassos em processos de orçamentos participativos digitais (PETRY; HAUPENTHAL; HUPPFER, 2021).

Contudo, apesar de ainda haver um uso menor de internet no Brasil, percebe-se que esse uso vem aumentando nas pesquisas sobre o tema. Além disso, há uma tendência a melhora da qualidade dos serviços, aumento da banda disponível e diminuição do custo dos serviços pelas empresas do setor de telecomunicações, sendo possível pensar que essa brecha digital logo poderá ser bem menor.

Contudo, há outra brecha digital importante a ser considerada, que é a questão da alfabetização digital, fator de exclusão digital amplamente conhecido, pois não é porque se tem acesso à internet e faz uso parcial de alguns aplicativos, como, por exemplo, mensagens de voz no WhatsApp, que a pessoa será capaz de se utilizar de todo e qualquer aplicativo (AVELINO; POMPEU; FONSECA, 2021).

Essa falta de alfabetização digital, em geral, se reforça quando há uma alfabetização falha da população, a chamada analfabetização funcional, a qual, segundo, diversos estudos, é algo corrente no Brasil. Esse fenômeno obriga, naturalmente, que qualquer iniciativa de participação social adote uma linguagem mais coloquial, oferecendo informações também de forma simples e facilitada, reunidas, por exemplo, em um mesmo local, a fim de diminuir as desigualdades entre os usuários, o que, infelizmente, não foi encontrado muitas vezes durante as análises das iniciativas nacionais (AVELINO; POMPEU; FONSECA, 2021).

Essa percepção de brecha digital aliada ao analfabetismo funcional permite entender as construções participativas que restringem o acesso final dos processos somente aos representantes eleitos pela população. Essa construção restrita de participação direta de todos os envolvidos ajuda a resolver as limitações da população, mas, faz com que haja facilidade de cooptação de grupos por detentores de poder que olham os processos participativos como espaços para prosperar o populismo e o clientelismo.

Com base no estudo feito, percebe-se que há enormes diferenças entre o modelo *Decidim.Barcelona* e as iniciativas brasileiras, algumas diferenças explicáveis diante das brechas digitais explicadas, mas outras não, como, por exemplo, o não uso de todas as ferramentas do modelo da comunidade *Decidim* pela iniciativa de Belém.

Pode-se estabelecer algumas proposições interessantes, como o fato de que nenhuma das iniciativas brasileiras tem uma modelagem de participação permitida ampla, similar ao que ocorre no modelo *Decidim.Barcelona*, pois mesmo o E.I.T.A Recife tem um grau de restrição, visto limitar os participantes ao sua capacidade tecno-tecnológica. Inclusive, o modelo Recife acaba tendo outra similaridade positiva ao ser comparado com o Barcelona visto o Poder Público de Belém e de Maceió, o que fragiliza o modelo, obrigando ao cidadão ter que buscar diversas informações em outros espaços digitais, como os Portais de Informações, o que burocratiza em excesso o processo e o limita, obviamente.

Comparando-se as construções das plataformas participativas, percebeu-se que mesmo dotando modelos diferentes, há uma escolha bem formulada e inteligente por plataforma com design amigável e agradável, facilitando o acesso e a navegação dos usuários, o que valoriza as possibilidades participativas. Além disso, todas adotam modelos de participação híbrida, o que permite que mesmo que tenha certo grau de analfabetismo digital, possa estar em contato com pessoas que os capacitem ou, pelo menos, os ajudem em sua jornada dentro dos processos oferecidos nas plataformas.

Os modelos são construídos para dar amplo acesso a quem quiser acessar e conhecer o que tem dentro das plataformas, processos em curso e outros elementos. Sendo coerente a limitação de acesso para cidadãos residentes para as votações, pois isso gera uma segurança para o município evitando alguém se aproveitar de movimentações de pessoas de fora do local para aprovarem políticas e ações que, na verdade, não tem a aceitação daqueles moradores da localidade. Ou seja, há uma construção geral que permite opiniões e afins no estabelecimento da agenda das políticas públicas, por exemplo, mas que nos processos mais importantes do ciclo destas, restringem-se somente àqueles realmente interessados.

Contudo, causa incomodo a diferenças entre os modelos brasileiros com o de Barcelona quando se analisa as categorias de “formas de acompanhamento e avaliação da atuação” e de “acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas”, pois tirando Recife que tem altas possibilidades tanto de acompanhamento das decisões aprovadas, quanto de sua avaliação, as outras duas tem uma avaliação não adequada, indo de grau médio, para baixo ou até mesmo ausente.

Essa pouca interesse dos Poder Público em permitir que o cidadão participante acompanhe as ações em curso ou avalie seus resultados, demonstra uma baixa preocupação com o processo participativo realizado, em especial, quanto a mostrar à sociedade como sua atuação melhorou o ciclo de criação de uma política pública ou a decisão pela realização de uma

ação. Como se percebeu pelos estudos no caso paradigma, essa baixa possibilidade de averiguar e validar o que foi decidido, acaba por afastar os interessados em participar e fragiliza as iniciativas que se pretendem se manter por prazos maiores, virando realmente, um modelo institucional de participação na localidade em estudo.

É claro, que parece normal que, no panorama geral apresentado, Barcelona e Recife se aproximem nos resultados, pois são dois modelos inovadores e com alto uso de práticas colaborativas para criação de produtos e interações sociais. Contudo, a iniciativa recifense, apesar de ser importante, restringe participação, o que parece não haver em Barcelona. Na verdade, o modelo de Recife poderia até estar mais vinculado ao Canódromo de Barcelona.

Já em relação aos modelos de Belém e Maceió, eles estão próximos ao de Barcelona por sua ligação com a construção de orçamentos públicos, mas de forma bem mais restrita nos modelos brasileiros, como se pode ver, inclusive, quanto à participação de pessoas interessadas. Entretanto, a ideia de Maceió criar um processo de priorização é bem interessante, mas poderia ser ampliado, com base em votações digitais e presenciais, como ocorrem em Barcelona.

Há diversos outros aspectos que se diferem nas iniciativas, o que pode ser visto não como problemas, mas, sim, lacunas do modelo, que podem ser identificadas e servirem como orientação para a melhoria do padrão participativos nessas iniciativas e outras.

#### 4.6 PRINCIPAIS LACUNAS ENCONTRADAS NO MODELO BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO COM O DE BARCELONA

Com base na análise comparativa realizada e nas considerações sobre ela, foi possível elaborar um resumo das principais lacunas encontradas nas iniciativas brasileiras estudadas, o qual se apresenta no quadro 18.

Quadro 18 — Lacunas encontradas com base nas categorias de comparação utilizados

(continua)

<b>Categoria</b>	<b>Lacuna</b>	<b>Justificativa</b>
Tipo de participação permitida	Participação restrita na prática	- A participação se inicia ampla, mas, com o passar do processo, restringe a participação para representantes eleitos; - A participação exige conhecimentos técnicos que nem todos os cidadãos detêm.
Grau de informação fornecida pelo órgão governamental	Baixa qualidade de informações	- Em regra, há uma baixa utilização dos potenciais das plataformas para guarda e disponibilização de informações e dados; - Não há uma preocupação com um tratamento adequado aos dados a fim de que fiquem numa linguagem mais simples e direta, contribuindo, assim, para vencer a brecha digital (analfabetismo digital e funcional).

Formato da participação e de retorno de informações	Excesso de valorização em participação por modelo presencial	- Apesar de haver diversas possibilidades de aumentar a participação ou parte desta, por meio digital, há uma valorização muito grande nas reuniões presenciais (ainda que <i>onlines</i> ), deixando pouco espaço para atuação por meios digitais para efetivas decisões e colaboração.
Oferecimento de tecnologia de fácil acesso utilizando-se plataformas e afins	Há bom design, mas nem sempre amigável	- A construção das plataformas se utiliza de design agradável, mas nem sempre amigável, visto não ter todas as funcionalidades de forma rápida e de fácil acesso
Permissividade de participação	Não se percebeu lacuna, somente limitação pelo uso de representantes em momentos chaves dos processos	- Apesar de ser aceitável o uso de representantes, visto as questões de brechas digitais existentes no Brasil, poderiam se dar mais espaço para a participação digital com valorização de alguns momentos em que ela poderia se tornar um meio decisório mais efetivo
Formas de acompanhamento e avaliação da atuação	Há falta de cuidado com a publicação de resultados e <i>feedbacks</i> aos participantes	- Em regra, há uma baixa utilização dos potenciais das plataformas para guarda e disponibilização de informações sobre andamento de processos e seus resultados.
Formato dos processos participativos e grau de co-criação	Má construção de processo e baixo grau de co-criação	- Os processos têm um modelo de construção interessante, mas nem sempre são bem projetados para uma participação digital; - Com exceção de E.I.T.A! Recife, que se baseia em co-criação colaborativa, as demais iniciativas restringem a colaboração para aspectos mais consultivos e de baixa qualidade decisória
Acompanhamento de decisões e políticas públicas aprovadas	Baixa capacidade de fiscalização e acompanhamento pelas plataformas.	- Em regra, há uma baixa utilização dos potenciais das plataformas para mostrar as informações sobre andamento de obras e propostas aprovadas - Necessidade de o cidadão buscar dados por outras fontes, o que pode fazer com que ele desista de participar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Inicialmente, percebe-se que, a partir dos objetivos propostos pelo Governo Aberto e as possibilidades de uma plataforma de e-participação, o estudo comparado mostrou uma grande diferença entre as possibilidades de participação cidadã, com modelo da comunidade *Decidim* e, é claro do *Decidim.Barcelona*, face aos modelos das iniciativas nacionais, que, em geral, tem uma capacidade de participação limitada e poucas funcionalidades efetivadas nas plataformas para tornar a participação digital de melhor qualidade.

Na verdade, ao se analisar a maturidade das iniciativas e aspectos de cada uma das cidades e suas realidades, tanto históricas, quanto institucionais, essas diferenças não é algo tão grave, mas sim, traz um cenário com boas perspectivas de melhoria para as iniciativas nacionais, em razão delas adotarem uma modelagem que permite mudanças e avanços em sua construção, havendo, portanto, mais limitações de uso e de informações disponibilizadas do que de lacunas dos modelos naquilo que foi estudado.

Assim, pode-se estabelecer que há duas lacunas principais centradas no uso abaixo das possibilidades das plataformas construídas e dificuldades em realizar uma transparência

adequada do está sendo feito. Ainda, há uma limitação estrutural quanto ao país como um todo, que está relacionada ao baixo acesso à internet de qualidade e questões de brecha digital, causadas tanto pelo de analfabetismos digital, quanto pelo analfabetismo funcional da população, o que também pode ser melhorado.

Percebe-se grandes possibilidades de uso nas três plataformas das iniciativas brasileiras estudadas, pois apresentam funções, muitas vezes, não utilizadas ou relegadas a um espaço sem conteúdo, logo, a primeira etapa de melhoria é analisar a plataforma e buscar determinar tudo o que pode ser colocado dentro delas e colocar, mesmo que já esteja em outros lugares, como, por exemplo, num Portal de Transparência ou numa rede social.

Colocar o máximo de informação e dados sobre os processos participativos é essencial a qualquer plataforma que queira estar conectada às ideias de Governo Aberto, pois a condensação informacional, além de ser medida de transparência pública, também é uma forma de facilitar o acesso do cidadão a todos os elementos envolvidos no processo que ele deseja ou esteja participando. Tal lisura ajuda o cidadão a perceber que sua contrição está sendo vista e levada em conta, logo, contribuirá para que ele siga querendo participar.

Também, ainda usando as plataformas, é preciso estabelecer um cuidado com sua atualização para que o usuário possa perceber que ela não está parada ou inutilizada. Da mesma forma que é importante atualizar e alimentar os perfis nas redes sociais, o mesmo deve ser feito com as plataformas de e-participação, a fim de gerar nos usuários a percepção de que o espaço é realmente funcional, sendo usado de forma constante pelo Poder Público.

É importante inserir a cidadania em todos as fases de qualquer processo participativo. Desta feita, é interessante que o participante usuário de uma plataforma possa estar inserido de forma ativa desde o início de um determinado processo. A título de exemplo, poderia sempre se dotar os processos participativos de uma etapa zero, em que sejam feitas indicações de propostas do que será feito ou de eixos de premissas participativas que estarão no processo.

Neste sentido, pegando como exemplo o E.I.T.A! Recife, poderia haver um espaço de indicação de problemas, pelos cidadãos, para, a partir deles, saírem as bases dos desafios de cada Ciclo de Inovação Aberta. Esse procedimento faria com que houvesse maior interesse da cidadania, com os desafios e produtos apresentados para resolver os problemas definidos pelos cidadãos.

Em relação às falhas de transparência, infelizmente, apesar de haver extensa legislação que a exija no Brasil, não há padrões bem estabelecidos sobre como as informações e dados devem ser construídos para serem oferecidos aos cidadãos, sendo normal entregá-los baseando-



se em normas técnico-contábeis que restringe o seu real conhecimento a poucos cidadãos capazes de entender e fazer uso daqueles. Destarte, as plataformas de e-participação deveria adotar modos de transmitir informações mais simples, como se percebe na *Decidim.Barcelona*.

Ainda, para valorizar a participar, a transmissão de informações deve ser mais ampla e voltada para o cidadão, em especial, quanto à sua própria participação. Ele deve perceber que aquilo que sugeriu ou apoiou foi lido, analisado e recebeu uma resposta, a qual deve ir além da mera resposta padrão: “recusado por não cumprir os requisitos exigidos”. Para que o cidadão retorne, ele deve sentir ouvido e valorizado, logo, é obrigação do gestor da plataforma criar respostas humanizadas e que realmente explique ao cidadão as recusas e respectivas alegações.

Outro ponto importante — percebido no estudo comparado e que merece ser indicado com opção de norteadora de melhoria nas plataformas nacionais — refere-se à necessidade de se conjugar espaços digitais com espaços presenciais, ainda que sejam só informativos, servindo para capacitar o cidadão a tomar parte nos processos participativos. Assim, a criação de espaços permanentes de cursos e de acesso livre e qualidade da internet, como o Canódromo, em Barcelona, são meios interessantes de diminuir as brechas digitais existentes na sociedade brasileira.

Percebe-se que, realmente, o uso de comparações ajuda no entendimento das limitações existentes, podendo contribuir para a criação e melhorias das iniciativas participativas nacionais. Diante disso, o estudo de iniciativas e modelo mais maturado de e-participação serve como base importante de mudança na construção de espaços participativos digitais, devendo esse tipo de estudo ser valorizado e replicado em tempos e tempos.

Desta forma, o conhecimento adquirido com base no estudo do modelo de plataforma da *Decidim* demonstra que é interessante filiar-se àquela comunidade e adotar a modelagem e diretrizes propostas, como já faz a cidade de Contagem (MG) e o próprio Governo Federal (Brasil Participativo). Entretanto, como se viu no estudo feito em relação ao “Tá Selado”, não basta ter um bom modelo de plataforma, sendo que, o que realmente importa, é o seu uso correto e constante.

Por fim, pode-se indicar como uma forma importante de se superar as limitações existentes, a institucionalização normativa, por meio de criação de normas claras e efetivas de participação social. Ou seja, devem ser inseridas nos ordenamentos dos entes federados normas sobre o uso de plataformas de e-participação, com modelagem híbrida, em processos participativos para o cidadão interagir com o Poder Público, como fez a cidade de Barcelona com seu Regulamento de Participação Cidadã.

Aqui, é importante dotar de eficácia o espaço participativo, inserindo-o na legislação, mas de uma forma que sua atuação não seja limitada, nem a engessada, evitando que se possa adotar novos modelos inovativos no futuro.

Diante da existência de normas sobre esse espaço participativo, esse procedimento de tornar lei a participação social e seus modelos digitais é um ato de empoderamento-controle, pois permite que os cidadãos possam exigir que as cidades mantenham seu uso, mesmo com as mudanças de governo, inclusive, por meios judiciais, se houver necessidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se inicia com uma inquietação do pesquisador quanto aos modos de se valorizar a participação cidadã, inserida nos espaços efetivos na Administração Pública, os quais realmente permitam que os cidadãos sejam atuantes e colaborativos de um lado e de outro, em que a própria administração aceite essa contribuição, quebrando estruturas culturais existentes no Estado como algo acima do cidadão, como, por exemplo, restringir a sua participação apenas aos processos eleitorais.

Logo, buscou-se trazer um olhar crítico para os modelos de participação existentes, muitas vezes baseados em espaços presenciais e com limitação de participação, por escolha de representantes. Assim, havia um especial interesse em modelos digitais, e suas possibilidades na criação de novos espaços participativos, visto que há poucos estudos, dos quais uma grande maioria está ligada à entrega de informações, especialmente pelo Brasil ter há muito tempo legislações que incorporaram os meios digitais como preferenciais para a entrega dos dados e informações públicas — por meio dos Portais de Transparência e da Lei de Acesso à Informação.

Contudo, essas visões e ideias iniciais estavam inseridas no contexto pré-pandêmico, mundo em que muito da Administração Pública, em especial, na esfera municipal, estava longe de realidades e possibilidades digitais, sendo, em alguns lugares, quase uma peça de ficção científica pensar que se poderia digitalizar, por exemplo, a entrega de serviços. Tudo isso era muito distante, ocorrendo só em outros países, como os da Europa, por exemplo.

Mas, ao longo da pesquisa, as possibilidades antes estudadas de longe, ou vista como disruptivas, mostraram-se reais e aplicáveis em diversos lugares, sendo assim, analisar sobre como a participação cidadã se insere em canais digitais dentro do contexto público nacional tornou-se mais relevante, em especial, pela necessidade de modular diversas iniciativas a modelos que pudessem ter a participação do cidadão além daqueles normalmente encontrados em portais de informações.

Desta feita, ao se construir este estudo, foi pensado em formas de realizar o pluralismo democrático, que permite diversas participações cidadãs, como forma de dar voz as todos incluídos e excluídos dos processos democráticos tradicionais (MIDDLEJ, 2013). Portanto, há a premissa de que dar espaços ao cidadão para participar é uma forma de valorizá-lo para que ele tenha voz nas escolhas políticas, preenchendo lacunas nas relações entre governos e governados, gerando, assim, um governo mais democrático, realmente aberto e responsivo às necessidades da sociedade (RÍOS; BENITO; BASTIDA, 2017).

Assim, fortalecido pelas experiências diversas, surgidas na pandemia sobre modelos digitais, para se ter entregas de serviços e formas participativas obrigatórios — como Audiências Públicas e reuniões de Conselhos Gestores —, valorizou-se formas de governos que se instrumentalizaram por meios digitais, dando especial atenção às práticas baseadas nas diretrizes do Governo Aberto, movimento internacional chamado de Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), que traz objetivos e princípios essenciais a serem alcançados, para haver um governo realmente aberto à participação efetiva do cidadão, bem como responsivo no uso de receitas e na atuação de seus membros.

É claro que, atualmente, a Administração Pública brasileira se preocupa com as questões de participação social, institucionalizando-a em diversas iniciativas, mas deve-se questionar qual é o nível desta participação existente, em especial nas iniciativas digitais ligadas aos objetivos de Governo Aberto. Questionando de forma mais específica, há realmente possibilidade de participação cidadã nas diversas iniciativas municipais existentes no Brasil, com aumento de poder civil (*empowerment*) que permita que o cidadão colabore de forma eficaz com a construção e execução de políticas públicas, como se encontra em experiências europeias com maior grau de maturação?

Desta forma, a pesquisa foi construída tendo como objetivo geral estudar de forma exploratória e comparada experiências municipais de e-participação no Brasil e na Espanha quanto ao empoderamento-controle (*empowerment*) cidadão, que permite participação real no desenho e execução de políticas públicas. Sabe-se que estudos comparados são úteis para se perceber as diferenças e semelhanças entre casos em que se deseja estabelecer algum padrão para utilizá-lo no melhoramento do cenário envolvido.

Além disso, buscou-se como objetivos específicos poder estudar de forma mais aprofundada o modelo da plataforma da comunidade *Decidim* utilizando um estudo mais focado na plataforma utilizada na cidade de Barcelona, a *Decidim.Barcelona*, a fim de que ela fosse utilizada como caso de comparação (paradigma) para as análises das iniciativas nacionais determinadas pelas escalas de maturidade de participação desenvolvido no trabalho, para assim se comparar apenas iniciativas estabelecidas em parâmetros relacionados ao grau de participação cidadã do tipo empoderamento-controle e, graças ao conhecimento aprofundado gerado nesse estudo, poder determinar lacunas das iniciativas brasileiras e, com isso, direcionar novos estudos e ações que aprimorem as plataformas brasileiras para que sejam mais adequadas e úteis a sociedade atual.

Para atingir esses objetivos, foi elaborada uma pesquisa exploratória e descritiva, dentro de um aporte teórico do neoinstitucionalismo histórico, juntamente com uma abordagem de

pesquisa qualitativa, modelo de pesquisa muito aplicada ao estudo de administração de empresas e pública.

Como o objetivo geral escolhido tem como base um estudo de forma comparada, foi necessário estabelecer uma jornada metodológica dividida em etapas, com cada uma ocorrendo de forma separada e em sequência, para que, ao final de cada etapa, fosse possível sua análise e, se necessário, haver a readequação tanto do trabalho geral ou somente da etapa. Desta forma, estabeleceu-se a realização de seis etapas.

Também, compreendeu-se que o procedimento científico comparativo funciona melhor quando se compara um número reduzido de casos comparáveis entre si, dentro de uma análise com um número reduzido de variáveis ou eixos de comparação. Na verdade, a escolha dos casos não se deu de forma aleatória, mas, sim, de forma proposital, escolhendo apenas iniciativas de e-participação ligadas aos princípios do Governo Aberto, baseadas em participação social com aumento de poder civil (*empowerment*), sediadas somente em municípios.

Neste sentido, na escolha do modelo da comunidade *Decidim* por se trata de um caso bastante estudado e que tem diversos dados disponíveis, além do fato de que esse modelo, iniciado em 2016 na cidade de Barcelona, atualmente estando presente em mais de 30 países e com 390 iniciativas em curso, inclusive algumas no Brasil, como, por exemplo, o “Brasil Participativo”, programa implementado pelo Governo Federal.

Após uma análise ampla com base nas iniciativas existentes nos Poderes Executivo e Legislativo das 26 capitais do Brasil, estabeleceu-se uma gradação dos níveis participativos dessas iniciativas, selecionando cinco delas, presentes nas cidades de Belém, Maceió, Recife (com duas) e São Paulo. Diante da maior proximidade de habitantes e eleitores das três primeiras com Barcelona, optou-se pela retirada de São Paulo do estudo. Assim, da mesma forma que se estudou de forma aprofundada a plataforma *Decidim.Barcelona*, realizou-se estudos de casos sobre a plataforma “Tá Selado” (Belém), “Participa Maceió” (Maceió) e o “E.I.T.A! Recife” e “EITA Labs” (Recife).

Feitos os estudos de caso, foi analisada cada uma das plataformas, com base nos eixos de comparação estabelecidos durante a 4ª Etapa da pesquisa, obtendo, assim, um quadro comparativo rico e interessante entre a plataforma de Barcelona e as das três capitais brasileiras selecionadas. As diretrizes de Governo Aberto (*accountability*, participação social disponibilizada, transparência ofertada nas plataformas, e, é claro, o uso adequado da tecnologia e da inovação disponíveis) foram adotadas como base extra de comparação.

Desta forma, muito se falou sobre a *Decidim.Barcelona*, a qual se mostrou uma plataforma digital que não se limita somente à esfera digital, mas, na verdade, promove um

modelo de participação híbrido, cuja presença física é fundamental, convivendo com diversas possibilidades de interação e atuação digital, fortalecendo e aumentando as oportunidades de presença, sempre oferecendo o máximo de informações dados possíveis sobre todas as etapas, tanto digitais, quanto presenciais.

Em contrapartida, ao se analisar as plataformas brasileiras, encontrou-se um cenário de possibilidades interessantes, mas, muitas vezes, não aproveitadas, visto que as lacunas e limitações descobertas podem ser classificadas face ao uso inadequado das possibilidades das plataformas, em especial, quanto à majoração dos espaços digitais oferecidos para a participação social, baixa qualidade na transparência envolvida nos processos, além de brechas digitais já esperadas para as regiões estudadas, centradas na baixa oferta e na ausência de internet de qualidade, analfabetismo digital, conjugado com analfabetismo funcional.

Desta forma, o conhecimento adquirido com base no estudo da plataforma da comunidade *Decidim* demonstra que ela é um modelo bastante funcional e que é interessante se filiar na comunidade *Decidim*, a fim de se poder adotar modelagem e diretrizes propostas, mas com a advertência de que não basta ter uma boa plataforma, sendo que o seu uso correto e constante é o que mais importa.

Outra percepção importante é sobre a institucionalização normativa do uso de plataformas de e-participação com modelagem híbrida em processo participativos para o cidadão interagir com o Poder Público, como fez a cidade de Barcelona com seu Regulamento de Participação Cidadã, pois esse caminho legal é um ato de empoderamento-controle cidadão, pois permite que os cidadãos — dada a existência de normas sobre esse espaço participativo — possam exigir que as cidades mantenham seu uso, mesmo com as mudanças de governo, inclusive, por meios judiciais, se houver necessidade.

É claro que este estudo tem limitações, como, por exemplo, não analisar outras cidades fora das capitais, pois seria bem interessante avaliar como a cidade Contagem (MG) está utilizando o modelo da comunidade *Decidim*. Além disso, após o estudo de caso das iniciativas escolhidas e suas análises de comparação, percebe-se que poderia ter sido interessante colocar a cidade de São Paulo e sua iniciativa “Participe+”, pois estaria se analisando uma população com mais acesso à internet, bem como conexão de maior qualidade, além de possuir um nível de escolaridade e renda mais próximo da cidade de Barcelona.

Porém, as limitações do estudo são ótimos indicadores para se pensar em estudos futuros, os quais, assumem uma importante etapa para o avanço da temática aqui estudada. Neste sentido, como primeira possibilidade de estudo futuro destaca-se uma pesquisa comparativa somente tendo como base as iniciativas que utilizam a plataforma da comunidade

*Decidim*, a fim de perceber como ocorrem as adaptações do modelo aos diversos lugares e contextos que o utilizam, cujo propósito visa obter um quadro claro de como ela poderia ser mais bem adaptada para a realidade diversa do Brasil.

Ainda, seria interessante olhar o que está ocorrendo em outros países que hoje são valorizados pela OGP por suas iniciativas, como o Chile e o México, países cujos modelos de avaliação de participação ajudaram a criar a escala de maturidade de participação social neste trabalho utilizada.

Contudo, um possível estudo futuro interessante seria vincular as plataformas de e-participação em curso aqui estudadas com o cidadãos de cada um das cidades, a fim de ouvir o que eles pensam sobre a plataforma, seus usos, suas possibilidades e, é claro, suas limitações. Tal estudo poderia ajudar a se repensar as próprias estruturas utilizadas na confecção dos modelos, adequando-os à realidade e capacidades dos cidadãos envolvidos, numa área participativa interessante e possível.

De qualquer forma, este estudo termina com certo otimismo, mesmo tendo um misto de frustração, pois, sobre isso, esperava-se que, com o uso abundante de TICs e meios digitais pelas cidades durante a pandemia, que mais delas teriam iniciativas lastreadas no nível de empoderamento-controle cidadão. Percebe-se, neste sentido, que a cidadania precisa se alinhar mais e buscar pressionar o Poder Público para permitir mais participação cidadã de qualidade em suas iniciativas.

Em relação ao otimismo, este se dá, pelo fato que do que foi estudada, praticamente há lacunas que podem ser resolvidas, ou adotando padrões e ações já utilizadas, por exemplo, em Barcelona, bastando apenas algum esforço e interesse político para isso. Como diriam os manifestantes do 15M, “*sí, se puede!*”.

## REFERÊNCIAS

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Decidim, la plataforma digital oberta i lliure per la participació i la innovació democràtica**: informe 2016-2019. Regidoria de Participació i Districtes. 2019.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Decidim.Barcelona**. 2023. Disponível em: <<https://www.decidim.barcelona/>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Departamento de Estadística y Difusión de Datos. Estadística y Difusión de Datos, Elecciones Locales**. 2023. Disponível em: <[https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/castella/Estadistiques\\_per\\_temes/Elecciones/Elecciones\\_locales/loc23/cloc2301.htm](https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/castella/Estadistiques_per_temes/Elecciones/Elecciones_locales/loc23/cloc2301.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Dossier postelectoral. Resultats provisionals. Eleccions Generals**. 23 jul. 2023. Disponível em: <[https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/angles/Estadistiques\\_per\\_temes/Elecciones/Elecciones\\_generals/gen23/index1.htm#pf63](https://ajuntament.barcelona.cat/estadistica/angles/Estadistiques_per_temes/Elecciones/Elecciones_generals/gen23/index1.htm#pf63)>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **La bretxa digital a la ciutat de Barcelona. 2020**. Edição Eletr., 2021. Disponível em: <[https://bithabitat.barcelona/bretxadigitalbarcelona/assets/pdfs/BretxaDigitalBarcelona2020\\_cat.pdf](https://bithabitat.barcelona/bretxadigitalbarcelona/assets/pdfs/BretxaDigitalBarcelona2020_cat.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Memòria: La participació ciutadana a Barcelona (2019-2022)**. Participa Ciociudadana. Guies-materials-i-altres. 2023. Disponível em: <[https://ajuntament.barcelona.cat/participaciociudadana/sites/default/files/documents/memoria\\_2019-2023.pdf](https://ajuntament.barcelona.cat/participaciociudadana/sites/default/files/documents/memoria_2019-2023.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (PREFEITURA DE BARCELONA). **Mesura de Govern Pressupostos participatius 2020 i procés participatiu Programa d'Actuació Municipal 2020-2023**. 2020. Disponível em: <<https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/bitstream/11703/117589/1/MdG%20Proc%20%a9s%20Pressupostos%20Participatius%20i%20PAM%202020-2023.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ALENCAR, B. Como Aplicar Inovação Aberta na prática em órgãos Públicos. **5ª Edição do Inova – Prodemege**. Gerência de EaD e Sistemas Especializados. Palestra realizada em 1 dez. 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/bfsQ6>>. Acesso em 20 set. 2023.

ALLEGRETTI, G.; HERZBERG, C. **El 'retorno de las carabelas': los presupuestos participativos de Latinoamérica en el contexto europeo**. pp. 1-34. 2004.

ALMADA, M. P. *et al.* Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. **MATRIZES**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 161-181, 2019.



ALMEIDA, C.; CARLOS, E.; SILVA, R.. Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil. **Opinião. Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 250-285, ago. 2016.

ALUJAS, Álvaro V. Ramírez; DASSEN, Nicolás. Gobierno abierto: la ruta hacia una nueva agenda de reforma del Estado y modernización de la administración. *In*: DASEN, Nicolás; VIEYRA, Juan Cruz (Ed.). **Gobierno abierto y transparencia focalizada**. Washington D. C.: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2012. p. 41-71.

AMORIM, M. S. S. Cidadania e participação democrática. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina abr. 2007. p. 366-379.

AMORIM, S. N. D. Ética na esfera pública: a busca de novas relações Estado/sociedade. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 2, p. 94-104, 2000.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

ARNSTEIN, S. R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.

ATENEU D'INNOVACIÓ DIGITAL I DEMOCRÀTICA AL CANÒDROM (CANÒDROM). Impulsamos la participación de los niños y adolescentes en las decisiones de la ciudad. **Noticies**, 2 maio 2023. Disponível em: <<https://canodrom.barcelona/es/noticies/impulsem-la-participacio-dels-infants-i>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AVELINO, D.; POMPEU, J.; FONSECA, I. **Democracia digital**: mapeamento de experiências em dados abertos, governo digital e ouvidorias públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. (Texto para Discussão, n. 2624).

AVRITZER, L.. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

AVRITZER, L.; RAMOS, A.. Democracia, escala y participación. Reflexiones desde las instituciones participativas brasileñas. **Revista Internacional de Sociología**, v. 74, nº 3, p. 1-15, set. 2016.

BARANDIARAN, X. Cómo usar decidim. Guía para administraciones públicas y grandes organizaciones. **Xabier E. Barandiaran**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://xabier.barandiaran.net/2018/04/24/what-is-decidim/>>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BARANDIARAN, X. What is Decidim. **Xabier E. Barandiaran**, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://xabier.barandiaran.net/2018/04/24/what-is-decidim/>>. Acesso em 3 ago. 2023.

BARANDIARAN, X.; *et al.* Decidim: redes políticas y tecnopolíticas para la democracia participativa. **Decidim Free Software Association**. Versão 1.0 14 abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. - Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70. 2010.

BEMBEM, A. H. C.; SANTOS, P. L. V. A. da C.. Inteligência coletiva: um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Escola de Ciência da Informação da UFMG, v. 18, n. 4, 2013, p. 139-151.

BENEVIDES, M. V. de M.. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 5-16, ago. 1994.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma análise comparada das políticas de alimentação escolar na Bolívia, no Brasil e no Chile**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOBBIO, N.. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO G.. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais . 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.v. 1.

BONET-MARTÍ, J. B.; SERRANO-MIGUEL, M. S. Barcelona como laboratorio de innovación democrática (2015-2020). **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**, v. 4, n. 15, p. 18-35, 2021.

BORGE, R.; *et al.*. La participación política a través de la plataforma Decidim: análisis de 11 municipios catalanes. *In*: Congreso Internacional En Gobierno, Administración Y Políticas Públicas - GIGAPP, 9., Madrid. **Anais [...]**. Madrid: Escuela de Formación. Ayuntamiento de Madrid, sep. 2018. p. 1-34.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-36, 2011.

BRASIL. **Brasil Participativo**. Plataforma de participação social do governo federal. 2023. Disponível em: <<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das **startups** e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jun. 2021, p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp182.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm)>. Acesso em: 20 set. 2023.

BUENO CONTRERA, Renata. O neoinstitucionalismo na ciência política: uma revisão da literatura. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas - POLITI(K)CON**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 27–37, 2021.

CANTADOR, I.; *et al.*. Personalized recommendations in e-participation: Offline experiments for the 'Decide Madrid' platform. **CitRec'17**, Como, Italy, aug. 2017.

CAVALCANTE, P.; CUNHA B. Q. É preciso inovar no governo, mas por quê? *In*: CAVALCANTE, P. *et al.* **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Orgs.: Brasília: Enap: Ipea, 2017. p. 15-32.

CEJUDO, G. (Coord.). **Métrica de Gobierno Abierto 2021**. Metodología. Centro de Investigación y Docencia Económicas, Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales. Ciudad de México, 2021.

CELESTINO, J. C. M.; VIEIRA, H. A. P.; VIANA, M. R.. Reuniões cidadãs do Século XXI e sua aplicação à realidade brasileira. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 20, n. 1, p. 147-172, 2022.

CLARI I PADRÓS, M. En què vols invertir els diners públics? La iniciativa dels pressupostos participatius. *In* **Innovación Democrática: Barcelona 2015-2023**. Barcelon. p. 109-135. 2023.

COLLIER, D.. The Comparative Method. Political science: the state of discipline II. *In*: FINIFTER, A. W. (Ed.). **American Political Science Association**, 1993.

COLLIER, D.; LEVITSKY, S.. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. **World Politics**, v. 49, n. 3, p. 430-451, abr. 1997.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). **4º Plano de Ação Nacional para Governo Aberto**. 2018 (atualizado em jul. 2020).

CORRÊA, E. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Participação Social na Gestão de Cidades: elaboração e revisão dos Planos Diretores do município de Belém, Pará, Brasil. **P2P E INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 244–259, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p244-259.

CORRÊA, Victor; PASSADOR, Claudia Souza. **O campo do conhecimento em administração pública no Brasil: uma análise a partir do olhar do Guerreiro Ramos**. Brasília: Enap, 2019. 245 p.

CORREIA, P. A. R.; MENDES, I. O.; BILHIM, J. A. F.. As redes de colaboração como fator inovador na implementação de políticas públicas. Um enquadramento teórico com base na nova governação pública. **Lex Humana**, v. 11, n. 2, p. 143-162, jan. 2020.

CRESWELL, J. W. **Research Design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Los Angeles: Sage, 2014.

DECIDE MADRID. Portal de participación ciudadana del Ayuntamiento de Madrid. 2023. Disponível em: <<https://decide.madrid.es/>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DECIDIM FREE SOFTWARE ASSOCIATION (DECIDIM). **Decidim: free open-source democracy**. 2023. Disponível em: <https://decidim.org/>Acesso em: 3 ago. 2023.

DI PIETRO, M. S. Z.. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, N.; MARTINS, V.. Orçamentos Participativos - Guia de Disseminação. *In: Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal*. Associação In Loco, p. 1-40, 2016.

DJALÓ, A..B.; PROCOPIUCK, M.. Teoria e prática na construção do conhecimento em administração. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 90-103, abr. 2010. ISSN 1677-7387.

ESTONIA. *E-estonia*. 2020. Disponível em: <https://e-estonia.com/>. Acesso em: 07 dez 2020.

FLESHER FOMINAYA, C.; FEENSTRA, R. A. Reconsidering social movement impact on democracy: the case of Spain's 15-M movement. *Social Movement Studies*, v. 22, n. 3, p. 273-303, 2023.

FREITAS, C. S. Mecanismos de dominação simbólica nas redes de participação política digital. *In* SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Coord.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. , Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 111-135.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. [3ª Reimpr.], São Paulo: Atlas, 2019.

GOEDE, M. *E-Estonia: The e-government cases of Estonia, Singapore, and Curaçao*. *Archives of Business Research*, v. 7, n. 2, p. 225-227, 3 mar. 2019.

GURUMURTHY, A.; BHARTHUR, D; CHAMI, N. Voice or chatter? Making ICTs work for transformative engagement, **Making All Voices Count Research Report**, Brighton: IDS, PP. 1-68, 2017.

GUTIÉRREZ-RUBÍ, A.; DALMASES, F. B. i. O ecossistema da democracia aberta. **Open Democracy**. Democracia Abierta, 20 fev. 2017.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.

HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.

HERNÁNDEZ BONIVENTO, José. **Índice Institucional para el Gobierno Abierto Municipal: IIGAM Chile 2020**. Santiago: IICHEM, Universidad Autónoma de Chile. RIL editores, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf)> Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Censo Eleitoral 2023**. 2023. Disponível em: <<https://www.ine.es/dyngs/CEL/index.htm?cid=41>>. Acesso em 1 ago. 2023.

JANUÁRIO, S. B. B.; CORREA, R. F. Contribuições da Ciência da Informação para a cidadania digital no Brasil: a participação social em questão. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 306–329, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245262.306-329.

JARDIM, J. M.. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 59, n. 1, p. 81-92, jan. 2008.

JUNG, K. *et al.* A webometric approach to policy analysis and management using exponential random graph models. **Qual Quant**, n. 49, p. 581–598, 2015.

KERIKMÄE, T.; TROITIÑO, D.R.; SHUMILO, O. An idol or an ideal? A case study of estonian e-governance: Public perceptions, myths and misbeliefs. **Acta Baltica Historiae et Philosophiae Scientiarum**, v. 7, n. 1, p. 71-80, 2019. DOI: 10.11590/abhps.2019.1.05

KON, A.. Inovação nos Serviços Públicos: condições da implementação do governo eletrônico. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 52, IPEA – Brasília, jan./jun. 2019, p. 489-528.

KRAWCZYK, N. Pesquisa comparada em educação na América Latina: situações e perspectiva. **Educação Unisinos**, v. 3, n. 17, p. 199-204, set./dez. 2013.

KRAWCZYK, N. R.; VIEIRA, V. L. Estudos comparados nas análises sobre política educacional da América Latina. *In*: WCZYK, N. R.; ; WANDERLEY, L. E. (Orgs.) **América Latina: Estudos e reformas numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez editoras/PUC-SP, pp. 113-135. 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**: projeto de pesquisa / pesquisa bibliográfica / teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. [4ª Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2020.

LOPES, B. J.; SILVA, E. A.; MARTINS, S.. Conselho Municipal de Saúde sob a ótica de seus conselheiros: estudo realizado em uma capital brasileira. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 163-172, jun. 2016.

LUCERO, M. de L. F. Gobernanza participativa, la experiencia de Barcelona. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 13, p. 1-15, 2020.

LUCIANO, E. M.; WIEDENHÖFT, G. C.; SANTOS, F. P.. Promoting social participation through digital governance: identifying barriers in the brazilian public administration. *In*: Annual International Conference on Digital Government Research: Governance in The Data Age, 19., 2018, New York. **Proceedings [...]**. New York, NY, USA, article 49, p. 1–9, 2018.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R.. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 55–75, dez. 2013.

MIDDLEJ, S. Democracia participativa e processo decisório de políticas públicas: a influência da campanha contra a Alca. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n° 1, p. 53-74, jan./abr., 2013.

MITOZO, I.; MASSUCHIN, M.. Engajamento público e democracia: uma análise da participação política institucional e não-institucional na cidade de São Paulo. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 41-65, 2020.

MONTERDE, A.; ROMERO, C.. **Decidim.Barcelona**, una tecnología democrática para una ciudad democrática. In INNOVACIÓN DEMOCRÁTICA Barcelona 2015-2023. Barcelon. p. 69-85. 2023.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 58–71, 2005.

MOTTA, F. C. P.. O estruturalismo na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas** [online], v. 10, n. 4, pp. 23-41. 1970.

NABATCHI, T.; JO, S. The future of public participation – Better design, better relation. In: GERARD, Catherine; KRIESBERG, Louis (Ed.). **Conflict and Collaboration: For better or worse**. Routledge, 2018.

NEBOT, C.P.; PIRES, V. ¿A qué llaman hoy presupuesto participativo? **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 4, n. 72-78, p. 435-449, out. 2017.

NEVES, F.; SILVA, P. E-government em portais públicos de municípios: do visível para o invisível. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 20, 1-22, 2021.

O'DONNELL, G.. Democracia delegativa? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out.1991.

OBAMA, Barack. Memorandum on transparency and open government. **The White House – Memorand**, 24 fev. 2009, p. 1-3, 2009. Disponível em: <[https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/legacy\\_drupal\\_files/omb/memoranda/2009/m09-12.pdf](https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/legacy_drupal_files/omb/memoranda/2009/m09-12.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2023.

OLIVEIRA, E. C.. **Um estudo sobre a utilização do orçamento participativo como instrumento de maior compreensibilidade dos informes contábeis pela população: o caso da prefeitura de Maceió/AL**. 2007. 42 f., il Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, O. P. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 219-249, ago. 2016.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). **Site institucional**. Members. 2023. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/our-members/>>. Acesso em 15 maio 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Digital Government Index (DGI): 2019 Results.** 2020.

ORTEGA, E. Balance de las políticas de participación ciudadana en Barcelona. **Crítica urbana: revista de estudios urbanos y territoriales.**, v. 5, n. 24, p. 10, 2022.

PARRA FILHO, H. C. P.; MARTINS, R. A. P.. Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 223-236, mai. 2017.

PASSADOR, C. S.. **Observações sobre Educação no campo e desenvolvimento no Brasil.** Tese de Livre-Docência, apresentada à Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2012. 140 f.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

PAULA, A. P. P.; KEINERT, T. M. M.. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 744-758, set. 2016.

PEIXOTO, J. F.. **Governo aberto: métricas para análise da aderência dos estados brasileiros aos princípios da *Open Government Partnership*.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

PEÑA-LÓPEZ, I. Decidim. Barcelona, Spain. Case Study. **IT for Change** Espanha, 2017. Disponível em: <http://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/123456789/13284>. Acesso em 25 nov. 2018.

PEÑA-LÓPEZ, I. State of the Art: Spain. **Voice or chatter?** Using a Structuration Framework Towards a Theory of ICT-mediated Citizen Engagement. 2017.

PENTEADO, C.; SOUZA, P. E-participação e deliberação “comum”: análise das plataformas “Decide Madrid” e “Decidim Barcelona”. **COMPOLÍTICA 8**, 2019.

PEREIRA, A. M. M. *et al.* Análise de políticas públicas e neoconstitucionalismo histórico: ensaio exploratório sobre o campo e algumas reflexões. 2014, pp. 144-164.

PETRY, G. C.; HAUPENTHAL, M.; HUPFFER, H. M.. Ágoras virtuais: o debate público digital e a (des)participação cidadã nos poderes públicos. **Revista dos Tribunais**. vol. 1025. ano 110. p. 119-143. São Paulo: Ed. RT, março 2021.

PINA, V.; TORRES, L.; ROYO, S. ; GARCIA-RAYADO, J. Decide Madrid: a Spanish best practice on e-participation. In: Randma-Liiv, T. & Lember, V. (Eds.) **Engaging citizens in policy-making: e-participation practices in Europe.** Cheltenham: Edward Elgar. Forthcoming. 2022.

PINHO, J. A. G.; SAMPAIO, R. C.; WINKLER, I.; MORAIS, K. Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, 2019. DOI: 10.12660/cgpc.v24n78.73630.

POSSAMAI, A. J. Portal brasileiro de dados abertos: Novas práticas para o fortalecimento da democracia e da gestão pública na Era Digital. *In* SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Coord.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. , Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. ,p. 111-135.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM (BELÉM). **Tá Selado**: fórum permanente de participação cidadã. 2023. Disponível em: <<https://decide.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em 20 set. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (MACEIÓ). **Participa Maceió**. 2023. Disponível em: <<https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces>>. Acesso em 20 set. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RECIFE (RECIFE). **E.I.T.A! Recife** - Esquadrão de Inovação e Transformação Aberta. 2023. Disponível em: <<https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eita-2-ciclo/>>. Acesso em 20 set. 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RECIFE (RECIFE). **Living Labs Recife**. 2023. Disponível em: <<https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eitalabs/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>>. Acesso em 20 set. 2023.

PRENSKY, M.. Digital Natives. Digital Immigrants. **On the Horizon**, MCB University Press, v. 9, n. 05, out 2001.

RAMOS , P. S. **Orçamento Participativo e Trajetória Política de Atores Sociais do Recife**. 2021. 103 f. Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas) — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, Salvador, 2021.

REIS, C. L.; DE LESSA CARVALHO, F. L.. A participação do cidadão na atividade financeira do estado. **RJLB**. Ano 7, nº 5 2021.

RÍOS, A.-M.; BENITO, B.; BASTIDA, F. Factors explaining public participation in the central government budget process. **Australian Journal of Public Administration**, vol. 76, nº. 1, pp. 48-64, 2017.

RODRÍGUEZ-BOLÍVAR, M.P.; ALCAIDE-MUÑOZ, L.; JESÚS C.M. Analyzing the scientific evolution and impact of e-participation research in JCR journals using science mapping. **International Journal of Information Management**, v. 40. n. 2., p. 111-119, jun, 2018.

ROONEMAA. M. Lições globais do governo da Estônia, com experiência em tecnologia. **Correio da UNESCO**. Publicado em abr./jun. 2017.



ROYO, S.; PINA, V.; GARCIA-RAYADO, J. Decide Madrid: A Critical Analysis of an Award-Winning e-Participation Initiative. **Sustainability**, v. 12, n. 4, 1674, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12041674>

SANTANA, L.; SOUZA, R. B. R.; PONTUAL, V.. Os conflitos da participação social na revisão da legislação urbanística: um estudo sobre o Plano Diretor de Recife 2018-2020. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico| RBDU**, p. 9-42, 2021.

SANTOS, A. R. V.; SIMONARD, P. Governo eletrônico e participação popular nas mídias sociais. In: OLIVEIRA, I. M.; SILVA, T. T. A. M. Z. A. (Org.). **Democracia, meio ambiente e desenvolvimento: experiências brasileiras** / - Aracaju: EDUNIT, 2017. p. 19-33.

SCHMITTER, P.. Perspectivas da democracia no Mundo Contemporâneo: Mais Liberal, Pré-Liberal ou Pós-Liberal? In: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (Orgs.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. p. 31-42.

SILVA, E. M. **Um modelo de crowdsourcing para gestão de atos normativos dos conselhos de educação do Brasil**. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Informática) – Instituto de Computação, Programa de Pós-Graduação em Informática, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40 ed. rev., atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

SILVA, S. P. da. O uso de fóruns *on-line* na eleição do Conselho Nacional de Políticas Culturais: modos de apropriação por eleitores, candidatos e governo. In SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Coord.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 111-135, 2016.

SILVA, S. P. DA; SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Coord.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 111-135, 2016.

SILVA, S. P. Democracia, Políticas Públicas e Instituições de Deliberação Participativa: visões sobre a experiência brasileira. **Texto para discussão - TD 2358**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-44, jan. 2018.

SIMÕES, I. A. G.. A Sociedade em rede e a cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**. Ano V, n. 5, p. 1-11, maio 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SOUZA, F. B. *et al.* Efetividade do orçamento participativo nas capitais nordestinas: uma análise empírica sobre os desafios de sua implementação. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 13, n. 1, p. 172-182, 2022.

SOUZA, F. J. B.; SILVA, S. A. M. e. Orçamento participativo: mais qualidade da democracia? **Organ. Soc.**, Salvador, v. 24, n. 81, p. 195-215, jun. 2017.

SPUDEIT, D.. O fenômeno social das redes de informação: reflexão teórica. **Revista ACB**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 87-100, dez. 2009.

STEINBACH, M.; SIEWEKE, J.; SÜß, S.. The diffusion of eparticipation in public administrations: A systematic literature review. **Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce**, v. 29, n. 2, p. 61-95, 2019. DOI: 10.1080/10919392.2019.1552749.

SUSHA, I.. **Participation in open government**. 2015. Tese de Doutorado. Örebro University.

TEIXEIRA, C. N.; PANTOJA, A. C.; CUNHA, E. K. C.. Democracia digital: o uso da internet no fortalecimento da democracia participativa no Brasil. **Percurso**, [S.l.], v. 1, n. 46, p. 31 - 59, mar. 2023. ISSN 2316-7521. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/e-6348>>. Acesso em: 23 set. 2023.

THIRY-CHERQUES, H. R.. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de Administração Contemporânea** [online], v. 10, n. 2, pp. 137-156. 2006.

TOOTS, Maarja. Why E-participation systems fail: The case of Estonia's Osale.ee. **Government Information Quarterly**, v. 36, Issue 3, p. 546-559, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.02.002>.

TORRES, L.; PINA, V.; ROYO, S.; GARCÍA, J. Decide Madrid: análisis crítico de una iniciativa exitosa de e-participación en un Ayuntamiento. **AECA: Revista de la Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas**, n 127, pp. 89-90, sep. 2019.

WELBY, B. The impact of digital government on citizen well-being, **OECD Working Papers on Public Governance**, n. 32, OECD Publishing, Paris, 2019. 50 p.

YETANO, A.; ROYO, S. Keeping citizens engaged: a comparison between online and offline participants. **Administration & Society**, v. 49, n. 3, p. 394-422, 2017. <https://doi.org/10.1177/0095399715581625>.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

YLIPULLI, J.; HÄMÄLÄINEN, J. Towards Practice-oriented Framework for Digital Inequality in Smart Cities. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMMUNITIES AND TECHNOLOGIES, 11., 2023, Lahti (Finland). **Proceedings [...]**. Lahti (Finland), 2023. p. 180-190.

YOUNG, I. M.. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 13, p. 187-212, abr. 2014.

ZUCCOLOTTO, R.. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro.** Robson Zuccolotto e Marco Antônio Carvalho Teixeira. – Brasília: Enap, 2019. 72p.

**APÊNDICE A — QUADROS COM A LISTA DAS INICIATIVAS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DAS 26  
CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS**

<b>Cidade:</b> Aracaju - SE		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
AjuInteliGente	<a href="https://ajuinteligente.aracaju.se.gov.br/#/protocolo">https://ajuinteligente.aracaju.se.gov.br/#/protocolo</a>	Não participativo
Central de Atendimento - Prefeitura de Aracaju	<a href="https://aracaju.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&amp;s=aracaju">https://aracaju.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&amp;s=aracaju</a>	Não participativo
Central de Compras e Licitações	<a href="https://www.aracajucompras.se.gov.br/portal/default.aspx">https://www.aracajucompras.se.gov.br/portal/default.aspx</a>	Informacional
Conecta Aracaju - Iluminação Pública	App disponível para instalação celular	Não participativo
Consultas Públicas da Prefeitura Municipal de Aracaju	<a href="https://www.aracaju.se.gov.br/consultapublica/">https://www.aracaju.se.gov.br/consultapublica/</a>	Informacional e consultivo
Diário Oficial	<a href="http://sga.aracaju.se.gov.br:5011/legislacao/faces/diario_form_pesq.jsp">http://sga.aracaju.se.gov.br:5011/legislacao/faces/diario_form_pesq.jsp</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://aracaju.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&amp;itd=4">https://aracaju.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&amp;itd=4</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Aracaju	<a href="https://transparencia.aracaju.se.gov.br/">https://transparencia.aracaju.se.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal do Contribuinte	<a href="https://fazenda.aracaju.se.gov.br/#/publica/contribuinte/servicos">https://fazenda.aracaju.se.gov.br/#/publica/contribuinte/servicos</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.aracaju.se.leg.br/ouvidoria">https://www.aracaju.se.leg.br/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Câmara de Aracaju	<a href="https://www.aracaju.se.leg.br/transparencia">https://www.aracaju.se.leg.br/transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional

<b>Cidade: Belém - PA</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Agiliza Belém	<a href="https://agiliza.belem.pa.gov.br/">https://agiliza.belem.pa.gov.br/</a>	Não participativo
Consultas Públicas da Prefeitura Municipal de Belém	<a href="https://sesan.belem.pa.gov.br/consultapublica/">https://sesan.belem.pa.gov.br/consultapublica/</a>	Informacional e consultivo
Diário Oficial	<a href="https://sistemas.belem.pa.gov.br/diario/painel">https://sistemas.belem.pa.gov.br/diario/painel</a>	Informacional
Fórum Permanente de Participação Cidadã - Tá Selado!	<a href="https://decide.belem.pa.gov.br/">https://decide.belem.pa.gov.br/</a>	Empoderamento- controle cidadão
Luz de Belém (PPP)	<a href="https://luzdebelem.com.br/">https://luzdebelem.com.br/</a>	Não participativo
Ouvidoria	<a href="https://ouvidoria.belem.pa.gov.br/">https://ouvidoria.belem.pa.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Belém	<a href="http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/">http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)	<a href="http://promaben.belem.pa.gov.br/">http://promaben.belem.pa.gov.br/</a>	Informacional e consultivo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Diário Oficial da Câmara	<a href="https://cmb.pa.gov.br/diario-oficial/">https://cmb.pa.gov.br/diario-oficial/</a>	Informacional
Portal de Transparência da Câmara de Belém	<a href="https://cmb.pa.gov.br/portal-da-transparencia/">https://cmb.pa.gov.br/portal-da-transparencia/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional

<b>Cidade: Belo Horizonte - MG</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial	<a href="https://dom-web.pbh.gov.br">https://dom-web.pbh.gov.br</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/ouvidoria/fale-com-a-ouvidoria">https://prefeitura.pbh.gov.br/ouvidoria/fale-com-a-ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Belo Horizonte	<a href="https://transparencia.pbh.gov.br/bh_prd_transparencia/web/#!/home">https://transparencia.pbh.gov.br/bh_prd_transparencia/web/#!/home</a>	Informacional qualificado
Portal de Licitações	<a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes">https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes</a>	Informacional qualificado
Portal de Serviços	<a href="https://servicos.pbh.gov.br/servicos/home">https://servicos.pbh.gov.br/servicos/home</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional
Simplifique	<a href="https://encurtador.com.br/cgqB0">https://encurtador.com.br/cgqB0</a>	Informacional e consultivo
<b>Poder Legislativo</b>		
Agenda - Reuniões com participação digital	<a href="https://www.cmbh.mg.gov.br/agenda/participacao">https://www.cmbh.mg.gov.br/agenda/participacao</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Belo Horizonte	<a href="https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia-principal">https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia-principal</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional

<b>Cidade: Boa Vista - RR</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Observatório da Gestão Pública de Boa Vista	<a href="https://observatorio.boavista.rr.gov.br/">https://observatorio.boavista.rr.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://boavista.rr.gov.br/ouvidoria/">https://boavista.rr.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Boa Vista	<a href="https://transparencia.boavista.rr.gov.br/">https://transparencia.boavista.rr.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Publicações (Diário Oficial e Editais)	<a href="https://publicacoes.boavista.rr.gov.br/">https://publicacoes.boavista.rr.gov.br/</a>	Informacional
Portal do Cidadão	<a href="https://cidadao.boavista.rr.gov.br/">https://cidadao.boavista.rr.gov.br/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Boa Vista	<a href="https://www.boavista.rr.leg.br/transparencia">https://www.boavista.rr.leg.br/transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional

<b>Cidade:</b> Campo Grande - MS		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Conecta Campo Grande	App disponível para instalação celular	Não participativo
Conecta Comunidade	<a href="https://www.campogrande.ms.gov.br/suasc/conecta-comunidades/">https://www.campogrande.ms.gov.br/suasc/conecta-comunidades/</a>	Informacional qualificado
Diário Oficial	<a href="https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/">https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/</a>	Informacional
Discussão Comunitária Orçamento (consulta pela internet)	<a href="https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/conselhos-regionais/discussao-comunitaria-orcamento-2020/">https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/conselhos-regionais/discussao-comunitaria-orcamento-2020/</a>	Informacional e consultivo
Fala Campo Grande 156	App disponível para instalação celular e site ( <a href="https://fala.campogrande.ms.gov.br/">https://fala.campogrande.ms.gov.br/</a> )	Informacional qualificado
Matrícula Online	<a href="https://matricula.campogrande.ms.gov.br/">https://matricula.campogrande.ms.gov.br/</a>	Não participativo
Ouvidoria	<a href="https://www.campogrande.ms.gov.br/ouvidoria/">https://www.campogrande.ms.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Portal +Obras	<a href="https://obras.campogrande.ms.gov.br/">https://obras.campogrande.ms.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Campo Grande	<a href="https://transparencia.campogrande.ms.gov.br/">https://transparencia.campogrande.ms.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas	<a href="https://encurtador.com.br/lwAF9">https://encurtador.com.br/lwAF9</a>	Informacional
Portal do Cidadão	<a href="https://cidadao.campogrande.ms.gov.br/#/">https://cidadao.campogrande.ms.gov.br/#/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Diário Oficial do Legislativo	<a href="https://camara.ms.gov.br/diario-do-legislativo/">https://camara.ms.gov.br/diario-do-legislativo/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://camara.ms.gov.br/ouvidoria/">https://camara.ms.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Campo Grande	<a href="https://campogrande.govbr.cloud/pronimtb/index.asp">https://campogrande.govbr.cloud/pronimtb/index.asp</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Cuiabá - MT</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Conselho Transparente	<a href="https://encurtador.com.br/esuxF">https://encurtador.com.br/esuxF</a>	Informacional
Gazeta Cuiabana (Diário Oficial e afins)	<a href="http://gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/">http://gazetamunicipal.cuiaba.mt.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/ouvidoria">http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Cuiabá	<a href="http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/home">http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/portaltransparencia/transparencia/#/home</a>	Informacional qualificado
Portal de Licitações	<a href="http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/index.jsp">http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/index.jsp</a>	Informacional
Portal do Cidadão	<a href="https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/servico2.aspx">https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/servico2.aspx</a>	Não participativo
Portal do Contribuinte	<a href="https://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portalfazenda/PortalContribuinte/Home">https://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portalfazenda/PortalContribuinte/Home</a>	Não participativo
Portal Escola Transparente	<a href="https://educacao.tce.mt.gov.br/47/120">https://educacao.tce.mt.gov.br/47/120</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.camaracuiaba.mt.gov.br/ouvidoria.php">https://www.camaracuiaba.mt.gov.br/ouvidoria.php</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Cuiabá	<a href="https://www.gp.srv.br/transparencia_cuiabacm/servlet/home_portal_v2">https://www.gp.srv.br/transparencia_cuiabacm/servlet/home_portal_v2</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional



<b>Cidade:</b> Curitiba - PR		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Agenda Online	<a href="https://agendaonline.curitiba.pr.gov.br/#!/login">https://agendaonline.curitiba.pr.gov.br/#!/login</a>	Não participativo
Cartão digital e-Cidadão	App disponível para instalação celular	Não participativo
Curitiba 156	App disponível para instalação celular	Não participativo
Curitiba App	App disponível para instalação celular	Não participativo
Curitiba-Ouve (Ouvidoria)	<a href="https://www.curitiba.pr.gov.br/lei13460/">https://www.curitiba.pr.gov.br/lei13460/</a>	Informacional qualificado
Diário Oficial do Município	<a href="https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/diarioconsultaexterna_pesquisa.aspx">https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/diarioconsultaexterna_pesquisa.aspx</a>	Informacional
Portal da transparência da Prefeitura de Curitiba	<a href="https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/">https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas	<a href="https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/">https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/">https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/</a>	Não participativo
Portal dos Conselhos Municipais de Curitiba	<a href="http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/">http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Saúde Já - Curitiba	App disponível para instalação celular	Não participativo
Veredas Formativas	App disponível para instalação celular	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Curitiba	<a href="https://www.curitiba.pr.leg.br/transparencia/portal-da-transparencia">https://www.curitiba.pr.leg.br/transparencia/portal-da-transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	diversos	Informacional

<b>Cidade:</b> Florianópolis - SC		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=govdiariooficial&amp;menu=7">https://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=govdiariooficial&amp;menu=7</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria/index.php">https://www.pmf.sc.gov.br/ouvidoria/index.php</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Florianópolis	<a href="http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php">http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas (pregões)	<a href="https://wbc.pmf.sc.gov.br/Default.aspx">https://wbc.pmf.sc.gov.br/Default.aspx</a>	Informacional
Portal de Editais	<a href="https://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=goveditais">https://www.pmf.sc.gov.br/governo/index.php?pagina=goveditais</a>	Informacional
Portal de Licitações	<a href="http://editais.sc.gov.br/prefeituras/novo/editais.asp?usuario=0540">http://editais.sc.gov.br/prefeituras/novo/editais.asp?usuario=0540</a>	Informacional
Portal de Serviços (Todos os serviços)	<a href="https://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servonline">https://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servonline</a>	Não participativo
Portal Floripa Mais Empregos	<a href="https://floripamaisempregos.santacatarinapelaeducacao.com.br/">https://floripamaisempregos.santacatarinapelaeducacao.com.br/</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Florianópolis	<a href="https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/florianopolis/portal?entidade=1018">https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/florianopolis/portal?entidade=1018</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Tribuna Livre	<a href="https://www.cmf.sc.gov.br/protocolo/Tribuna-Livre-da-CMF">https://www.cmf.sc.gov.br/protocolo/Tribuna-Livre-da-CMF</a>	Informacional e consultivo

<b>Cidade:</b> Fortaleza - CE		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/">https://diariooficial.fortaleza.ce.gov.br/</a>	Informacional
Fortaleza Digital (site e app para celular)	<a href="https://digital.fortaleza.ce.gov.br/ords/fortaleza-digital/r/portal/home?session=8166552944737">https://digital.fortaleza.ce.gov.br/ords/fortaleza-digital/r/portal/home?session=8166552944737</a>	Informacional qualificado
Juventude Digital	<a href="https://jd.fortaleza.ce.gov.br/">https://jd.fortaleza.ce.gov.br/</a>	Informacional
Mais Saúde Fortaleza	App disponível para instalação celular	Não participativo
Mapa de ações e obras	<a href="https://mappgeo.sepog.fortaleza.ce.gov.br/novo_mapa#">https://mappgeo.sepog.fortaleza.ce.gov.br/novo_mapa#</a>	Informacional
Ouvidoria (site e app para celular)	<a href="https://ouvidoria.cgm.fortaleza.ce.gov.br/portal">https://ouvidoria.cgm.fortaleza.ce.gov.br/portal</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Fortaleza	<a href="https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/">https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas (licitações)	<a href="https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp">https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp</a>	Informacional
Portal de Serviços (Catálogo de Serviços)	<a href="https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/">https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Sefin Digital	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Fortaleza	<a href="http://transparencia.cmfor.ce.gov.br/">http://transparencia.cmfor.ce.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Goiânia - GO</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
E-Matricula	<a href="https://ematriculacao-goiania.pontoid.com.br/#/">https://ematriculacao-goiania.pontoid.com.br/#/</a>	Não participativo
Ouvidoria	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/ouvidoria-e-sic/ouvidoria-e-atendimento/">https://www.goiania.go.gov.br/ouvidoria-e-sic/ouvidoria-e-atendimento/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Goiânia	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/transparencia/">https://www.goiania.go.gov.br/transparencia/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas (licitações)	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/">https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/licitacoes/</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://www.goiania.go.gov.br/servicos/">https://www.goiania.go.gov.br/servicos/</a>	Não participativo
Prefeitura 24Horas	App disponível para instalação celular	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Saúde Fácil Goiânia	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Canal Cidadania	<a href="https://www.goiania.go.leg.br/canalcidadania">https://www.goiania.go.leg.br/canalcidadania</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Fortaleza	<a href="https://transparencia.camaragyn.go.gov.br/">https://transparencia.camaragyn.go.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: João Pessoa - PB</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://www.joaopessoa.pb.gov.br/doi-jp/">https://www.joaopessoa.pb.gov.br/doi-jp/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/falabr">https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/falabr</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de João Pessoa	<a href="https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/">https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Públicas (pregões)	<a href="https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br/home.jsf;jsessionid=EsqdZZVVvHnQ-jPSI_CkZzWpft2IR65kFGz1ERC.ip-172-31-31-0?windowId=d8a">https://seadlicitacao.joaopessoa.pb.gov.br/home.jsf;jsessionid=EsqdZZVVvHnQ-jPSI_CkZzWpft2IR65kFGz1ERC.ip-172-31-31-0?windowId=d8a</a>	Informacional
Portal de Serviços (Carta de Serviços)	<a href="https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/?public%5B%5D=cidadao&amp;sec=todas">https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/?public%5B%5D=cidadao&amp;sec=todas</a>	Não participativo
Portal do Contribuinte	<a href="https://www.joaopessoa.pb.gov.br/pc/">https://www.joaopessoa.pb.gov.br/pc/</a>	Não participativo
Prefeitura Conectada	App disponível para instalação celular	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de João Pessoa (limitado)	<a href="https://joaopessoa.pb.leg.br/">https://joaopessoa.pb.leg.br/</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Macapá - AP</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Editais e Publicações	<a href="https://macapa.ap.gov.br/editais-e-publicacoes-3/">https://macapa.ap.gov.br/editais-e-publicacoes-3/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://macapa.1doc.com.br/atendimento">https://macapa.1doc.com.br/atendimento</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Macapá	<a href="http://servicosmacapa.govbr.cloud/pronimtb/">http://servicosmacapa.govbr.cloud/pronimtb/</a>	Informacional qualificado
Portal de Conselhos	<a href="https://macapa.ap.gov.br/conselhos-municipais/">https://macapa.ap.gov.br/conselhos-municipais/</a>	Informacional
Portal de Licitações	<a href="http://transparencia2.macapa.ap.gov.br/licitacao/">http://transparencia2.macapa.ap.gov.br/licitacao/</a>	Informacional
Portal de Serviços (Todos os Serviços)	<a href="https://macapa.ap.gov.br/todos-os-servicos/">https://macapa.ap.gov.br/todos-os-servicos/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.macapa.ap.leg.br/ouvidoria">https://www.macapa.ap.leg.br/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Macapá	<a href="http://187.108.203.167:8076/transparencia/#">http://187.108.203.167:8076/transparencia/#</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Maceió - AL</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Colidui!	<a href="https://colidui.com.br/#/">https://colidui.com.br/#/</a>	Informacional qualificado
Diário Oficial do Município	<a href="https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/">https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/</a>	Informacional
Ilumina Maceió	App disponível para instalação celular	Não participativo
NOI Cidadão SMTT Maceió	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Ouvidoria	<a href="https://www.ouvidoria.maceio.al.gov.br/ouvidoria/faces/pages/principal.xhtml">https://www.ouvidoria.maceio.al.gov.br/ouvidoria/faces/pages/principal.xhtml</a>	Informacional qualificado
Participa Maceió	<a href="https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces">https://www.participa.maceio.al.gov.br/participa-maceio/principal.faces</a>	Empoderamento-controle cidadão
Portal da transparência da Prefeitura de Maceió	<a href="https://www.transparencia.maceio.al.gov.br/pages/homepage.faces">https://www.transparencia.maceio.al.gov.br/pages/homepage.faces</a>	Informacional qualificado
Portal de Licitações	<a href="https://www.licitacao.maceio.al.gov.br/">https://www.licitacao.maceio.al.gov.br/</a>	Informacional
Portal do Cidadão	<a href="https://www.portal.maceio.al.gov.br/pages/portal/login.faces">https://www.portal.maceio.al.gov.br/pages/portal/login.faces</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
SIIMM - Sistema Integrado de Informações do Município de Maceió	<a href="https://siimm.maceio.al.gov.br/siimm/pages/comum/login.faces">https://siimm.maceio.al.gov.br/siimm/pages/comum/login.faces</a>	Informacional
SMTT online	<a href="https://noi.maceio.br/smttonline/">https://noi.maceio.br/smttonline/</a>	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Maceió	<a href="http://www.maceio.al.leg.br/transparencia/">http://www.maceio.al.leg.br/transparencia/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade:</b> Manaus - AM		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Asfaltômetro	<a href="https://asfaltometro.com.br/asfalta-manau/">https://asfaltometro.com.br/asfalta-manau/</a>	Informacional
Diário Oficial do Município	<a href="http://dom.manaus.am.gov.br/">http://dom.manaus.am.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://www.manaus.am.gov.br/ouvidoria/">https://www.manaus.am.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Manaus	<a href="https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/home">https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/home</a>	Informacional qualificado
Portal de Serviços (Manaus Atende)	<a href="https://manausatende.manaus.am.gov.br/">https://manausatende.manaus.am.gov.br/</a>	Não participativo
Portal do Estudante	<a href="https://portaldoestudante.semed.manaus.am.gov.br/">https://portaldoestudante.semed.manaus.am.gov.br/</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.cmm.am.gov.br/ouvidoria/">https://www.cmm.am.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Manaus	<a href="https://www.cmm.am.gov.br/transparencia/">https://www.cmm.am.gov.br/transparencia/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Natal - RN</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://www.natal.rn.gov.br/dom">https://www.natal.rn.gov.br/dom</a>	Informacional
Guia de Serviços	<a href="https://guiadeservicos.natal.rn.gov.br/index.php">https://guiadeservicos.natal.rn.gov.br/index.php</a>	Informacional
Natal Digital	App disponível para instalação celular	Não participativo
Ouvidoria	<a href="https://www.natal.rn.gov.br/ouvidoria">https://www.natal.rn.gov.br/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Natal (Natal Transparente)	<a href="https://www2.natal.rn.gov.br/transparencia/#/">https://www2.natal.rn.gov.br/transparencia/#/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras	<a href="https://compras.natal.rn.gov.br/">https://compras.natal.rn.gov.br/</a>	Informacional
Portal de Serviços (Portal Cidadão)	<a href="https://www.natal.rn.gov.br/todos-os-servicos">https://www.natal.rn.gov.br/todos-os-servicos</a>	Não participativo
Portal Directa	<a href="https://directa.natal.rn.gov.br/open.do?sys=DIR&amp;a=wqf45tfes">https://directa.natal.rn.gov.br/open.do?sys=DIR&amp;a=wqf45tfes</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.cmnat.rn.gov.br/ouvidoria/login">https://www.cmnat.rn.gov.br/ouvidoria/login</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Natal	<a href="https://www.cmnat.rn.gov.br/portal-da-transparencia">https://www.cmnat.rn.gov.br/portal-da-transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional



<b>Cidade: Palmas - TO</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="http://diariooficial.palmas.to.gov.br/">http://diariooficial.palmas.to.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="http://ouvidoria.palmas.to.gov.br/ouvidoria/">http://ouvidoria.palmas.to.gov.br/ouvidoria/</a>	Informacional qualificado
Palmas na Mão	App disponível para instalação celular	Não participativo
Portal da transparência da Prefeitura de Palmas	<a href="http://portaldatransparencia.palmas.to.gov.br/">http://portaldatransparencia.palmas.to.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras Diretas Online	<a href="http://comprasdiretas.palmas.to.gov.br/">http://comprasdiretas.palmas.to.gov.br/</a>	Informacional
Portal de Licitações	<a href="https://www.palmas.to.gov.br/portal/editallicitacao/">https://www.palmas.to.gov.br/portal/editallicitacao/</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://www.palmas.to.gov.br/portal/servicos/">https://www.palmas.to.gov.br/portal/servicos/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://falabr.cgu.gov.br/publico/TO/Palmas/Manifestacao/RegistrarManifestacao">https://falabr.cgu.gov.br/publico/TO/Palmas/Manifestacao/RegistrarManifestacao</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Palmas	<a href="https://s2.asp.srv.br/etransparencia.cm.palmas.to/servlet/portal">https://s2.asp.srv.br/etransparencia.cm.palmas.to/servlet/portal</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Porto Alegre - RS</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
156+POA	App disponível para instalação celular	Não participativo
Diário Oficial do Município	<a href="http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa/">http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa/</a>	Informacional
Hub Colaborativo de Inteligência Artificial ( <i>Smart Cities AI Hub</i> )	<a href="https://smartaihub.procempa.com.br/">https://smartaihub.procempa.com.br/</a>	Não participativo
Mais Comunidade	<a href="https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/mais-comunidade">https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/mais-comunidade</a>	Informacional qualificado
Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA)	<a href="http://www.observapoa.com.br/default.php">http://www.observapoa.com.br/default.php</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/">https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/</a>	Informacional qualificado
Painel do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)	<a href="https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/painel-do-sistema-de-monitoramento-estrategico-sme">https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/painel-do-sistema-de-monitoramento-estrategico-sme</a>	Informacional
Portal da transparência da Prefeitura de Porto Alegre	<a href="https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/">https://transparencia.portoalegre.rs.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Serviços (Carta de Serviços)	<a href="https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos">https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos</a>	Não participativo
Portal de Solicitação de Serviços	<a href="https://156web.procempa.com.br/">https://156web.procempa.com.br/</a>	Informacional qualificado
Porto Alegre OS	App disponível para instalação celular	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Audiências Públicas (possibilidade de participação online)	<a href="https://www.camarapoa.rs.gov.br/audiencias_publicas">https://www.camarapoa.rs.gov.br/audiencias_publicas</a>	Informacional qualificado
Ouvidoria	<a href="https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/ouvidoria">https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Palmas	<a href="https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/">https://transparencia.camarapoa.rs.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade:</b> Porto Velho - RO		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://www.portovelho.ro.gov.br/dom">https://www.portovelho.ro.gov.br/dom</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://ouvidoria.portovelho.ro.gov.br/">https://ouvidoria.portovelho.ro.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Porto Velho	<a href="https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/">https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Licitações e Compras Públicas	<a href="https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/despesas/compras">https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/despesas/compras</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://servicos.portovelho.ro.gov.br/">https://servicos.portovelho.ro.gov.br/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.portovelho.ro.leg.br/falabr">https://www.portovelho.ro.leg.br/falabr</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Porto Velho	<a href="https://transparencia.portovelho.ro.leg.br/transparencia/home">https://transparencia.portovelho.ro.leg.br/transparencia/home</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Recife - PE</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Conecta Recife App	App disponível para instalação celular	Não participativo
Conselho da Cidade do Recife	<a href="https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/">https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Diário Oficial do Município	<a href="https://dome.recife.pe.gov.br/dome/">https://dome.recife.pe.gov.br/dome/</a>	Informacional
E.I.T.A! Recife	<a href="https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eita-2-ciclo/">https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eita-2-ciclo/</a>	Empoderamento-controle cidadão
Educa Recife	App disponível para instalação celular	Não participativo
Living Labs Recife (EITA Labs)	<a href="https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eitalabs/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0">https://sites.google.com/recife.pe.gov.br/eitalabs/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0</a>	Empoderamento-controle cidadão
Matrícula Online	<a href="https://matriculaonline.recife.pe.gov.br/">https://matriculaonline.recife.pe.gov.br/</a>	Não participativo
Ouvidoria	<a href="https://ouvidoria.recife.pe.gov.br/">https://ouvidoria.recife.pe.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Recife	<a href="http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/home.php">http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/geral/home.php</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras	<a href="http://portaldecompras.recife.pe.gov.br/app/home.php">http://portaldecompras.recife.pe.gov.br/app/home.php</a>	Informacional
Portal de Serviços (Conecta Recife - site)	<a href="https://conecta.recife.pe.gov.br/">https://conecta.recife.pe.gov.br/</a>	Não participativo
Recife em Dia (portal de finanças municipais - serviços ao cidadão)	<a href="https://recifeemdia.recife.pe.gov.br/inicio">https://recifeemdia.recife.pe.gov.br/inicio</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
<b>Poder Legislativo</b>		
Banco de Ideias Legislativas	<a href="https://www.recife.pe.leg.br/participacao-popular/banco-de-ideias-legislativas">https://www.recife.pe.leg.br/participacao-popular/banco-de-ideias-legislativas</a>	Informacional qualificado
Ouvidoria	<a href="https://www.recife.pe.leg.br/institucional/ouvidoria">https://www.recife.pe.leg.br/institucional/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Palmas	<a href="https://www.recife.pe.leg.br/portal-da-transparencia">https://www.recife.pe.leg.br/portal-da-transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Rio Branco - AC</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="http://www.diario.ac.gov.br/">http://www.diario.ac.gov.br/</a>	Informacional
Nota Online de Rio Branco	App disponível para instalação celular	Não participativo
Portal da transparência da Prefeitura de Rio Branco	<a href="http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/">http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Editais	<a href="http://www.riobranco.ac.gov.br/category/editais-e-processos-seletivos/">http://www.riobranco.ac.gov.br/category/editais-e-processos-seletivos/</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/todos-servicos/">https://portalcidadao.riobranco.ac.gov.br/todos-servicos/</a>	Não participativo
Rbcultura	App disponível para instalação celular	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Serviços Online Rio Branco	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
e-Democracia	<a href="https://edemocracia.riobranco.ac.leg.br/">https://edemocracia.riobranco.ac.leg.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Rio Branco	<a href="https://www.riobranco.ac.leg.br/transparencia/portal-transparencia">https://www.riobranco.ac.leg.br/transparencia/portal-transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Rio de Janeiro - RJ</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://doweb.rio.rj.gov.br/">https://doweb.rio.rj.gov.br/</a>	Informacional
1746 Rio	App disponível para instalação celular	Não participativo
Carioca Digital	App disponível para instalação celular	Não participativo
Central de atendimento 1746	<a href="https://www.1746.rio/hc/pt-br">https://www.1746.rio/hc/pt-br</a>	Informacional
COR.Rio	App disponível para instalação celular	Informacional
DATA.Rio	<a href="https://www.data.rio/">https://www.data.rio/</a>	Informacional
MinhaSaúde.Rio	App disponível para instalação celular	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://ouvidoria.prefeitura.rio/">https://ouvidoria.prefeitura.rio/</a>	Informacional qualificado
Participa.rio	<a href="https://participario-pcrj.hub.arcgis.com/">https://participario-pcrj.hub.arcgis.com/</a>	Informacional qualificado
Partiu Bloquimmm	App disponível para instalação celular	Informacional
Portal da transparência da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	<a href="http://www.rio.rj.gov.br/web/transparencia">http://www.rio.rj.gov.br/web/transparencia</a>	Informacional qualificado
Portal de Compras	<a href="http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/">http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/</a>	Informacional
Portal de Serviços (Carioca Digital)	<a href="https://home.carioca.rio/">https://home.carioca.rio/</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Serviços Online Rio Branco	App disponível para instalação celular	Não participativo
TAXI.RIO - Passageiro	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Discussão Plano Diretor	<a href="http://www.camara.rio/plano-diretor">http://www.camara.rio/plano-diretor</a>	Informacional qualificado
Ouvidoria	<a href="http://www.camara.rio/cidadania-ativa/ouvidoria">http://www.camara.rio/cidadania-ativa/ouvidoria</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Rio Branco	<a href="http://transparencia.camara.rj.gov.br/">http://transparencia.camara.rj.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Salvador - BA</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Cesta Básica	App disponível para instalação celular	Não participativo
Comercio Informal Salvador	App disponível para instalação celular	Não participativo
Compras Salvador	<a href="http://www.compras.salvador.ba.gov.br/novo/">http://www.compras.salvador.ba.gov.br/novo/</a>	Informacional
Diário Oficial do Município	<a href="http://www.dom.salvador.ba.gov.br/">http://www.dom.salvador.ba.gov.br/</a>	Informacional
Fala Salvador (site)	<a href="https://www.falasalvador.ba.gov.br/portal/portal/">https://www.falasalvador.ba.gov.br/portal/portal/</a>	Informacional qualificado
Fala Salvador Cidadão	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
NOA Cidadão TRANSALVADOR	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Salvador	<a href="http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/">http://www.transparencia.salvador.ba.gov.br/#/</a>	Informacional qualificado
Portal de Serviços	<a href="https://encurtador.com.br/beMOY">https://encurtador.com.br/beMOY</a>	Informacional
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Sonora Salvador	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Vida+ Cidadão	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Comissão Permanente de Legislação Participativa	<a href="http://177.21.11.132:8073/leg/salvador/registrar/">http://177.21.11.132:8073/leg/salvador/registrar/</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Salvador	<a href="https://www.cms.ba.gov.br/#">https://www.cms.ba.gov.br/#</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: São Luís - MA</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br/">https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="http://eouv.saoluis.ma.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacaoBs.aspx">http://eouv.saoluis.ma.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacaoBs.aspx</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de São Luiz	<a href="https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/">https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Editais	<a href="https://www.saoluis.ma.gov.br/editais">https://www.saoluis.ma.gov.br/editais</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://www.saoluis.ma.gov.br/servicos">https://www.saoluis.ma.gov.br/servicos</a>	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Sala do Empreendedor Digital	<a href="https://sites.google.com/view/saladigitaldesaoluis">https://sites.google.com/view/saladigitaldesaoluis</a>	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de São Luiz	<a href="https://www.camara.slz.br/transparencia/">https://www.camara.slz.br/transparencia/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional



<b>Cidade: São Paulo - SP</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Acontece em São Paulo	App disponível para instalação celular	Informacional
Agenda Fácil - Prefeitura SP	App disponível para instalação celular	Não participativo
CADIN PMSP	App disponível para instalação celular	Não participativo
Descomplica SP (agendamento de serviços)	<a href="https://descomplicasp.prefeitura.sp.gov.br/">https://descomplicasp.prefeitura.sp.gov.br/</a>	Não participativo
Diário Oficial do Município	<a href="https://encurtador.com.br/dgtC1">https://encurtador.com.br/dgtC1</a>	Informacional
Escola aqui	App disponível para instalação celular	Informacional
Fornecedores PMSP	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
MEI Nota Fácil (Beta)	App disponível para instalação celular	Não participativo
Nota do Milhão	App disponível para instalação celular	Não participativo
Participe+	<a href="https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/">https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/</a>	Empoderamento-controlado cidadão
Portal da transparência da Prefeitura da cidade de São Paulo	<a href="http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/">http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Atendimento (solicitações de serviços)	<a href="https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal">https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal</a>	Não participativo
Portal de Compras e Licitações	<a href="http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/">http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/</a>	Informacional
Portal de Serviços (informações sobre serviços)	<a href="https://www.capital.sp.gov.br/cidadao">https://www.capital.sp.gov.br/cidadao</a>	Informacional
Procon Municipal	<a href="http://www.proconpaulistano.prefeitura.sp.gov.br/procon/">http://www.proconpaulistano.prefeitura.sp.gov.br/procon/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Restituições PMSP	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Sampa Dengue - Prefeitura de São Paulo	App disponível para instalação celular	Informacional
Serviços Online Rio Branco	App disponível para instalação celular	Não participativo
SP156	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://app-sgacidade-prd.azurewebsites.net/">https://app-sgacidade-prd.azurewebsites.net/</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Rio Branco	<a href="https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/">https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/</a>	Informacional qualificado
Realização de Audiências Públicas (participação virtual)	<a href="https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/">https://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Revisão Plano Diretor Estratégico	<a href="https://www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/">https://www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/</a>	Informacional qualificado

<b>Cidade:</b> Teresina - PI		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
amiTeresina (Amigos da cidade)	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Diário Oficial do Município	<a href="https://dom.pmt.pi.gov.br/lista_diario.php">https://dom.pmt.pi.gov.br/lista_diario.php</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="http://ouvidoria.teresina.pi.gov.br/">http://ouvidoria.teresina.pi.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Teresina	<a href="http://transparencia.teresina.pi.gov.br/">http://transparencia.teresina.pi.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Editais	<a href="https://pmt.pi.gov.br/documentos/editais/">https://pmt.pi.gov.br/documentos/editais/</a>	Informacional
Portal de Licitações	<a href="https://pmt.pi.gov.br/documentos/licitacoes/">https://pmt.pi.gov.br/documentos/licitacoes/</a>	Informacional
Portal de Serviços	<a href="https://encurtador.com.br/IPQW7">https://encurtador.com.br/IPQW7</a>	Não participativo
Portal do Aluno	App disponível para instalação celular	Não participativo
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
SEMEC - Matrícula On-line	App disponível para instalação celular	Não participativo
STRANS - Prefeitura Municipal	App disponível para instalação celular	Informacional
Teresinense Digital	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Portal de Transparência da Câmara de Teresina	<a href="http://transparencia.teresina.pi.leg.br/project6-war/site.jsf">http://transparencia.teresina.pi.leg.br/project6-war/site.jsf</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

<b>Cidade: Vitória - ES</b>		
<b>Iniciativas relacionadas com Governo Aberto</b>	<b>Site/App</b>	<b>Nível de Participação</b>
<b>Poder Executivo</b>		
Diário Oficial do Município	<a href="https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/">https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/</a>	Informacional
Ouvidoria	<a href="https://sistemas.vitoria.es.gov.br/sic/aberto/?url=inicial">https://sistemas.vitoria.es.gov.br/sic/aberto/?url=inicial</a>	Informacional qualificado
Portal da transparência da Prefeitura de Vitória	<a href="https://transparencia.vitoria.es.gov.br/">https://transparencia.vitoria.es.gov.br/</a>	Informacional qualificado
Portal de Serviços (agendamentos online)	<a href="https://portalservicos.vitoria.es.gov.br/">https://portalservicos.vitoria.es.gov.br/</a>	Não participativo
Portal de Serviços (Carta de Serviços)	<a href="https://cartadeservicos.vitoria.es.gov.br/">https://cartadeservicos.vitoria.es.gov.br/</a>	Não participativo
Portal do Observatório de Indicadores da Cidade de Vitória (Observa VIX)	<a href="https://observavix.vitoria.es.gov.br/">https://observavix.vitoria.es.gov.br/</a>	Informacional
Procon Vitória	App disponível para instalação celular	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional
Trabalha VIX	<a href="https://trabalhavix.vitoria.es.gov.br/">https://trabalhavix.vitoria.es.gov.br/</a>	Informacional
Vitória Online	App disponível para instalação celular	Não participativo
<b>Poder Legislativo</b>		
Ouvidoria	<a href="https://www.cmv.es.gov.br/e-ouv">https://www.cmv.es.gov.br/e-ouv</a>	Informacional qualificado
Portal de Transparência da Câmara de Vitória	<a href="https://www.cmv.es.gov.br/transparencia">https://www.cmv.es.gov.br/transparencia</a>	Informacional qualificado
Redes sociais diversas (Facebook, Instagram, Youtube etc.)	Diversos	Informacional

## APÊNDICE B— INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS NA PLATAFORMA DECIDIM.BARCELONA

Figura 43 — Possibilidades de interação em proposta legislativa pela *Decidim.Barcelona*

The screenshot displays the Decidim.Barcelona interface for legislative proposals. On the left, there is a sidebar with search filters for 'ESTADO' (Todos, Abierto, Cerrado) and 'MI ACTIVIDAD' (Todos, Mis debates, Comentado). The main area shows two proposals:

- Proposition 1:** 'Artículo 9. Señalización y condiciones de circulación en las áreas de peatones'. Status: CERRADO. Created: 01/02/2023. 35 followers. 4 comments.
- Proposition 2:** 'Artículo 71 ter. Infracciones y sanciones en materia de bicicletas, vehículos de movilidad personal y ciclos de más de dos ruedas'. Status: CERRADO. Created: 02/02/2023. 35 followers. 6 comments.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 44 — Página iniciativas ciudadãs (abaixo assinados) na *Decidim.Barcelona*

The screenshot shows the '16 INICIATIVAS' page on Decidim.Barcelona. The sidebar filters include 'ESTADO' (Todos, Abiertas, Cerrado, Contestada), 'ÁMBITO' (Todos, Alcance global, Ciutat), and 'TIPO' (Todos, Realizar una audiencia pública, Convocar un Consell de barrio, Pedir la creación de un nuevo órgano de participación, Convocar un proceso participativo, Solicitar la celebración de una consulta ciudadana, La aprobación de una disposición de carácter general, Incorporar puntos en el orden del día del pleno municipal o de distritos). The main content area displays two initiatives:

- Initiative 1:** 'Cuidemos las trabajadoras de los equipamientos socioculturales de proximidad'. Published: 19/05/2023. 25 comments. 323/3750 firmas. Button: ECHALE UN VISTAZO.
- Initiative 2:** 'Barcelona con el Apartheid NO, Barcelona con los Derechos Humanos SI'. Created: 08/07/2022. 32 comments. 4135/3750 firmas. Button: ECHALE UN VISTAZO.

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 45 — Explicação sobre a iniciativa “*Cuidemos las trabajadoras de los equipamientos socioculturales de proximidad*” na *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023)

La recogida de firmas ha finalizado. Esta iniciativa recogía firmas presenciales y digitales.

## Cuidemos las trabajadoras de los equipamientos socioculturales de proximidad

 Cuidem les treballadores dels equipaments de proximitat  25 comentarios

Estoy de acuerdo en que se incluya la incorporación de un punto específico al orden del día del Plenario del Consejo Municipal del Ayuntamiento de Barcelona, consistente en una proposición de impulso instantáneo al gobierno municipal a aplicar medidas de mejora de los pliegos de los contratos municipales de gestión de los equipamientos socioculturales municipales de proximidad de la ciudad como una medida de reconocimiento de la labor comunitaria, social y cultural, que desarrollan en los barrios de la ciudad estos equipamientos y los profesionales que trabajan en ella.

**Objetivo de la iniciativa**

La iniciativa ciudadana tiene por objetivo impulsar las medidas necesarias para que el Ayuntamiento de Barcelona impulse mejoras en los contratos de gestión de los equipamientos de proximidad de Barcelona que repercutan positivamente en los trabajadores y trabajadoras que realizan la tarea de gestión en estos equipamientos.

**Exposición de motivos**

Las trabajadoras externalizadas de los centros de Cultura y Ocio de proximidad del Ayuntamiento de Barcelona como Centros Cívicos, Ludoteques, Casals d'Infants, de Joves, de Gent gran o de Barrios nos organizamos en la asamblea #CulturaIleureenlluïta invitando a la ciudadanía a participar en la iniciativa ciudadana “CUIDEMOS LAS TRABAJADORAS DE LOS EQUIPAMIENTOS SOCIO-CULTURALES DE PROXIMIDAD” para poner en valor el trabajo, el esfuerzo y la vocación de servicio público de los trabajadores y trabajadoras de los equipamientos de proximidad de la ciudad y en consecuencia a garantizar las condiciones laborales dignas, especialmente en lo que se refiere a las retribuciones salariales, dada la pérdida de capacidad adquisitiva acumulada, ya antes de las últimas crisis económicas, y la precariedad que arrastran provocada por un modelo de externalización y prestación indirecta, que genera un agravio comparativo en relación con las trabajadoras de equipamientos y servicios municipales de gestión directa.

**323** / 3750  
FIRMAS

Necesita más firmas

25 Comentarios

**87** SEGUIR

Recibir una notificación cuando haya novedades sobre esta iniciativa


Compartir   
 Incrusta   
 Referencia: BCN-INIT-2023-05-1585  
 Versión 20 (de 20) [ver otras versiones](#)

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 46 — Página dos órgãos de participação (Conselhos e outros) na *Decidim.Barcelona* (PAM 2020-2023)

Inicio    Procesos participativos    **Órganos de participación**    Iniciativas ciudadanas    Ayuda

ÓRGANOS DE PARTICIPACIÓN DESTACADOS



**Consejo Municipal del Deporte**

El Consejo Municipal del Deporte de Barcelona es un órgano de participación sectorial que tiene por objeto implicar a los diversos agentes y actores relacionados con el mundo del deporte en el fomento de la actividad física en la ciudad.

[Más información](#)

**Consell Municipal de l'Esport de Barcelona**

12 ÓRGANOS DE PARTICIPACIÓN

ÁMBITOS TERRITORIALES    ÁREAS


Selecciona un ámbito    Selecciona una area

<p><b>Comissions de garanties</b></p>	<p><b>Ciutat</b></p>	<p><b>Ciutat Vella</b></p>
<p>Comisiones de Garantías</p> <p>Barcelona ha sido un municipio pionero en la constitución de estructuras de gobernanza parti-</p>	<p>Órganos de Ciudad</p> <p>Los órganos de participación de la ciudad son espacios continuados de encuentro entre el</p>	<p>Órganos de Participación del Distrito de Ciutat Vella</p> <p>Los órganos de participación de la ciudad son es-</p>

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

Figura 47 — Possibilidades de participação dentro da página do órgão de participação dos bairros na Decidim.Barcelona (PAM 2020-2023)

**ESPACIOS DE PARTICIPACIÓN**




**Audiencia Pública de Nou Barris**

La Audiencia Pública es el encuentro de los o las responsables municipales con la ciudadanía para qu...

▲ 30 SEGUIR

**PARTICIPA**




**Consejo de Barrio de Can Peguera**

El Consejo de Barrio de Can Peguera es el órgano de participación política de la ciudadanía en las c...

▲ 16 SEGUIR


**PARTICIPA**



**Consejo de Barrio de Canyelles**

El Consejo de Barrio de Canyelles es el órgano de participación política de la ciudadanía en las cue...

▲ 22 SEGUIR



**Consejo de Barrio de Ciutat Meridiana**

El Consejo de Barrio de Ciutat Meridiana es el órgano de participación política de la ciudadanía en ...

▲ 20 SEGUIR

Fonte: Ajuntament de Barcelona (2023a).

## APÊNDICE C — INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS NA PLATAFORMA TÁ SELADO

Figura 48 — Página com informações e perguntas frequentes na plataforma Tá Selado

### PERGUNTAS FREQUENTES :)

O QUE É O TÁ SELADO?	<p><b>O QUE É O TÁ SELADO?</b></p> <p>Tá Selado é um processo de participação cidadã que reúne governo e moradores de Belém para juntos apresentar e avaliar propostas prioritárias que vão orientar a gestão da cidade. Essas propostas serão base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e do plano de longo prazo, "Belém 2035, 200 anos da revolução cabana".</p> <p>O Tá Selado é o Fórum permanente de diálogos entre prefeitura e comunidades de bairros, distritos e ilhas para definir eixos de condução de projetos de cidade de uma gestão democrática e popular.</p> <p>O Tá Selado vai acontecer em um contexto pandêmico, portanto, precisamos inovar nos modelos híbridos de organização popular e gestão pública. Além das possibilidades de organizações presenciais, obedecendo a todos os protocolos sanitários para reuniões públicas, o Tá Selado vai contar com uma plataforma online.</p> <p>E o que é uma plataforma online? É um espaço que reúne diversidade, ideias e projetos para o desenvolvimento da cidade. São lideranças de bairros, ilhas e segmentos que se reúnem e mobilizam, em uma rede digital colaborativa com objetivo de apresentar, discutir, acompanhar processos e projetos, ações e programas que vão beneficiar cada bairro e ilhas da cidade, portanto, beneficiar a nossa gente.</p> <p>A participação será dividida em quatro etapas. As regras do processo serão compartilhadas nas plenárias virtuais. Cada plenária conta com representantes e lideranças dos movimentos sociais de vários segmentos que vão poder discutir temáticas e questões numa diversidade de práticas e necessidades, como dos segmentos LGBTQI+, mulheres, juventude, esporte, servidores públicos, saúde, educação, religiosidade, negros e negras, indígenas, cultura, economia, trabalho, renda, transporte, acessibilidade, saneamento, meio ambiente, direitos humanos, cultura, comunicação, entre outras tantas temáticas que movem processos sociais na cidade.</p> <p><b>Primeira Etapa - "Plenárias Populares de Bairros, Ilhas e Setoriais "</b></p> <p><b>Período: 24/05 a 30/06</b></p> <p><b>Objetivo:</b> Debater os problemas locais e específicos de cada bairro, ilha ou Setor com lideranças, movimento e cidadãos e cidadãs. Nesta etapa, também, ocorrerá a eleição dos delegados(as) que representarão o bairro, ilha ou setor na etapa distrital/Setorial.</p>
O QUE POSSO FAZER EM "TÁ SELADO"?	
O QUE SÃO REUNIÕES?	
O QUE É UM PROCESSO PARTICIPATIVO?	
O QUE SÃO INICIATIVAS?	

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 49 — Arquivos com dados abertos disponibilizados pela plataforma Tá Selado

Nome	Tipo	Tamanho ...	Protegi...	Tamanho	Razão	Data de modifica...
decide.belem.pa.gov.br-open-data-meeting_comments	Arquivo de Valores Separa...	6 KB	Não	17 KB	68%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-meetings	Arquivo de Valores Separa...	544 KB	Não	802 KB	33%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-projects	Arquivo de Valores Separa...	1 KB	Não	1 KB	0%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-proposal_comments	Arquivo de Valores Separa...	30 KB	Não	101 KB	71%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-proposals	Arquivo de Valores Separa...	103 KB	Não	363 KB	72%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-result_comments	Arquivo de Valores Separa...	1 KB	Não	1 KB	0%	23/09/2023 00:10
decide.belem.pa.gov.br-open-data-results	Arquivo de Valores Separa...	1 KB	Não	1 KB	0%	23/09/2023 00:10

Fonte: Retirado do computador pessoal do autor (2023).



Figura 50 — Página com processos já encerrados da plataforma Tá Selado

3 PROCESSOS PASSADOS VER ATIVO (1) | TODOS (4)

AMBITOS  AREAS

<p>3º Congresso Mairí das Crianças Belém 2022</p> <p>Um processo participativo é uma sequência de atividades participativas (por exemplo, primeiro preenc...</p> <p>#PrefeiruradaNossaGente</p>	<p>CONFERÊNCIA MUNICIPAL <b>Produção Familiar de Alimentos</b></p> <p>A cadeia da AGROECOLOGIA em debate.</p> <p>Conferência Municipal de Produção Familiar e Agroecologia</p> <p>A ideia desta Conferência no Município de Belém surgiu da necessidade de debater e formular estratégias...</p> <p>#PrefeiruradaNossaGente</p>	<p>CDU Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano</p> <p>Consulta Pública do Conselho de Desenvolvimeto Urbano - CDU</p> <p>CDU Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano</p> <p>Consulta pública ao texto básico do Projeto de lei de Regularização Fundiária Municipal aprovada pel...</p> <p>#PrefeiruradeBelem</p>
<p>DATA DE INÍCIO 29/08/2022 DATA FINAL 21/10/2022</p>	<p>DATA DE INÍCIO 09/06/2022 DATA FINAL 30/06/2022</p>	<p>DATA DE INÍCIO 07/12/2021 DATA FINAL 12/12/2021</p>
<p>CRIADO EM 07/09/2022 ▲ 12 SEGUIR</p>	<p>CRIADO EM 08/06/2022 ▲ 12 SEGUIR</p>	<p>CRIADO EM 07/12/2021 ▲ 10 SEGUIR</p>
<p>Fase atual: Propostas das Plenárias Di...</p> <p>MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO 3º CONGRESSO MAIRÍ DAS CRIANÇAS BELÉM 2022</p>	<p>Fase atual: Reuniões Preparatórias</p> <p>FAZER PARTE DO PROCESSO CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO FAMILIAR E AGROECOLOGIA</p>	<p>Fase atual: Consulta Pública (CDU)</p> <p>FAZER PARTE DO PROCESSO CONSULTA PÚBLICA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMETO URBANO - CDU</p>

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 51 — Propostas em processo já fechado na plataforma Tá Selado

**Conferência Municipal de Produção Familiar e Agroecologia**  
#PrefeituradaNossaGente · por uma cadeia produtiva, sustentável e inclusiva

FASE 1 DE 2  
Reuniões Preparatórias  
09/06/2022 - 13/06/2022  
Visualizar fases

O PROCESSO REUNIÕES PREPARATÓRIAS **QUAL A SUA PROPOSTA?**

A votação está sujeita às seguintes regras:

- Pode votar até 10 proposta(s).
- Pode criar até 10 proposta(s).
- Cada proposta pode acumular mais de voto(s)

REMANESCENTE  
**10**  
Votos

[Voltar para a lista](#)

**Asfaltamento e drenagem da Passagem Santo Antônio, no bairro da Cabanagem.**  
Helio Gabriel da Cunha Barroso | 09/02/2023 10:20

Essa passagem alaga com qualquer chuva e fica cheia de lama. Ela fica bem na conexão entre o panorama XXI e a Cabanagem, toda parte que está pro lado do Panorama XXI está asfaltada, o começo do não asfaltamento começa nessa rua. Não somente essa rua, mas as ruas seguintes no sentido da cabanagem deveriam ser asfaltadas. Faz décadas que esperamos esse asfalto. Coordenadas google maps: 1.375134,-48.435756

POR FAVOR, nos ajude!

##ComferênciaMunicipal · ##PrefeituradaNossaGente

3 VOTOS

Voto

1 ENDOSSAR 1

13 Seguir

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 52 — Página do processo ativo na plataforma Tá Selado

**Espaço de Participação Cidadã de Belém**  
#PrefeituradaNossaGente · Primeira ação do Fórum Permanente de Participação Popular, para apresentar, discutir, acompanhar processos, projetos, ações e programas que vão beneficiar bairros e ilhas da cidade.

FASE 5 DE 5  
Plenárias dos Distritos para o Orçamento de 2023  
13/06/2022 - 30/06/2022  
Visualizar fases

O PROCESSO **PROPOSTAS** NOTÍCIAS CONSELHEIROS/AS DA CIDADE CONSELHEIROS/AS OBRAS APROVADAS 2022 ✓ Mais...

Tá Selado! A Plataforma de Participação Popular que reúne governo e moradores de Belém para juntos apresentar e avaliar propostas prioritárias que irão orientar a gestão da cidade.

134 Seguir

DATA DE INÍCIO  
24 de Maio de 2021

DATA FINAL  
01 de Janeiro de 2025

Referência: taselado-PART-2021-05-2  
Compartilhar  
Incorporar

Lançamento da Plataforma de Participação Cidadã \* ... Copiar link

tá selado! #PA PARTICIPATIVO #ORÇAMENTO PARTICIPATIVO #PLANO DIRETOR #CONSELHO DA CIDADANIA #Participação da Belém

**Tá Selado! A Belém da nossa gente se encontra aqui.**

O Tá Selado! são os espaços abertos e democráticos em que cidadãos, sociedade civil organizada e moradores discutem a cidade com seus desafios e potencialidades e contribuem para a construção da Belém da nossa gente.

Assistir no YouTube

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 53 — Página do processo ativo na plataforma Tá Selado

**REUNIÕES - REUNIÕES PASSADAS** [VER TODOS \(114\)](#)

SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE 30 Junho 2021 - 19:00-21:00
AUDIOVISUAL, ARTES VISUAIS 30 Junho 2021 - 19:00-21:00
SAMBA 30 Junho 2021 - 19:00-21:00

[VER TODOS \(114\)](#)

**PROPOSTAS** [VER TODOS \(367\)](#)

**Passarela em frente do Parque Shopping**

Flavio Giovane

Há necessidade de construção de uma passarela em frente ao Parque Shopping em virtude de não...

CRIADO EM 24/05/2021	▲ 142 SEGUIR	≡ 21	■ 9
-------------------------	--------------	------	-----

[VER PROPOSTA](#)

**Macro drenagem da Bacia do Mata Fome**

Mayany Soares Salgado

Um dos maiores problemas do bairro do Tapanã é o saneamento básico. Há um série de problemas...





Tapanã

CRIADO EM 24/05/2021	▲ 141 SEGUIR	≡ 7	■ 4
-------------------------	--------------	-----	-----

[VER PROPOSTA](#)

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 54 — Propostas com apoios/endorossos e comentários na plataforma Tá Selado

<p><b>Macrodrenagem do Lago Verde, Terra Firme</b></p> <p> <b>Osvaldo Mesquita</b></p> <p>O Lago Verde é um afluente da Bacia do Tucunduba. Recebe às águas das comunidades mais carentes...</p>	<p><b>Asfaltamento da Vila Augusta que fica localizada na Doutor Moraes, entre Caripunas e Pariquis</b></p> <p> <b>Silvia Maria de Souza Levy</b></p> <p>A Vila Augusta é habitada por mais de 80 moradores que se distribuem em 20 casas e um prédio de 2...</p>
<p>CRIADO EM 25/05/2021</p> <p>▲ 163 SEGUIR</p> <p>▼ 40</p> <p>■ 18</p>	<p>CRIADO EM 10/06/2021</p> <p>▲ 152 SEGUIR</p> <p>▼ 43</p> <p>■ 17</p>
<a href="#">VER PROPOSTA</a>	<a href="#">VER PROPOSTA</a>
<p><b>Daben Cabanagem Saneamento Basico</b></p> <p> <b>Tiago Miranda</b></p> <p>Drenagem, Pavimentação Asfáltica e Urbanização das; 1- Passagens Bom Jesus entre Rua Dom Pedro e...</p> <p><a href="#">Cabanagem</a></p>	<p><b>Espaço criança</b></p> <p> <b>Diego Fabricio benjamim Corrêa</b></p> <p>As crianças de icoaraci estão muito carentes, está faltando nas praças aqueles espaços destinados...</p>
<p>CRIADO EM 25/05/2021</p> <p>▲ 138 SEGUIR</p> <p>▼ 2</p> <p>■ 12</p>	<p>CRIADO EM 02/07/2021</p> <p>▲ 139 SEGUIR</p> <p>▼ 3</p> <p>■ 9</p>
<a href="#">VER PROPOSTA</a>	<a href="#">VER PROPOSTA</a>

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 55 — Página com informações de obras aprovadas na plataforma Tá Selado

## OBRAS APROVADAS POR DISTRITOS

Tá Selado | 26/04/2022 19:21 | 3 comentários | 0 endossos

O programa Tá selado reuniu moradores, conselheiras e conselheiros da cidade dos distritos: DASAC, DABEL, DAENT, DAMOS, DABEN, DAGUA, DAOUT e DAICO para debater sobre orçamentos e solucionar problemáticas prioritárias de cada bairro. As demandas foram aprovadas em conjunto com as suas respectivas secretarias.

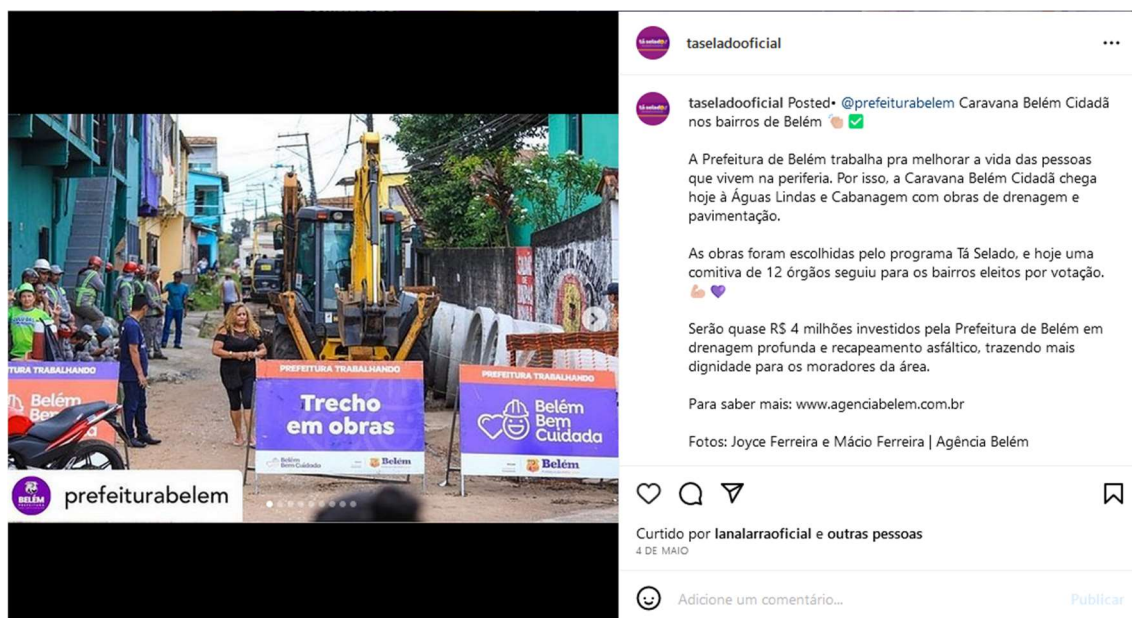
DASAC			
BAIRRO	DEMANDA	SECRETARIA	CUSTO
MARACANGALHA	Reforma da Praça Dom Mário	SEURB	1.100.000,00
MIRAMAR	Reforma do Escola Comandante Klautau	SEMEC	945.000,00
PEDREIRA	Construção da Parque Linear na Everdosa	SEURB	1.100.000,00
SACRAMENTA	Conclusão da Construção Creche Malvinas	SEMEC	965.351,69
TELÉGRAFO	Ampliação da UBS Vila da Barca	SESMA	1.200.000,00
FATIMA	Implantação da ESF	SESMA	360.000,00
BARREIRO	Implantação de ESF	SESMA	360.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>6.030.351,69</b>

DABEL			
BAIRRO	DEMANDA	SECRETARIA	CUSTO
BATISTA CAMPOS	Pavimentação das Ruas Samuel Soares e Antônio Bernardes	SESAN	284.596,00
CAMPINA	Construção de Parque infantil na praça da bandeira	SEURB	670.000,00
CIDADE VELHA	Recuperação asfáltica do Beco do Carmo e da rua Veiga Cabral	SESAN	531.766,00

Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

Figura 56 — Instagram da plataforma Tá Selado



Fonte: Prefeitura de Belém (2023).

## APÊNDICE D— INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS DA PLATAFORMA PARTICIPA MACEIÓ

Figura 57 — Explicação de como o cidadão pode participar na plataforma Participe Maceió



Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).


Figura 58 — Página com as propostas para a LOA 2024 na plataforma Participe Maceió



Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).

Figura 59 — Convite para Audiência Pública na página inicial da plataforma Participa Maceió

**Convite** ✕



## CONVITE

A Prefeitura Municipal de Maceió, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo e Subprefeituras – SEGOV e da Secretaria Municipal de Fazenda – SEFAZ, têm a honra de convidar os Vereadores (as), Representantes das Associações de Bairros, das Entidades de Classes e a sociedade maceioense em geral, para participarem da Audiência Pública virtual, pelo Portal Participa Maceió (<https://www.participa.maceio.al.gov.br>), no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2024.

O portal PARTICIPA MACEIÓ ficará disponível no período de 01 a 18 de setembro de 2023.

Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).

Figura 60 — Informações sobre as próximas reuniões do Participa Maceió

CONHEÇA PRIORIZE PROPONHA E-BOOK PARTICIPA MACEIÓ RESULTADO EMENDA CIDADÃ

**Agenda do projeto de lei de diretrizes orçamentárias**

setembro 2023							outubro 2023							01-09 SET.	
Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do	01-09 SET.	
				1	2	3							1	01/09 - ABERTURA DO SIGEF E INICIO DA CONSULTA PÚBLICA A SOCIEDADE MACEIOENSE PELO PORTAL PARTICIPA MACEIÓ	
4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	18-09 SET.	
11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	18-09 SET.	
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	11-10 OUT.	
25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	11-10 OUT.	
							30	31						11-10 OUT.	

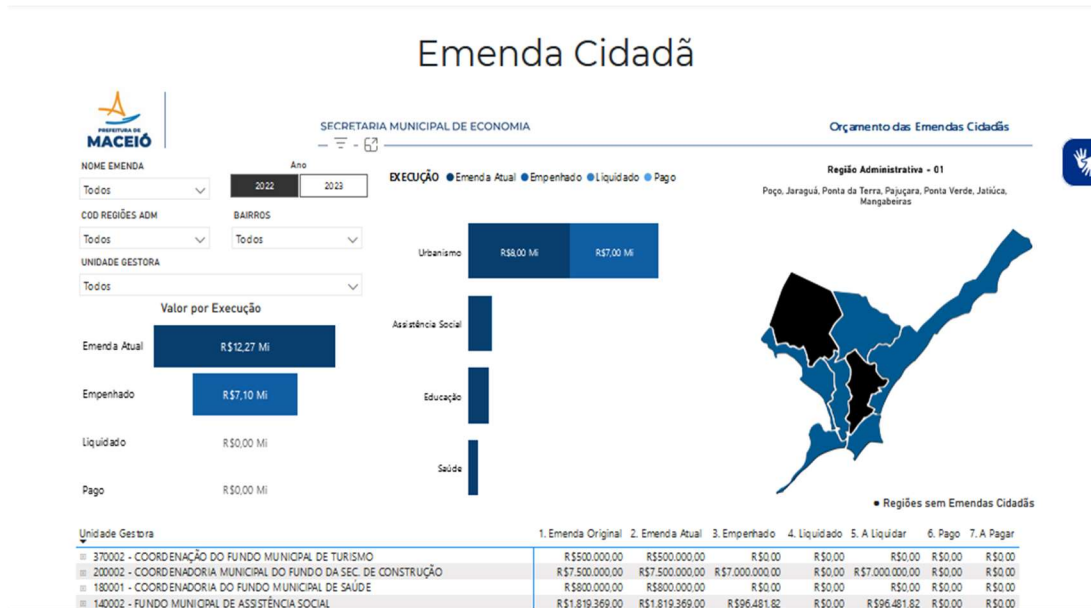
**01-09 SET.**

**18-09 SET.**

**11-10 OUT.**

Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).

Figura 61 — Página do Portal de Transparência sobre Emendas Cidadãs



Fonte: Prefeitura de Maceió (2023).



## APÊNDICE E — INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS DA PLATAFORMA E.I.T.A! RECIFE

Figura 62 — Macro fases previstas para o E.I.T.A! Recife



Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 63 — Página apresentando os benefícios em participar da iniciativa E.I.T.A! Recife



Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 64 — 1ª Etapa do ciclo de inovação previsto no E.I.T.A! Recife



Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 65 — 2ª Etapa do ciclo de inovação previsto no E.I.T.A! Recife



Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 66 — 3ª Etapa do ciclo de inovação previsto no E.I.T.A! Recife



Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 67 — Página do desafio 1 proposto pela plataforma E.I.T.A! Recife

**CONHEÇA OS DESAFIOS**

ÁREAS: MOBILIDADE; ANIMAIS; COMÉRCIO, TURISMO E LAZER; SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA CIRCULAR INCLUSIVA

**DESAFIO 1**

Como podemos melhorar a mobilidade na cidade do Recife, com uso de tecnologias inovadoras, reduzindo os impactos causados pelo trânsito?

Premiação: até R\$ 50 mil reais com a possibilidade de contratação por mais de 1 ano de até R\$ 1.6 milhão de reais

Área: Mobilidade

DETALHES

Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 68 — Os desafios escolhidos pela plataforma E.I.T.A! Recife em seu 2º Ciclo

**Desafios**

**Desafio 1: Área: Mobilidade**

Como podemos melhorar a mobilidade na cidade do Recife, com uso de tecnologias inovadoras, reduzindo os impactos causados pelo trânsito?

**Desafio 2: Área: Proteção Animal**

Como podemos reduzir o abandono de cães e gatos na cidade do Recife, identificando-os e registrando-os de forma escalável e mudando a cultura da população no trato desses animais?

**Desafio 3: Comércio, Turismo e Lazer**

Como podemos tornar o centro do Recife, com o uso de tecnologias inovadoras, um lugar atrativo para habitações, atividades de comércio, turismo, cultura e lazer?

**Desafio 4: Sustentabilidade e Economia Circular Inclusiva**

Como podemos, por meio da tecnologia, criar e incentivar um ecossistema que utilize o resíduo sólido como insumo para uma nova indústria baseada na reutilização criativa (upcycling)?

**Desafio 5: Meio Ambiente**

Como podemos reduzir, com o uso de tecnologias inovadoras, os riscos de incidentes com tubarão na orla do Recife?

Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 69 — Critério detalhados para atribuição de notas na 1ª Etapa do E.I.T.A! Recife

**1ª Fase**

**Critérios utilizados para atribuição de cada nota (notas de 1 a 5):**

- I - O potencial de **resolução do problema** pela solução proposta e, se for o caso, da provável **economia** para a administração pública - **Peso 3****
- II - A **viabilidade** e a maturidade do modelo de negócio da solução - **Peso 2****
- III - A demonstração comparativa de **custo e benefício** da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes - **Peso 1****
- IV - **Tecnologias** utilizadas para a solução do desafio - **Peso 2****
- V - **Escalabilidade**, ou seja, refere-se à capacidade da solução ser reproduzida em grande quantidade e para um número grande de clientes - **Peso 2****
- VI - A **qualidade da fundamentação**, analisando o embasamento e a justificativa da solução proposta pelo aplicante - **Peso 1****
- VII - **Prazo dos entregáveis** da solução - **Peso 1****

Cada julgador da Comissão Especial Integrada atribui uma nota de 1 a 5 a cada critério estabelecido, com os respectivos pesos informados acima. Ao final é gerada uma média ponderada de cada julgador e uma média geral para estabelecer o ranking. Nenhum integrante da Banca Julgadora tem acesso a nota do outro integrante.

Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 70 — Critério detalhados para atribuição de notas na 2ª Etapa do E.I.T.A! Recife

**2ª Fase**

**Critérios utilizados para atribuição de cada nota (notas de 1 a 5):**

**I - Critérios de Sucesso** (alinhamento do protótipo com os requisitos do desafio) - **Peso 5**

**II - O grau de desenvolvimento da solução proposta** (o quão completo e bem fundamentado está o projeto apresentado para a solução proposta?) - **Peso 2**

**III - A viabilidade econômica da proposta**, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração dos contratos. **O preço é compatível com o projeto apresentado?** - **Peso 2**

**IV - O nível de dedicação da equipe**, ou seja, refere-se à disponibilidade de tempo dedicado da equipe, se esta é considerada full-time ou part-time - **Peso 1**

**V - A viabilidade e a maturidade do modelo de negócio da solução** - **Peso 3**

**VI - Escalabilidade**, ou seja, refere-se à capacidade da solução ser reproduzida em grande quantidade e para um número grande de clientes - **Peso 2**

**VII - Prazo dos entregáveis da solução** - **Peso 1**

Cada julgador da Comissão Especial Integrada atribui uma nota de 1 a 5 a cada critério estabelecido, com os respectivos pesos informados acima. Ao final é gerada uma média ponderada de cada julgador e uma média geral para estabelecer o ranking. Nenhum integrante da Banca Julgadora tem acesso a nota do outro integrante.

Fonte: Prefeitura de Recife (2023a).

Figura 71 — Uma das soluções implantadas em teste no *Living Labs* Recife (EITA Labs)

Página inicial Soluções Implantadas ▾ Inscrições Links Úteis Editar Consell



**Nome do projeto:** Iotree

**Nome da organização:** Iotree

**Tempo da experimentação:** 12 meses

**Portal do projeto:** <https://www.iotree.com.br>

**Entenda o projeto**

A IoTree é mobiliário urbano inteligente e versátil, que funciona como uma plataforma de serviços para Smart Cities, totalmente ativada por energia solar. A IoTree é ativada por um sistema fotovoltaico off-grid (sem fios), podendo ser "plantada" em calçadas, praças, ruas e parques, e o seu layout é personalizável. Ela protege as pessoas com sua área sombreada, é acessível para cadeirantes (NBR-9050), além de possuir iluminação noturna colorida.

A IoTree serve como ponto de apoio para empresas que trabalham com entregadores, plataforma para câmeras de monitoramento, sensores ambientais (temperatura, umidade, insolação, etc); além de funcionar como solução street level para hospedagem de tecnologia small cell 5G.

A IoTree atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, através do uso de recursos sustentáveis e com funções de impacto social, promovendo a conectividade para o maior número de pessoas.

Fonte: Prefeitura de Recife (2023b).